

REVISTA
DA ACADEMIA
RTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS

VOLUME 36 - NÚMERO 24 — MAIO/1993



REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

VOLUME 36 - NÚMERO 24 — MAIO/1993

ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

RUA MIPIBU, 443 - PETRÓPOLIS NATAL/RN - CEP - 59 020-250

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

DIRETORIA ATUAL DA ACADEMIA

Presidente: Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente: Paulo Macêdo

1º Secretário: Veríssimo de Melo

2º Secretário: Jurandir Navarro

Tesoureiro: Enélio Petrovich

Diretor da Biblioteca: Doryan Gray

Diretor da Revista: João Wilson Mendes Melo

Comissão de Contas: Sanderson Negreiros, Américo de Oliveira Costa e Maria Eugênia Montenegro

Comissão de Sindicância: Otto de Brito Guerra, Alvarado Furtado de Mendonça e José Melquíades de Macêdo

A EDIÇÃO DESTA REVISTA TEVE APOIO FINANCEIRO DO GOVERNO DO ESTADO, POR DECISÃO DO GOVERNADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA E MEDIAÇÃO DO CHEFE DA CASA CIVIL LEÔNIDAS FERREIRA.

ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

PATRONOS E ACADÊMICOS

Cadeira n°	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
01	Padre Miguelinho	Adauto Câmara	Raimundo Nonato da Silva
02	Nisia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Calvão-Grácio Barbalho
03	Cons Brito Guerra	Otto Guerra	
04	Lourival Acucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich
05	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida (falecido)
06	Luis Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumercindo Saraiva (falecido)
07	Ferreira Nobre	Antonio Soares	Mariano Coelho-Nestor dos Santos Lima
08	Isabel Gondim	Matias Maciel	Walter Wanderley-Nilson Patriota
09	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristovão Dantas-Humberto Dantas-Peregrino Júnior-Dorian Gray
10	Elias Souto	Bruno Peveira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januário Cicco	Onofre Lopes-Miguel Seabra Fagundes
12	Amaro Cavalcanti	Juvenal Lamartine	Veríssimo de Melo
13	Luis Fernandes	Luis da Câmara Cascudo (falecido)	
14	Joaquim Fagundes	Antonio Fagundes	Raul Fernandes
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antonio Pinto-Eloy de Souza-Umberto Peregrino
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Chaves Wanderley-Maria Eugênia Montenegro
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluisio Alves (não tomou posse)
18	Augusto Severo	Waldemar da Almeida	Dom Nivaldo Monte
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira (falecido)
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mário Moacir Porto
21	Antonio Marinho	Floriano Cavalcanti	Luis Rabelo
22	Leão Fernandes	Padre Luis Monte	Dom José Adelino-Pe. Jorge O'Grady de Paiva
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes-Jaime dos Guimarães Wanderley - Iaperi Soares de Araújo (eleito)
24	Gotardo Neto	Francisco Ivo Cavalcanti	Antidio Azevedo-Antonio Soares Filho
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires-João Wilson Mendes Melo
26	Manoel Dantas	José Augusto	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandir Navarro
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo	
31	Padre Brito Guerra	José Melquiades	
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza	
34	José da Penha	Alvamar Furtado	
35	Juvenal Antunes	Ednor Avelino	Gilberto Avelino
36	Benicio Filho	João Medeiros	Olavo Medeiros Filho
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro (falecido)	
38	Luis Antonio	José Tavares	Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	

SUMÁRIO

Setenta anos de Modernismo.....	09
I — O pensamento acadêmico, sobre vários temas.....	11
Contribuição do Nordeste ao Movimento Modernista — Veríssimo de Melo.....	13
Disponibilidade espiritual no Japão e no Brasil — Nestor dos Santos Lima.....	27
II — Memória.....	31
Transporte em época diversas — Raul Fernandes.....	33
Relembrando Hélio Galvão — Enélio L. Petrovich.....	35
Antônio de Souza, valor completo — Umberto Peregrino.....	40
Dr. Luiz Antônio — Médico e professor — Grácio Barbalho.....	43
A grata recordação dos mestres — João Wilson Mendes Melo.....	47
III — História.....	53
A capitania do Rio Grande sob o domínio Holandês (1633-1654) — Olavo de Medeiros Filho.....	55
Touros: A origem do nome — Nilson Patriota.....	61
IV — Nossos Poetas.....	71
Ofício de purificação — Diógenes da Cunha Lima.....	73
Balada para Charles Chaplin (em Carlitos) — Gilberto Avelino.....	75
Carta de Zé de Xicho à sua mãe, Xiquinha do Serrote — José Melquíades.....	77
Poema e poemas em prosa — Maria Eugênia.....	81
Navegando.....	82
Poemas do envelhecer.....	83
Poema branco e preto.....	84
Tardes Crepulares.....	85
Ser ou não ser.....	86
Poemas de saudade e acalanto — Dom Nivaldo Monte.....	88
Trovas.....	90
V — Ensaios.....	101
Discurso para Portinari ou o homem brasileiro na pintura de Cândido Portinari — Dorian Gray Caldas.....	104
O Diretito como obra de arte — Mário Moacyr Porto.....	110
VI — Doutrina Social.....	119
Cem anos de doutrina social da Igreja — Otto Guerra.....	121
VII — O Rio Grande do Norte no Pen Clube do Brasil.....	131
Posse do escritor Américo de Oliveira Costa no Pen Clube do Brasil.....	133
Discurso do escritor e acadêmico Américo de Oliveira Costa.....	138
VIII — A colaboração dos amigos da Academia.....	143
Homenagem a Nilo Pereira — Potiguar Matos.....	145
Rosas de Pedra — Frei Gabriel Távora.....	151
Eu quis ser padre — Murilo Melo Filho.....	152

1922/1992

Setenta anos de Modernismo

As revoluções culturais, como todas as outras, trazem inovações que as caracterizam; algumas desaparecem com o tempo pela inconsistência de seus princípios, outras persistem pelos seus mais sólidos fundamentos.

Acontece, porém, que as coisas novas trazidas pelos movimentos inovadores, nunca conseguem substituir totalmente os procedimentos por elas combatidos e, ao contrário, passam a coexistir, enriquecendo as idéias e os sistemas.

O Movimento Modernista, de 1922, fez a literatura e as artes romperem com as regras rígidas das Escolas anteriores que a Europa praticava e as Américas adotavam, com a participação brilhante do Brasil.

A revolução feita em nosso país pelos intelectuais e artistas mais inquietos e ardorosos adeptos da prática mais livre de expôr os pensamentos, sobreviveu, sofrendo as modificações que o mesmo pensamento livre achou por bem introduzir.

Setenta anos depois o Modernismo está presente, na imortalidade dos homens de valor que promoveram o rompimento com muitas amarras da tradição e pelo trabalho dos continuadores que até hoje enriquecem a nossa vida intelectual e acrescentam mais uma Escola na maneira de encantar o espírito com a beleza das idéias e das coisas.

A Direção da Revista

I

**O pensamento
acadêmico,
sobre vários temas**

CONTRIBUIÇÃO DO NORDESTE AO MOVIMENTO MODERNISTA

Verissimo de Melo

INTRODUÇÃO

Em todas as épocas e em todas as latitudes, homens de talento artístico e inteligência criadora influenciaram outros homens. Essa contaminação de influências tem, por sua vez, determinado tendências ou pontos de vista mais ou menos uniformes, de expressão artística, plástica, musical ou literária. Uma transformação de ordem econômica, social ou política, com fundamento filosófico, em geral pode também despertar essas tendências. Porém, é sempre através de espíritos privilegiados, de verdadeiros líderes, que essas tendências surgem e se afirmam com maior ou menor intensidade, projetando-se numa cidade, num país e daí se derramando, às vezes, de um continente a outro e até por todo ou quase todo o mundo civilizado.

Em literatura, convencionou-se denominar essas tendências de "escolas" ou "movimentos". O Romantismo, o Realismo, o Parnasianismo, o Simbolismo foram algumas dessas tendências ou escolas literárias européias que contaminaram os nossos escritores, artistas plásticos e músicos, em várias épocas.

Num passado mais distante, recebíamos no Brasil os padrões culturais que a Europa exportava e aqui os implantávamos quase sem adaptá-los às nossas condições ecológicas, ao nosso gosto brasileiro, às nossas peculiaridades regionais. Se houve um movimento, embora de variadas influências européias, que aqui criou raízes autênticas na terra e no homem brasileiro, este foi sem dúvida o Modernismo — pondo de lado os seus exageros, excessos, loucuras e contradições próprios de um momento de profundas mudanças culturais e sociais.

Veio o Modernismo revelar, em toda a sua pujança, o Brasil para os brasileiros e para o mundo. Não foi assim o Modernismo um movimento totalmente subsidiário da Europa, como já se tem insinuado. Não foi mais um vagão de carga que atrelamos à locomotiva européia. Foi mais do que isso. Foi movimento brasileiro de dentro para fora do país. Muito mais do que todos os outros anteriores. Sobretudo pela consciência dos nossos problemas e do caráter nacional, pela compreensão da realidade circundante, combaten-

do-se velhos padrões estéticos e partindo-se para uma drástica renovação de valores. Oswald de Andrade, um dos líderes do movimento, assinalava essa inquietude, ao escrever: "...o século contemporâneo do cinema, do telégrafo sem fio, das travessias intercontinentais, exige uma maneira nova de expressão estética, - talvez ainda eivada de absurdos aparentes, chocantes, rascantes, brutal portadora de germens esplêndidos para uma primavera".

O Modernismo foi uma revolução do pensamento brasileiro. Aníbal Machado definiu excelentemente essa insatisfação dos espíritos contra o estado de coisas reinantes, ao declarar: "Nós não sabemos precisamente o que queremos, mas sabemos muito bem o que não queremos".

É o Modernismo que tentaremos caracterizar nesta palestra, com ênfase para o que ocorreu no nordeste, fundamentado no que escreveram autores responsáveis, historiadores da nossa literatura, depoimento dos seus líderes e intérpretes mais sensíveis na apreciação crítica dessa fase da vida literária e cultural brasileira.

A SEMANA DA ARTE MODERNA

A exposição de uma pintora paulista, Anita Malfatti, realizada em 1917, em São Paulo, causou escândalo, pelo inusitado das influências do expressionismo alemão e do cubismo francês, que expressava. Monteiro Lobato, num artigo famoso, "Paranóia ou Mistificação" reagiu violentamente contra a pintora. Mas a exposição foi o fogo ateadado no espírito de renovação que fermentava nos jovens intelectuais e artistas da época. Fogo que já se alimentava dos sopros do futurismo de Marinetti e do surrealismo. Mas, o Modernismo brasileiro tem certidão de nascimento com firma reconhecida: A Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922. Sugestão do pintor Di Cavalcanti, que regressava da Europa, congregou intelectuais moços de São Paulo e do Rio, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Paulo Prado, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Ronald de Carvalho, Renato de Almeida e outros. Foi uma semana de intensa ebulição intelectual, com exposições de pintura, escultura, conferências, recitais de declamação e concertos.

Os pontos principais da pregação dos jornais, como destacou Mário da Silva Brito, foram estes: valorização do estilo colonial na arquitetura paulista, a pintura inédita de Anita Malfatti, a escultura nova de Brecheret, a poesia liberta de Mário de Andrade e a música de Villa Lobos, único setor artístico - este último, - em que o Rio de Janeiro estava mais adiantado do que São Paulo.

Um fato curioso iria provocar debates dos críticos posteriores: para inaugurar a Semana da Arte Moderna, os jovens foram buscar um intelectual já maduro, Graça Aranha, então membro da Academia Brasileira de Letras. Não porque Graça Aranha fosse modernista genuíno, influenciando os jovens. Manuel Bandeira depõe nesse sentido: a verdade é que não houve influência de Graça Aranha sobre os moços, mas, ao contrário, estes é que influenciaram o confrade

mais velho, como está visível no romance "A Viagem Maravilhosa", em que o escritor abandona muitas vezes o seu processo de frase ampla para adotar as formas breves e elípticas tão ao gosto dos inovadores".

O discurso inaugural de Graça Aranha é contudo precioso documento histórico. Convém relembrar alguns conceitos que ele expôs, ali, uma vez que foi o intérprete máximo, naquela hora, do movimento modernista.

Inicialmente, declarava Graça Aranha que é preconceito de retardatários procurar o Belo na Arte. Isto é, a beleza como principal fonte de deleite ou inspiração na obra de arte. Dizia ele: "Cada um que se interrogue a si mesmo e responda que é a beleza. Onde repousa o critério infalível do belo?"

Firmava-se Graça Aranha no ponto de vista de que uma obra de arte, além do aspecto estético, condensa outros aspectos tão ou mais importantes do que o Belo. E perguntava: "Por que uma forma, uma linha, um som, uma cor nos comovem, nos exaltam e transportam ao universal?"

Insurgia-se, abertamente, contra as fórmulas consagradas, mostrando que, na obra de arte, o que deve interessar é a emoção que vem das "cores intensas e surpreendentes" ou das "formas estranhas". Entendia que a sensibilidade da arte moderna reside num "mais livre e fecundo subjetivismo", resultado do "extremado individualismo da época".

Para ele, o individualismo determinava "arte libertada", uma arte livre, subjetivismo que se manifesta objetivamente nas obras de arte. Combateu frontalmente o academismo, o provincianismo, o regionalismo, afirmando, - certamente por indústria, porque não é possível que fosse por ignorância, - que "não se pode aspirar o universal por esses caminhos".

É neste ponto em que ele se rebela contra a função social das Academias, fobia que não chega a justificar satisfatoriamente. E embora consciente de que na Semana de Arte Moderna se iriam mostrar "pinturas extravagantes, esculturas absurdas, música alucinada, poesia aérea e desarticulada", Graça Aranha concluiu afirmando que a Semana não foi apenas a "renascença de uma arte", mas "o próprio comovente nascimento da arte no Brasil". Velho exagero universal. - dizemos nós, - que se condensa no rifão: "Depois de mim, o dilúvio".

Noutro documento, "O Espírito Moderno", conferência pronunciada a 19 de junho de 1924, na Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha voltava a insistir nos seus pontos de vista sobre o Modernismo, atacando de rijo as Academias de Letras, que ele considerava "um equívoco e um erro". O passado, para ele, "não existe livremente". "É uma sugestão do terror". Como função social, o passado "é a soma de deuses, de monstros, de fetiches, que se disfarçam em regras, métodos, gramáticas para nos governar e nos limitar". O passado, enfim, "é o pavor que perdura em cada um de nós". Destruindo o passado, ele glorificava o presente brasileiro, pregando uma tomada de consciência da nossa realidade.

Como se vê, a intenção de Graça Aranha tinha até certo ponto, justificativa. O que se deveria fazer era deixar em paz o passado

e procurar criar uma arte brasileira, com base no verdadeiro espírito de modernidade nacional. Mas para tanto não precisava Graça Aranha destruir o mundo e a nossa tradição cultural.

O mal dos seus pronunciamentos estava mais nos excessos com que procurava enfatizar sua posição de inovador e dos jovens modernistas do que propriamente no cerne de sua posição renovadora.

Este é que nos parece o papel de Graça Aranha no Modernismo. Levado à última hora a aderir ao movimento, ele tudo disse para justificá-lo, colocando-se em posição contraditória com os ataques gratuitos às Academias, das quais ele integrava a principal, a Brasileira de Letras. Oswald de Andrade chegou a declarar que Graça Aranha, pondo-se à frente da reação estética brasileira, "mostra ser o indiscutível chefe do seu tempo e o glorioso condutor do espírito do seu povo". Mais tarde, Mário da Silva Britto observaria que os reformadores viriam demonstrar "um secreto ressentimento, uma inconsciente animosidade" por terem entregue a um estranho, (Graça Aranha) o comando do Movimento Modernista. Mas todos reconhecem que, naquele momento, o apóio e prestígio nacional do nome de Graça Aranha foram fatores decisivos para o êxito do movimento dos jovens paulistas.

A CONTRIBUIÇÃO DE MÁRIO DE ANDRADE

Mais do que em Graça Aranha, o Modernismo afirmou-se, de fato, numa figura exponencial da inteligência e da cultura brasileira, que foi Mário de Andrade. Ele encarna o próprio movimento modernista em sua grandeza. Foi espírito polímorfo, erudito, inquieto, bem humorado, deixando contribuição das mais significativas à nossa literatura e à nossa arte. Nascido em São Paulo, em 1893 e falecido em 1945, Mário de Andrade espalhou inteligência por este país inteiro, realizando-se em todo os gêneros literários a que se dedicou. Era professor de História da Música do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e de estética da extinta Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal. Resumiu sua filosofia modernista numa frase: "abrasileirar o brasileiro num sentido total, patriarizar: a pátria tão despatriarizada".

A originalidade de Mário de Andrade começava pela sua maneira *sui-generis* de escrever. Em frases rápidas, breves, ele utilizava modismos de toda parte do Brasil, insurgindo-se contra algumas regras fundamentais da gramática portuguesa. Mas, assim mesmo era gostosa a sua prosa, viva, ágil, brilhante. Não imitou ninguém. Mas tem tido imitadores, no passado e nos nossos tempos, alguns até consagrados por uma suposta originalidade, quando nada mais fizeram do que repetir o velho e grande Mário de Andrade. Ele mesmo chegou a declarar que iria criar uma "língua brasileira", anunciando até uma "gramatiquinha". Mas tudo ficou em sonho.

Jomard Muriz de Britto observou, na poética de Mário de Andrade, assim como em muitos aspectos de sua obra, flagrante contradição. Se por um lado procurava destruir o passado imprestável, por outro, recriava o presente, sentia e vibrava esfuziantemente com

o presente, exaltava as coisas autenticamente brasileiras e xingava a tendência de imitação de tudo quanto nos vinha da Europa. Em suma, Mário não acreditava no passado, que tinha existência palpável, visível, concreta. Mas, acreditava no presente, que ainda não existia, que apenas apontava, meio nebuloso, confuso, contraditório.

Outro aspecto interessante dos inovadores, que se constata na obra de Mário de Andrade, de Oswald de Andrade e noutros que os seguiram, Bandeira, Drummond, Ascenço, sobretudo, - era o humor, o cômico, a piada, empregados nos poemas como "elemento de luta, como arma, na campanha contra o academismo predominante". Cassiano Nunes, no ensaio "O Humor na Poesia Moderna do Brasil", estudou amplamente o tema.

Mário de Andrade publicou, entre a sua obra poética, os livros "Há uma gota de sangue em cada poema", Paulicéia Desvairada", Losango Caqui", "Clã do Jabuti", "Remate de Males"; romance, como "Amar, Verbo Intransitivo", "Macunaíma"; contos como "Primeiro Andar", Belazarte"; estudos de folclore como "Namoros com a Medicina", "O Samba Rural Paulista"; críticas e histórias da música, como "Pequena História da Música", "Ensino sobre Música Brasileira", "Modinhas Imperiais", "Música, Doce Música", "A Escrava que não é Isaura", "Aspectos da Literatura Brasileira"; crítica de arte, como "O Aleijadinho e Alvares de Azevedo", "O Baile das Quatro Artes"; crônicas como "Os Filhos de Candinha", escrevendo ainda artigos em jornais e revistas, além de manter correspondência curiosíssima com uma infinidade de amigos ilustres.

A contribuição de Mário de Andrade foi definitiva e imorredoura. Se o movimento modernista não tivesse dado ninguém mais digno de atenção e apreço, só a figura de Mário de Andrade justificaria plenamente aquela tendência de renovação literária e artística no país.

OUTROS MODERNISTAS

Há outros nomes que merecem citação. Em São Paulo mesmo sobressairam vultos como Oswald de Andrade, em romances como "Memórias Sentimentais de João Miramar" e "Serafim Ponte Grande"; e nos livros de poesia como "Pau Brasil", "Primeiro caderno do aluno de Poesia Oswald de Andrade", e "Cântico dos Cânticos para Flauta e Violão". Maior romancista do que poeta, - afirma Bandeira, - Oswald assim mesmo é considerado "o elemento mais fermentativo".

Várias revistas de importância no modernismo surgiram na época, levando a mensagem dos líderes aos quatro cantos do país. Revista que marcaram desde o início, dissidência dentro do movimento. "Klaxon", "Pau Brasil", "Antropofagia" congregavam, além dos Andrade, Raul Bopp, Osvaldo Costa, Antônio de Alcântara Machado. "Anta" reunia Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, dissidência que rolaria para o plano político, levando ao Integralismo. No campo das artes plásticas devem ser mencionados

ao lado de Anita Malfatti e Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Oswaldo Goeldi, dois outros artistas de formação européia, Lasar Segall e Antônio Gomide, além do pernambucano Cícero Dias, Guignard, Ismael Néri, Édson Mota. No campo da arquitetura, destacou-se Warchavchik, construindo em São Paulo e no Rio as duas primeiras residências modernistas, de linha geométricas e sem qualquer elemento ornamental figurativo.

No Rio de Janeiro, havia o grupo literário de Graça Aranha, com Ronald de Carvalho e Renato Almeida. Em torno da revista "Festa", surgiram Tasso da Silveira, Adelino Magalhães, Cecília Meireles, Andrade Muricy, Murilo Araújo, Murilo Mendes, - a melhor e mais completa realização do surrealismo, para um crítico, - e Ismael Nery fundaram a revista "Lanterna Verde", enquanto Prudente de Moraes, que adotou o pseudônimo de Pedro Dantas, e mais Sérgio Buarque de Holanda e outros se uniram em torno da revista "Estética". Simpatizantes deste último grupo e depois figuras do maior relevo no movimento foram Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Dante Milano, Américo Facó e outros.

No Pará, - segundo depõe Peregrino Júnior, - um grupo de intelectuais já se antecipara ao movimento com tentativa provinciana de renovação literária, publicando a revista "Efemeris", onde colaboraram Lucídio Freitas, Tito Franco, Dejard de Mendonça e Alves de Souza.

Depois de 1922, surgiria ali a revista "Belém-Nova", com modernistas como Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Abguar Bastos, Santana Marques e Clovis Gusmão.

Em Minas Gerais, surge a "Revista" com Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Emílio Moura, Pedro Nava, João Alphonsus, Aníbal Machado; e a revista "Verde", com os jovens da época, Rosário Fusco, Martins de Almeida, Ascânio Lopes, Guilhermino César e outros. No Rio Grande do Sul repontaram nomes respeitáveis na prosa e na poesia, como Augusto Meyer, Vargas Neto, Ruy Cirne.

No nordeste, entre precursores e continuadores do Modernismo, são citados, geralmente, na Bahia, Carlos Chiacchio, Goldofredo Filho, Rafael Barbosa e um pouco mais tarde o grande romancista Jorge Amado. Em Pernambuco, Joaquim Inojosa foi o primeiro adepto e propagador do Modernismo, tendo publicado importante depoimento através do livro "O MOVIMENTO MODERNISTA EM PERNAMBUCO", em dois volumes, Gráfica Tupy Ltda, Rio de Janeiro. É livro polêmico, irreverente, contundente em muitos aspectos, refletindo as perplexidades dos intelectuais da época em face do Modernismo. Ali, Inojosa aponta os passadistas, distinguindo-os dos que não sendo passadistas os defendiam e hostilizavam os modernistas, citando entre aqueles, os nomes de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Osório Borba, Silvio Rabelo. Acrescenta os da "3ª força", integrados no movimento, mas fazendo restrições aos métodos e excessos dos renovadores de São Paulo, lembrando os nomes de Valdemar de Oliveira, Luiz Delgado, Silvino Lopes, Eugênio Coimbra e outros. E, por fim, dos que se congregaram em torno dos ideais da Semana de Arte Moderna, de São Paulo,

citando apenas Ascenço Ferreira, Austro-Costa, Dustan Miranda, Raul Machado e os pintores Vicente do Rego Monteiro e Cícero Dias.

Na Paraíba, são mencionados por Inojosa, como pioneiros, S. Guimarães Sobrinho, Perillo D'Oliveira, José Américo de Almeida, Coriolando de Medeiros e Emídio de Miranda. Entre todos, destaca-se o nome ilustre de José Américo de Almeida, autor do romance "A Bagaceira", que é um dos monumentos do Modernismo e considerado marco inicial da literatura social nordestina. Publicado em 1923, José Américo de Almeida confessou que passou cerca de três anos para escrevê-lo, reconhecendo ainda que tanto "A Bagaceira" quanto "Coiteiros" são "livros representativos dos ideais nacionalistas do novo modernismo, característico da reação nordestina de sua obra literária".

Em Alagoas, refere-se Jorge de Lima como um dos iniciadores do Modernismo, mas não se deve esquecer o nome posterior de um romancista da categoria de Graciliano Ramos, que é fruto do modernismo.

No Ceará, são lembrados Raquel de Queiros, Permínio Asfora e Braga Montenegro. No Rio Grande do Norte, apenas dois nomes: Luiz da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes.

MANIFESTO REGIONALISTAS DE GILBERTO FREYRE

Gilberto Freyre é, sem dúvida, modernista dissidente, que não se adaptou às dimensões impostas por um Graça Aranha ou mesmo um Mário de Andrade. Ele mesmo quis dar seu grito de independência, abrindo novos caminhos à juventude intelectual da década de vinte. O seu Manifesto Regionalista, só publicado em 1952, amplia tese que defendeu perante o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, de 1926, que se reuniu no Recife, sendo documento dos mais relevantes das novas tendências literárias e artísticas do país.

Enquanto Graça Aranha combatia os regionalismos, os academismos, os provincianismos, Gilberto Freyre, ao contrário propunha movimento de "reabilitação de valores regionais e tradicionais" do Nordeste. Orientação, esta última muito mais sábia, porque fundamentada sob as raízes de nossa formação étnica e cultural. Enquanto Graça Aranha pregava a destruição do passado cultural, que para ele era nulo, Gilberto Freyre chamava a atenção dos intelectuais e artistas para a significação dessa tradição cultural, cheia de valores ricos de conteúdo como formas de aculturação e assimilação do lusitano e do negro nos trópicos.

Seu regionalismo - e ele frisou este ponto em mais de uma passagem do seu Manifesto, - não tinha nada de isolacionismo, de separatismo. Propugnava também por outros regionalismos brasileiros, para que se juntassem ao do nordeste, dando sentido orgânico ao movimento renovador.

Não era por intuição ou etnocentrismo que Gilberto Freyre defendia seus pontos de vista. Seu regionalismo tinha base antropológica e sociológica visíveis. Ele sabia o que estava dizendo.

No regionalismo, Gilberto Freyre via, sobretudo, áreas culturais perfeitamente delineadas, com seus complexos, padrões e valores culturais inconfundíveis. Acertadamente, batia-se contra a novidade estrangeira, a moda européia, a cópia servil das tendências alienígenas da época. E perguntava: "Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como valores basicamente nacionais?"

Chamou, por exemplo, a atenção para a culinária nordestina, sua significação social e cultural, com a necessidade de defender-se a descaracterização da cozinha regional. E para outros problemas como os das belas artes, urbanismo, arquitetura, engenharia, administração, literatura. Mostrou que essa tradição luso-brasileira estava em declínio, em crise no nordeste, com influências avassaladoras da Europa e Estados Unidos.

O Papai Noel nórdico, por exemplo, refletia essa influência inconsequente contra a ecologia, as tradições latino lusitanas, o espírito racional e lógico que deveria norteiar o brasileiro. Um Papai Noel de roupa de lã, viajando de trenó entrando pela chaminé... E uma árvore de Natal de clima frio e temperado... Tudo substituindo a legítima tradição do presépio português, com a lapinha e as pastoras dando alvícias pelo nascimento de Jesus.

Em suma, Gilberto Freyre indicou, sabiamente, que só há um caminho certo para o intelectual ou artista brasileiro: Aproximar-se do povo, descer às raízes e às fontes da cultura e arte regionais. O mesmo que já vinha fazendo Villa-Lobos em relação à música, com o aproveitamento dos valores folclóricos nacionais. E ele pedia, naquele documento a salvação e valorização do conjunto da cultura regional, ameaçada ou negligenciada pelo vírus do cosmopolitismo e falso modernismo.

Seu apelo, que nos pareceu justo, racional, coerente com as fontes da nossa cultura, não se perdeu atoamente. A escola do Recife é hoje uma das mais atuantes do Brasil, sobretudo no terreno dos estudos sociais, que ali floresceram poderosamente. Nesse sentido, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais é um marco. Estudos sociais que floresceram talvez com maior força do que a ficção propriamente dita, o romance, o conto, a poesia, o teatro, embora haja exceções honrosas como a obra poética de um Ascenço Ferreira ou de um romancista como José Lins do Rêgo. Ou a obra teatral de um autor já da geração de 1945, o paraibano Ariano Suassuna, mas um produto da escola do Recife.

A Gilberto Freyre deve-se esse mérito extraordinário: Ele valorizou o homem e a cultura do nordeste. E lutou para que não se perdessem os valores ameaçados, dignos de maior compreensão e estudos pela riqueza que encerram. Sua obra de interpretação sociológica e antropológica, - sobretudo o livro clássico da categoria de "Casa-Grande e Senzala", - demonstra de maneira irrefutável a tese que defendeu e divulgou com inteligência e alto saber crítico. Foi essa uma das contribuições mais fortes do nordeste ao movimento renovador que se inicia em 1922, movimento que ele,

Gilberto, preferiu chamar de "regionalista" e "tradicionalista" em vez de "modernista".

CASCUDO E JORGE FERNANDES

No Rio Grande do Norte, o movimento modernista afirmou-se através de duas figuras de projeção nacional: Luis da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes, legítimos precursores. Embora não radicado na província, deve-se mencionar o nome de Peregrino Júnior, observador e cúmplice do Modernismo, vivendo no Rio de Janeiro, onde entrevistou os principais líderes do movimento.

Cascudo não lançou manifesto, mas desenvolveu, paralelamente ao que se fazia no Recife, obra notável de história, interpretação e divulgação do folclore brasileiro, espalhando-se por uma série enorme de livros, ensaios, artigos de jornal, conferências e participação em congressos e reuniões nacionais e internacionais sobre problemas culturais no país, em geral, e do Estado do Rio Grande do Norte, em particular.

Foi, na época, um renovador de estilos e revalorizador de estudos e pesquisas históricas e sociais. Tendo todas as condições para vencer nos centros mais adiantados do Brasil, pela sua privilegiada inteligência e erudição, deixou-se teimosamente, permanecer na província, - o que fez com que Afrânio Peixoto o consagrasse com o título de "Provinciano Incurável".

Ao lado de Gilberto Freyre, no Recife, e de José Américo de Almeida em João Pessoa, Luiz da Câmara Cascudo é hoje instituição nordestina e brasileira. Sua velha casa à av. Junqueira Aires, em Natal é ponto indispensável de atração turística. Aos 73 anos, continua produzindo intensamente, procurado por universidades e instituições nacionais e internacionais para proferir conferências e ministrar cursos especializados. E como ele gosta de dizer que "o lugar do aposentado é no aposento", vai agradecendo convites e distinções e permanecendo fiel à terra e ao trabalho intelectual que tem sido uma das fontes de sua alegria interior e até de suas extroversões contagiantes.

Jorge Fernandes, pela sua extrema humildade e modéstia, até bem poucos anos não era sequer mencionado pelos historiadores de nossa literatura. Depois do trabalho que desenvolvemos, publicando, no Rio, ensaio sobre a sua poesia, em 1964, e em 1970 reeditando o "Livro de Poemas", seu nome já vem sendo citado como precursor do Modernismo.

Foi Cascudo quem primeiro contactou com Mário de Andrade e outros líderes do Modernismo, apresentando Jorge Fernandes e outros nomes do Rio Grande do Norte. Mário de Andrade ficou encantado com os primeiros poemas que recebeu de Jorge Fernandes e, vindo a Natal, por ocasião de uma visita a Cascudo, foi abraçá-lo. Numa das raras cartas de Mário a Jorge Fernandes, que nós recolhemos e publicamos, ele nos oferece este depoimento sobre os poemas de Jorge: "Têm neles um certo ar brusco meio selvagem, meio ríspi-

do e no entanto coa de tudo uma doçura e um carinho gostoso... Você é original, é incontestável e é duma originalidade natural, nada procurada. Fique certo que ando guardando os poemas de você como dos mais interessantes dentre os de nosso Brasil de hoje”.

Manuel Bandeira, por sua vez, (a quem chamamos, posteriormente, a atenção para a poesia de Jorge Fernandes), confessou-se igualmente seu admirador exaltado, a ponto de escrever estas palavras consagradoras numa carta que nos enviou: “Jorge Fernandes falou em muitos dos seus poemas com um timbre que é só dele, falou de coisas do Brasil com um sabor que é só dele; aquele seu livro deve estar na biblioteca de todos os brasileiros”.

De fato, Jorge Fernandes é um marco na poesia norte-riograndense. Foi ele o primeiro que escreveu no ritmo largo, versos livres, esquecido de rimas e versificação, cantando a revolução que se processava na vida social e econômica do Brasil na década de vinte. Publicou seu “LIVRO DE POEMAS” em 1927, sendo reeditado em 1970, pela Fundação “José Augusto”, com introdução nossa e cerca de trinta e tantos poemas que coletamos em jornais velhos e inéditos. Seus versos, sobretudo os do “Livro de Poemas”, dão idéia perfeita de sua participação no Modernismo. Ironiza os parnasianos, que ele precisava destruir para sobreviver na luta pela sua afirmação. E é sempre um deslumbrado pelo sol nordestino, pássaros, bichos, evocando o sertão, costumes patriarcais, comidas típicas e a tragédia secular dos flagelados e das enchentes.

Jorge, de tão humilde, era quase simplório. Mas sabia dizer coisas sobre poesia como pouca gente, antes dele, disse neste país. Sobre o fenômeno poético, por exemplo, revelou ao repórter Lenine Pinto, numa entrevista:

- Ora, nós somos uns garimpeiros. Temos que remover a massa de terra com esforço e paciência, para no fim encontrarmos apenas um grãozinho, e este é que é nosso e é o que tem realmente valor. Não adianta que se queira toda a peneira da terra e que se faça, como alguns dos nossos poetas, poesia orientada para os burgueses, nem se deve escrever nada para os burgueses”. Interrogado sobre o seu maior sonho literário, respondeu:

- Ainda está comigo. É compor uma **canção**, mas uma coisa diferente dessas que andam rolando por ai. Quero uma canção tremenda, como as espanholas”.

Sem qualquer sombra de dúvidas, Jorge Fernandes é um dos mais puros precursores no movimento modernista no Rio Grande do Norte e no Brasil.

JOÃO LINS CALDA - MODERNISTA ANÔNIMO

Num ensaio exaustivo sobre o modernismo no nordeste, deve-se abrir uma porta aos modernistas anônimos. Aqueles que, recebendo influências dos precursores, se afirmaram e integraram de corpo e alma no movimento, nas várias províncias, embora permaneçam desconhecidos pelos historiadores de nossa literatura. Poetas e escritores, anteriores ou contemporâneos ao Modernismo, que se deixaram penetrar pela mensagem dos inovadores e fizeram poesia

ou prosa do melhor sentimento modernista. Não havendo lugar para eles na fase parnasiana ou pré-modernista e nem posteriormente, da geração de 1945 em diante, conclui-se que esses intelectuais estão rigorosamente vinculados ao Modernismo, quer pelo espírito, quer pela forma em que se expressaram.

Trazemos um exemplo do Rio Grande do Norte que nos parece expressivo. Certamente há vários outros aqui na Paraíba, em Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, por todo o nordeste. O que falta é pesquisar e divulgar.

Referimo-nos ao modernista esquecido João Lins Caldas, que não chegou a publicar livros embora tivesse escrito vários, como informa Rômulo Wanderley, acrescentando, entre os inéditos, alguns de títulos tão bonitos: "Deus Tributário", "Casa de Pássaros", "Pulso de Febre", "Águas de Sono", "Chão de Enterro", "Ego, Ego", "Alma de Ontem", "Árvores de Raios" e "Litanias de um Doido".

João Lins Caldas, nasceu em Goianinha, (RGN), a 1º de agosto de 1888 vivendo quase toda sua existência solitária e incompreendida no Açu, onde faleceu a 18 de maio de 1967. Durante alguns anos em que morou no Rio de Janeiro, colaborou na imprensa e conviveu com renomados intelectuais da época. Foi amigo íntimo do romanista José Geraldo Vieira, que o incluiu no livro "Território Humano" como um dos seus personagens, com o nome de Cássio. Das conversas que teve com a escritora Maria Eugênia Montenegro, no Açu, o poeta lhe deu alguns poemas e impressões de escritores sobre a sua obra. Vale a pena conhecer algumas, para se ter uma idéia de quanto ele chegou a ser considerado e admirado. Antônio Bento, - o crítico de arte, - confessou, certa vez, a Moacir Medeiros, ressaltando as antecipações do poeta: "João Lins Caldas é o pai do modernismo". Hermes Fontes chegou a proclamar: "João Lins Caldas é o Lord Byron brasileiro". E Pereira da Silva, a propósito de outro livro inédito do poeta, sentenciou: "Está para a língua portuguesa assim como "Balada de um Cárcere", de Oscar Wilde, está para a língua inglesa".

Louco no fim da vida, João Lins Caldas foi encontrado morto na casa em que morava sozinho, no Açu, ao lado de suas marrecas de estimação.

Basta um dos seus poemas, "A CASA", para nos dar a medida da beleza e profundidade de sua poesia. É obra prima da poesia modernista no nordeste, que divulgamos com respeito e orgulho. Observem:

"A CASA"

João Lins Caldas

Fechai a casa toda, vós todos que estais dentro de casa.
A casa vai nos dar o seu segredo, a casa nos vai dizer o
que é ela, a nossa casa...
Aqui cresceram choros de crianças,
os nascidos choraram,

embalaram-se da rede adolescentes,
velhos saíram nos seus caixões, esticados os pés, hirtos e
mudos como tijolos levados.

Eu escrevi dos meus vesos,
pensei dos meus pensamentos amargurados,
o cabelo comprido, a barba ponteaguda, mal alinhada,
e das mesas, sobre as toalhas velhas,
os pratos fumegantes,
a incidência da luz sobre os armários.

Vamos, irmãos, tudo é entre sombras,
o medo, o cuidado, as mãos postas,
o pavio do candieiro,
tudo é recordado.

...e ao comprido da rede que se balouça esticada,
uma cabeça, uma cabeleira preta,
pés que se esticaram, mãos agitadas.

Vamos, irmãos, eu que estou reparando de retrato
esse quadro que se alonga ao longo da parede”.

CONCLUSÕES

O Modernismo, cujo cinquentenário transcorrerá em fevereiro de 1972, foi tendência de renovação das letras e artes brasileiras que teve, como principais líderes, Mário e Oswald de Andrade em São Paulo, ao lado de Graça Aranha, que inaugurou a Semana de Arte Moderna em 1922 e procurou justificá-la com alguns argumentos nem sempre convincentes. Isto não diminuiu as dimensões de sua obra e do seu talento.

Houve, no movimento de renovação, influências européias, através do expressionismo alemão, do cubismo francês, do futurismo de Marinetti e do surrealismo, - outras tendências da época. No país, o Modernismo assumiu características nitidamente brasileiras, apesar das dissidências e pontos de vista contraditórios de alguns dos seus participantes, como, por exemplo, Graça Aranha em relação a Gilberto Freyre.

Apesar das críticas que se fazem ao Modernismo, entendemos plenamente válido o movimento, por ter despertado a juventude da época para os problemas realmente brasileiros, pondo em segundo plano as motivações alienígenas, tão marcantes nos poetas parnasianos que antecederam ao acontecimento.

É sobretudo digno de registro, como consequência do Modernismo, o maior interesse brasileiro para o livro de fundamental importância na nossa formação ética e cultural, que passaram a ser reeditados a partir de 1930, como igualmente revistas de cultura, tanto em São Paulo quanto no Rio e noutros centros. A coleção

"Brasiliãna", da Companhia Editora Nacional, iniciãda nesse perío-
do, é o maior monumento editorial do país, com trezentos e muitos
volumes já publicados.

No nordeste, a influência de Gilberto Freyre, de José Américo
de Almeida e de Luís da Câmara Cascudo foi indiscutível e meritó-
ria. Revitalizou os jovens, que se voltaram para os problemas da
cultura brasileira, determinando surtos de estudos, ensaios e pes-
quisas sobre ciências sociais ao lado de vigorosos livros de ficção.

Peregrino Júnior, em lúcida confe.ência sobre o Modernismo,
no Uruguai, proclamou a propósito: "... quando se faz o balanço
da obra realizada pelos modernistas, verifica-se, sem esforço, que
o entusiasmo nasceu no Rio, a organização pertence a São Paulo,
enquanto os impulsos criadores nos vieram de Minas, do Nordeste,
Rio Grande do Sul. E seja qual for a nossa atitude em fase desse
movimento, - continua Peregrino Júnior, - não podemos negar-lhe
importância e significação. Ele se incorporou à vida de nossa cultu-
ra, é um capítulo vivo e palpitante da história do nosso pensa-
mento".

A partir da chamada geração de 1945, - dizemos nós, - outras
tendências e influências estranhas passaram a atuar na mocidade
do país. Estava superada a fase do modernismo, a qual, apesar
dos seus excessos, revelou grandes nomes à cultura brasileira,
prestando serviços que a ninguém é lícito desconhecer ou subes-
timar.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, GRAÇA - 1969 - Obras Completas de Graça Aranha -
Edição do Instituto Nacional do Livro - Rio.
- BANDEIRA, MANUEL - 1960 - Noções de História das Literaturas
- 2 vols - 5ª. ed. - Fundo de Cultura S.A - RIO.
- FREYRE, GILBERTO - 1967 - Manifesto Regionalista - 4ª. ed.
- Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - Recife.
- BRITO, JOMAR MUNIZ DE - 1966 - Do Modernismo à Bossa Nova
- Civilização Brasileira - Rio.
- BRITO, MÁRIO DA SILVA - 1968 - Graça Aranha: Chefe - ou
não - da Semana de Arte Moderna - in Rev. do Livro, nº 34 -
INL - RIO.
- NUNES, CASSIANO - 1969 - O Humor na Poesia Moderna do Brasil
- in Rev. do Livro, nº 36 - Rio.
- MÉLO, VERÍSSIMO - 1964 - Dois Poetas do Nordeste - (Jorge
Fernandes e Ascenço Ferreira) - Coleção Aspectos - MEC - RIO.
- FERNANDES, JORGE - 1970 - Livro de Poemas - ED. da Fundação
José Augusto - Rio.

WANDERLEY, RÔMULO - 1965 - Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense - Edições do Val Ltda - Rio.

JÚNIOR, PEREGRINO - 1969 - Três Ensaio - Livraria São José - Rio.

PONTUAL, ROBERTO - 1969 - Dicionário das Artes Plásticas no Brasil - Civilização Brasileira - Ver o artigo "A Semana de 1922 e a Renovação da Arte Brasileira", de Araci Amaral e Walter Zanini - Rio.

INOJOSA, JOAQUIM - 1968 - O Movimento Modernista em Pernambuco - 2 vols. - Gráfica Tupy Ltda. Editora - Rio.

* DISPONIBILIDADE ESPIRITUAL NO JAPÃO E NO BRASIL

Nestor dos Santos Lima

A proliferação, no Brasil, de seitas budistas japonesas buscando prosélitos entre os japoneses do Brasil e seus descendentes brasileiros e procurando atrair brasileiros de outras origens nada mais é do que um caso entre as variadas tentativas de canalizar a imensa disponibilidade espiritual existente no Brasil, país que embora predominantemente católico, é mais do que isso, um vasto teatro tropical onde as mensagens religiosas ainda se estão degladiando em busca da conquista espiritual de milhões de crentes potenciais.

O quadro é amplo e como tal deve ter sido apreciado pelos mentores das seitas japonesas nas suas centrais metropolitanas, à sombra dos seus antigos mosteiros ou dentro das suntuosas instalações ao dispor de algumas delas como a Soga Gakkai, a PL Kyodan ou a Tenrikyo. Com efeito, no Brasil como é sabido, as mais variadas formas de religião se cultivam abertamente, num vasto espectro que vai desde a ortodoxia católica romana, às infinitas variantes do protestantismo, e de outros cultos judeu-cristãos passando pelas formas sincréticas afro-brasileiras ao animismo cru dos povos mais primitivos. Mas sobretudo, há uma tolerância imensa na matéria e as crenças todas são praticadas sem se reclamarem exclusivismos, baixo o sentido ecumênico que pervaga normalmente as culturas formadas pela imigração diversificada em vastas massas continentais do trópico. Nesse quadro algumas linhas de comportamento místico de extração asiática não poderiam deixar de tomar pé. Daí as seitas japonesas.

O outro lado da medalha é inserir essas atividades realigiosas no quadro do relacionamento cultural e histórico nipo-brasileiro passado e contemporâneo e constatar que de um lado, os japoneses tem uma história de marcada desconfiança para com as conexões políticas das atividades religiosas e, do outro lado, os brasileiros entraram na história no quadro de uma vasta ofensiva mundial político-religiosa a cujo serviço chegou Cabral às costas da Bahia em 1500.

* De um livro em preparo intitulado "Indicações para um diálogo de Antípodas". Nota do autor.

É verdade que o Japão importou o budismo, lá pelo ano 552 da era cristã, quando o rei de Kudara, na Coréia, enviou as primeiras levadas de sacerdotes e freiras budistas com as imagens e os arquitetos para fazer os templos. O príncipe Shotoku, o Constantino do Budismo no Japão, entre os anos de 592-628 deu ao budismo firme base junto à corte no Império do Sol Nascente. Após 130 anos os japoneses inseriram no budismo uma forte coloração nacional japonesa e o transformaram no budismo-shintoísmo japonês que veio alimentando espiritualmente o Japão até a derrocada de 1945. Assim o budismo coreano foi transmutado em uma religião tipicamente japonesa, exemplificando no campo religioso a tremenda capacidade japonesa de adaptar tudo ao Japão e pôr a experiência alheia a serviço dos fins exclusivamente japoneses.

O encontro com o catolicismo foi dramático e explosivo. A princípio os devaneios místicos de São Francisco Xavier nos meados do século XVI (1549) foram tomados como o preço inofensivo de ganhar acesso ao comércio e à tecnologia ocidental através dos portugueses. Tão logo surgiram as suspeitas de que detrás dos jesuitas e dos franciscanos se escondiam as Coroas portuguesa e espanhola, a reação não se fez esperar, com a expulsão dos padres, o sacrifício de milhares de católicos, dos quais o exemplo mais vivo foi o dos mártires de Nagasaki, crucificados em uma colina da cidade, no dia 5 de fevereiro de 1597. O último incidente parece ter sido a batalha de Shimabara em 1638 na qual entre católicos e não católicos foram exterminados 37.000. O esforço sistemático das autoridades japonesas para erradicar o catolicismo, como doutrina estranha e com ligações que hoje se diriam imperialísticas, foi cheio de passagens dramáticas e ilustrativas da meticulosidade e objetividade com que foram mobilizados todos os meios a esse fim, deixando episódios interessantes como o de Padre Ferreira, dramatizado pelo grande novelista católico japonês contemporâneo Shusaku Endo, em sua novela "Silêncio" (Chinmoku) do qual foi feita excelente película. Hoje no Japão há liberdade de culto e estima-se em 300.000 o número de católicos.

A debacle de 1945 chocou profundamente os japoneses pela dessacralização do Imperador. O arcabouço religioso que respaldava fortemente o país em luta perdeu sua viga mestra na qual repousava o único absoluto de uma fé substancialmente pragmática e nacionalista. O povo japonês entrou em disponibilidade espiritual, não por ausência de base, mas por derrocamento momentâneo de seus fundamentos à luz de realidades mais fortes. Permaneceria em aberto e em disponibilidade o gregarismo, o etnocentrismo, a religiosidade grupal instintiva do japonês necessitando canalizações que não tardaram a aparecer com o renascimento de velhos mitos e seitas arraigadas no passado budista e shintoísta e sobretudo montadas pragmaticamente para aproveitar o desnorteamento coletivo trazido momentaneamente pela derrota.

Já em 1958 estavam registradas 171 novas religiões no Japão, das quais um terço se diziam shintoístas, outro terço budistas, duas ou três se diziam cristãs e o resto, cerca de 30 eram sem caracterização filosófica tradicional. 18 milhões de crentes dos

quais 15 milhões professavam as formas cristãs, budistas e shintoístas. Arrecadando recursos dos seus crentes através de contribuições mensais e pela venda de material religioso e impresso pelas sedes, essas religiões imediatamente adquiriram consideráveis patrimônios e seus orçamentos anuais vêm atingindo somas superiores a 1 milhão de dólares desde então, como a Tenrikyo, Rissho Kosei Kai, e a P.L. Kyodan. Caracterizam-se essas novas religiões por alguns aspectos comuns a saber: 1) uma sede central, que é a meca dos crentes, em algum ponto do Japão - como Tenri, perto de Nara, para a Tenrikyo, ou o Taiseki Gi, centro da Soka Gakkai, no monte Fuji. 2) são fáceis de adotar, de compreender e de seguir. 3) baseiam-se no otimismo. 4) querem estabelecer o reino de Deus na terra, aqui e logo. 5) enfatizam que religião e vida são inseparáveis. 6) repousam num forte líder. 7) proporcionam aos seus adeptos um sentimento de importância e de dignidade. 8) ensinam a relatividade de todas as religiões, com exceção do grupo Soka Gakkai e do Nichiren, marcados por uma intolerância raiando ao fanatismo.

A força financeira e o dinamismo dessas novas religiões é considerada pelos círculos budistas como o maior perigo jamais enfrentado pelo budismo japonês. As conexões dessas religiões com partidos políticos, como se verifica com a subordinação do Partido Komeito à organização budista Soka Gakkai, o fanatismo militante e proselitista dessa mesma Soka Gakkai tem despertado bem avisadas reações dentro do próprio Japão e permite suspeitas de que através delas se possa canalizar o velho caudal de tradicional nacionalismo messiânico japonês desequilibrado pela última catástrofe mas nunca renegado totalmente. O imediatismo que ressuma das postulações dessas novas religiões permite admitir que seus líderes todos poderosos possam eventualmente querer manipular o seu poder econômico e sua carisma pessoal dentro do Japão e onde quer que lancem seus tentáculos, para fins mais obscuros ainda do que a nebulosa busca da felicidade dos homens.

No Brasil já estão estabelecidas diversas dessas novas seitas. Dessas as principais são a Tenrikyo que fundou em 1951 junto ao Grêmio Cultural Bauruense em São Paulo sua sede missionária no Brasil e já conta com 37 igrejas no território nacional, e a Soka Gakkai, que no Brasil se apresenta sob a sigla Seykio, com jornais, em português e japonês, e fazendo proselitismo à base do seu intolerante credo atribuído aos ensinamentos de Nichiren ao qual não repugna nem mesmo o recurso à violência física para fins de proselitismo, como tem ocorrido no Japão.

A proliferação das novas religiões japonesas no Brasil pode, sem dúvida, ajudar-nos a preencher os claros da disponibilidade espiritual em que se encontram milhões de brasileiros. Seria sossegante poder acreditar que esse fosse o objetivo buscado por esses pacíficos missionários do século XX. Entretanto, sua concentração sobre as comunidades brasileiras com forte percentagem de elementos nipônicos leva a pensar que seja mais uma forma de fortalecer o etnocentrismo japonês no ultra-mar brasileiro, enucleando essas comunidades em pequenas esferas de influência de centros religiosos no Japão dependentes de um líder carismático japonês.

A propósito conviria lembrar que, com sua longa memória, os japoneses não esqueceram as táticas dos missionários cristãos do Século XVI que tantas suspeitas despertaram no Japão daquela época. E como por coincidência, a religião nova mais enraizada no Brasil talvez seja a Tenrikyo, que, além de fortemente influenciada pelo shintoísmo nacionalista japonês, dispõe na sua sede em Tenri, de uma inigualada coleção de livros do século XVI e XVII sobre o trabalho dos jesuitas e franciscanos portugueses e espanhóis no Extremo Oriente, que lhes pode ilustrar novos caminhos missionários para a América do Sul, livres, por felicidade, de contingências fatais como o sacrifício dos 26 mártires de Nagasaki.

II

Memória

TRANSPORTE EM ÉPOCAS DIVERSAS

RAUL FERNANDES

1 - VIAGEM EM CAÇUÁ (1911)

Caçuá era um grande cesto oblongo, feito de cipós e talhas, com azelhas para se prender aos dois cabeçotes das cangalhas. Servia para o transporte de cereais. A cangalha armada com paus triangulares, colocada em cima do burro e atada com cilha, rabicho e peitoral. As pontas das duas forquilhas eram chamadas cabeçotes e formavam a cangalha.

O arrieiro montado guiava a besta segurando o cabresto, em geral de corda. Conduzia sempre um guarda-chuva. Das crianças sentadas dentro dos cestos, apareciam apenas as cabeças. Eu tinha uns dois anos, e outro irmão mais velho, ocupava o do lado oposto.

Viajamos de Mossoró em direção ao sul do Estado, até as Águas de Brejo das Freiras, perto da cidade de Souza, na Paraíba. Descansamos no sítio de meu avô, próximo da vila de Pau dos Ferros. Fazíamos pouso a caminho. Regressamos do mesmo modo, perfazendo umas cem léguas.

Várias pessoas entrevistadas haviam feito jornadas semelhantes. Não me recordava mais dessa viagem. Minha mãe a contava com detalhes.

2 - VIAGEM EM CARRO FORD (1921)

O primeiro automóvel a chegar a Mossoró, foi em 1918, adquirido por Delfino Freire, dono de várias casas comerciais. Carro grande, capota de lona, lugar para duas pessoas à frente e, cinco atrás. A buzina, por fora, ao lado do motorista. Parecia uma corneta, e era tocada apertando-se uma pera de borracha. Motor sem bateria, funcionava a manivela. O chofer sendo francês não bebia água, somente vinho, comprado em Aracati, porto do Ceará. Este privilégio foi assunto dos mossoroenses.

Já havia alguns autos na cidade, quando meu pai comprou um Ford, mais ou menos em 1920. Fez a primeira viagem à vila de Apodi, causando sensação.

Durante o percurso, campestres fugiam das estradas, espavoridos. Quando o veículo entrou na vila, o povo correu para dentro de suas residências e fechou as portas. Diziam tratar-se do demô-

nio, pois além do ruído, dava estrondos, fumaçava e, andava sem ser puxado por animais.

O intendente chamou o pessoal avisando que os viajantes eram amigos e, estavam em sua casa. Convidou a todos para conhecerem o automóvel.

Anos depois, estive nesse lugar e, o cidadão de quem fui hóspede, narrou-me o acontecimento com detalhes.

Conheci indivíduos importantes em Mossoró, que afirmavam ter visto o cão durante a noite, andando em casa. Ouviam as passadas e o barulho das mesas, móveis e cadeiras sendo arrastadas. Procuravam centros de credices e relatavam o ocorrido. Libertavam-se da perseguição com orações, amuletos e benzimento do local. Curandeiros tratavam doentes tentando retirar do corpo, o espírito mau.

Lembro-me de certa manhã, muita gente passando apressada em frente à nossa residência. Iam ao palacete de Miguel Faustino, afastado da cidade. Comentavam que à noite ouviram grande estrondo, as paredes racharam e, viram o braço cabeludo de Satã, quando pulava o muro.

Sabíamos que o terreno da região era calcáreo. Após as chuvas formavam-se cavernas no subsolo. Esses fenômenos e afundamentos na superfície, aconteciam devido à acomodação da terra.

Naquela época, afirmava-se que algumas pessoas venderam a alma ao diabo, para enriquecerem, dando-lhe algumas gotas de sangue. Até poucos anos atrás, ainda havia essas credices entre sertanejos.

Miguel Faustino, porém, era homem caridoso e católico praticante. Amigos da família levaram o padre para benzer o local. Assunto comentado durante bastante tempo.

Em 1924, viajei ao Assu, à 12 léguas de distância. O carro tinha rodas de motocicleta e pneus finos. Conduzíamos, no mínimo, seis de sobressalente, além de câmaras de ar. Um jovem preto e forte, ia ao lado do chofer para tocar a manivela e trocar pneus que a todo momento, estouravam. Usávamos cola para os consertos. Borracha d'água amarrada na boléia. Capota de lona, aberta dos lados. Estradas para tropas de burros e carros-de-boi, estavam em péssimas condições.

Saímos manhã cedinho, e chegamos às 11 horas, devido às constantes paradas. Ficamos em casa do primo Chico Martins e, regresamos dois dias depois.

Na verdade, foi uma viagem imprevisível, cheia de surpresas.

RELEMBRANDO HELIO GALVÃO

ENÉLIO LIMA PETROVICH

Nunca é tarde recordar. Até porque consideramos a recordação um viver redescoberto e sempre renovado.

Em 12 de janeiro de 1989, à Av. Campos Sales, 863, nesta cidade do Natal, inaugurava-se a Fundação Cultural Helio Galvão.

Fomos convidados para orador da magna solenidade, fruto, talvez, da amizade e do respeito que nos ligavam ao mestre do Direito e à criatura humana das melhores.

Assim, num misto de emoção e júbilo, diante de velhos amigos, autoridades, filhos, netos e demais parentes de Helio Galvão, proferimos breve discurso, o qual reproduziremos a seguir, como mais uma homenagem à sua memória.

Eis, portanto, o que dissemos, cumprindo a nossa tarefa, sobremaneira gratificante para o espírito:

No esplendor desta noite, de evocação e de inteligência, assoma a nossa palavra, testemunhando o mérito de mais uma iniciativa ao ser inaugurada a Fundação Cultural Helio Galvão.

Na verdade, conhecendo bem o professor e o jurista, o historiador e o amigo, Helio Mamede de Freitas Galvão, vez que dele fomos aluno e confrade, não poderia, obviamente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte ficar indiferente e silencioso a tão importante evento.

Integrando a Casa da Memória Norte-rio-grandense, como sócio efetivo e membro de sua diretoria, até o seu encantamento, em 20 de outubro de 1981, a ele devemos muito acerca das elucidações e estudos na área da História, do Jornalismo e da Etnografia, graças ao seu persistente devotamento à pesquisa, buscando-a sem tréguas.

Se a saudade nos une no momento presente, ela também sintetiza e representa um estado de espírito que se impregna em nosso ser como marisco ao rochedo e em meio ao tumulto da contemporaneidade reacende a sua chama votiva e sentida, em homenagem aos que, depois de uma convivência diária e permanente, se foram desta vida tão fugaz.

Não desejamos, aqui, evocar-lhe a memória, em nome do seu e do nosso Instituto Histórico, evidenciando datas e ocorrências, seguindo à risca a cronologia do tempo, através de números estancos e frios.

Queremos, sim, render emocionalmente a homenagem simples e singela a Helio Galvão, porque simples ele sempre foi, na efusão de seu espírito irradiante.

Paira, desde logo, a convicção de que a lembrança de seu nome e de sua obra, na mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, continua sendo marca valorizada para todos nós, pois no manuseio de seus inúmeros livros ali existentes, aprendemos sempre a lição da dignidade, do idealismo, da obstinação, da cultura e da inteligência a nos apontar o caminho mais fecundo que um homem já palmilhou neste mundo de hoje.

Estas palavras traduzem, portanto, os melhores propósitos que nos fazem permanecer vigilantes e ativos em prol da memória po-tiguar.

O venerando Instituto Histórico - que também era de Helio Galvão - possui os elementos mais altos da dignidade cultural do universo. E já proclamou o seu benemérito, humanista e genial Câmara Cascudo: "Foi a Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória.

Um dia desapareceremos todos. Mas, ali, na evocação, sobrelevam os espíritos mais nobres e mais humildes, pelo exemplo dos que desta vida partiram, nos legando a mensagem da fraternidade, da paz e da honradez. É que as permanentes de nossa conduta e a marca do nosso trabalho jamais desaparecerão".

E nas fisionomias que emolduram este ambiente, transmitimos às gerações atuais e do porvir a grande lição de nossa própria existência, se não perfeita em todos os sentidos, porém debruçada para as coisas da inteligência e da sabedoria, que tanto dignificam a criatura humana, imagem e semelhança de Deus.

Ainda criança - lembramo-nos muito bem - já se vão cerca de 40 anos, aprendemos as primeiras letras com Helio Galvão.

Meu pai, no período da guerra, nos levou para Vila Nova, hoje Pedro Velho, e ali residimos algum tempo.

Grandes amigas tornaram-se minha mãe e D. Iliria, esposa do homenageado. Ambas já no céu.

Tabelião, naquele município, o mestre Helio Galvão foi quem nos ministrou o ensino primário.

Ah, como valeram os conhecimentos adquiridos para as razoáveis conquistas por nós alcançadas!

Mas, se de novo reverenciamos a memória de Helio Galvão, reportando-nos aos tempos de nossa infância feliz, sobreleva sempre a sua participação, prestigiosa e constante, nas promoções de nosso Instituto.

Desde 1963, à frente da vetusta entidade, quase que diariamente tínhamos a alegria de conviver com o velho consócio, que ali comparecia para as sessões solenes e ordinárias. E na hora do expediente, papel e caneta à mão, ultimava as suas pesquisas, examinando e rebuscando jornais antigos, livros e documentos raros, que remontam ao século XVII.

E por mais meteóricos que às vezes fossem os contatos, as conversas descontraídas, somente nos proporcionavam conhecer

melhor as nossas origens étnicas, a história regional, os costumes do povo e os multiformes ramos do conhecimento humano.

Sabia, como poucos, desenvolver um tema e justificar uma tese, convencendo-nos, pela sua erudição e lógica, através de argumentos explícitos.

Por isso, Helio Galvão deixou uma lacuna impreenchível na vida cultural deste Estado.

A seu respeito muito bem se expressou o eminente confrade Manoel Rodrigues de Melo, ao escrever o seu necrológio, na Revista do nosso Instituto:

"Lecionou Antropologia Cultural na Faculdade de Filosofia da Fundação José Augusto; Sociologia, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do RGN; Pesquisa Social e Sociologia Rural, na Escola de Serviço Social. Também em Curso de Extensão promovido pela Arquidiocese de Natal, em 1960, bem como no Seminário São Pedro.

Pesquisador, não se conformava com os primeiros resultados de sua pesquisa, mas ia em frente até alcançar o objetivo perseguido.

Detentor de vários títulos honoríficos, os recebia sem alarde e propaganda, mantendo-os fora da curiosidade bibilhotésca dos pescadores de notícias.

Católico praticante, recebeu o título de comendador da Ordem de São Gregório Magno, da Santa Sé.

De sua autoria há vários livros. De todos que lemos, estes são definitivos: "História da Fortaleza da Barra do Rio Grande" e "Cartas da praia" e "Novas Cartas da praia". No 1.º esgotou o assunto. É livro de cabeceira para qualquer historiador".

Sobre "Novas Cartas da praia", define magistralmente o prof. Freitas Marcondes:

"Helio Galvão, poeta, jurista, sociólogo, folclorista, humanista, envia-nos, com uma carta gostosa, os originais do livro "Novas Cartas da praia", solicitando-nos um prefácio. Frisa que o seu propósito é o de "associar gente do Sul ao que se diz no Norte". Suas primeiras "Cartas da praia" são de juntar água na boca, não só pelo lazer bem saboreado, descrito numa praia encoqueirada, mas também pelo conteúdo inteligentemente olhométrado, catando aqui, ali, acolá, verdadeiras pérolas da sabedoria popular. As espumas que ficam no dia a dia da comunidade praiana, o bem-querer e o mal-querer comuns entre os homens, as cousas simples, os provérbios populares, tudo isso foi observado, carinhosamente investigado, catalogado e qualificado pelo autor, que soube aproveitar frações do seu tempo de férias".

É arremata, assim, o professor:

"A naturalidade do autor - que conhecemos em Natal, num gostoso bate-papo, em sua casa (deve ser esta), rodeada patriarcalmente de filhos, sobrinhos, genros e noras - é encantadora. A clareza do relato dos fatos, o linguajar desataviado dos pescadores, dos homens simples, dos seus inúmeros compadres (...), tudo isso está fotografado numa literatura epistolar desprezível, mas com um sabor típico igual o da "fruta comida debaixo da árvore".

Os cientistas sociais do Sul do Brasil precisam tomar conhecimentos da obra honesta e enxuta do etnógrafo Helio Galvão.

Desconfiamos que Helio é também artista plástico. Quem como ele descreve poeticamente os "entardeceres praianos, rápidos, breves, fugazes", em pinceladas fortes não pode deixar de gostar de pintura".

Afinal, devemos parar. Não somos adeptos de discursos longos, enfadonhos e prolixos, por mais eruditos que sejam os oradores. Em nosso caso, caberia, atendendo ao convite firmado pelos dirigentes desta Fundação, expressar e transmitir a solidariedade da mais antiga instituição cultural do Estado, da qual o mesmo Helio fazia parte.

Decerto, promissora e válida se nos afigura esta Fundação, ora inaugurada, com as bênçãos da Igreja Católica, e através do nosso confrade, Dom Alair Vilar Fernandes de Melo, pois - no nosso entender - alinha-se a outros centros de pesquisa deste Estado, oferecendo, alto e bom som, o exemplo mais vivo de amor às letras e às artes, ao público e também aos donos do poder efêmero, estes um tanto ridículos e inoperantes pela ausência de maior ajuda e apoio no campo da cultura, em país com governo de transição e atônito, pela incompetência de alguns, os quais, impunes ainda, afrontam a paciência e a dignidade do povo brasileiro.

Que esta fundação, com idealismo e a pertinácia dos seus responsáveis, seja um instrumento impulsionador de trabalho e de sabedoria, nos variados setores da cultura, para que as gerações presentes e vindouras, aprimorando o espírito e valorizando a inteligência, pelos caminhos da erudição e do passado histórico, contribuam para um Brasil melhor e mais digno, esperança de nossos filhos, na perenidade do tempo.

Mas, é o próprio Helio Galvão, homenageado nesta romaria lírica e emocional, que escreve, poeticamente:

"Falei de ti, pedaço ignorado de terra. Terra pequena e pobre. De ti e de tuas coisas. Do teu mar que alimenta o teu povo. Do teu mar que decora e exorna a tua pobreza. Do teu mar que faz mais solene a paz dos teus mortos, sob a música em surdina dos coqueiros. Paz que é muda nos outros cemitérios sem mar. Falei da bravura dos teus homens. Do humorismo dos teus humoristas analfabetos. Lembrei tua gente, que é minha gente. Das tuas crianças que brincam e trabalham".

Enfim, façamos nossas, nesta hora votiva e cultural, também as suas palavras, no epílogo desta breve mensagem:

"Hoje este dia é teu. E por isso, mandaste alguns dos teus para assinalar a tua presença.

Por isso, não esqueço. Não te hei de esquecer".

Em tempo:

O historiador e jurista Helio Galvão pertencia à Academia Norte-rio-grandense de Letras, tendo ocupado a cadeira nº. 2, cujo patrono é Nísia Floresta e fundador Henrique Castriciano de Souza.

Atualmente, como sucessor de Helio Galvão, com o seu falecimento, está o acadêmico Grácio Guerreiro Barbalho.

ANTÔNIO DE SOUZA, VALOR COMPLETO

Umberto Peregrino

Conheci-o quando eu era menino e acompanhava minha mãe adotiva, Nazinha Seabra, que ia visitar a família de Antonio de Souza (éramos parentes na linha do meu avô materno, o Maj. Miguel Seabra).

Moravam na "Vila dos Cajuais", espaçosa chácara, de fato repleta de cajueiros, mas também abundante em coqueiros, jaqueiras goiabeiras. Além disso, um largo percurso ajardinado levava da casa recuada ao portão.

Ao lado deste, Antônio de Souza fizera construir um pavilhão para servir de "corpo de guarda", quando assumisse o Governo do Estado para o qual acabara de ser eleito, mas cuja residência oficial não ocuparia.

Mas na casa de moradia nada fôra alterado nem se alteraria.

Antônio de Souza não era visto senão em rápidas passagens quando se deslocava do seu gabinete, à frente da casa, para as peças da "intimidade".

Tia Mariquinhas (mãe de Antônio de Souza) e as moças, Maroquinha e Belinha, é que recebiam e conversavam, numa espécie de varanda, numa lateral da casa.

Minha mãe Nazinha se ferrava com elas, ao passo que eu usava a chácara, recolhendo frutas, identificando passarinhos meus conhecidos, pois lá em casa eles eram numerosos nas gaiolas que meu pai Apolônio mantinha.

Nessa fase Antônio de Souza era, pois, apenas o vulto esquivo, das aparições, ao deslocar-se do seu gabinete de trabalho.

Apolônio Seabra, tenente (Polícia do Estado) veio a ser seu Ajudante de Ordens. Nessa fase, porque eu sabia os horários, era fácil ver Antonio de Souza passar de automóvel (um respeitável "Chandler") para o expediente rotineiro no palácio da Praça 7 de setembro.

De perto e jamais que lhe dirigisse a palavra, conheci Antonio de Souza.

Foi só muito adiante, quando estudante do Atheneu e depois cadete, que vim a saber tudo a seu respeito.

Só muito mais adiante ainda, quando eu cursava o Atheneu, ou já cadete, vim a saber tudo sobre o Governo de Antônio de Souza.

A austeridade era a sua característica principal e a exercia em grau máximo. Era austero completo, no comportamento pessoal, na postura física, no expressar-se, nos atos da vida pública. Além disso, que discricção, que modéstia do seu viver.

Por falar nisso, nem sei como pôde Antônio de Souza tornar-se autor de obras de ficção como "Gizinha", por exemplo, sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa.

Onde as vivências, as experiências, o campo de observação de onde pôde retirar fatos e perfis humanos com que construiu as suas histórias ficcionais?

Esse é um aspecto de vida do escritor Antônio de Souza (Policarpo Feitosa) que está a merecer pesquisa especial, porque o seu esclarecimento interessa tanto à biografia do autor Policarpo Feitosa como à investigação literária.

Como compor aquela ficção de Policarpo Feitosa sem ter tido vivências nem campo de observação capazes de abastecer o autor?

Mas é isso: o escritor Policarpo Feitosa é outra história.

Aqui, o assunto é Antonio de Souza político e homem público na vida do RN.

Governador, representou o máximo de austeridade, assegurou a perfeita regularidade dos serviços públicos do Estado e voltou-se predominantemente para a área de educação.

Aí deixou marcas que documentam as suas preocupações como por exemplo: o prédio ora ocupado pela Fundação José Augusto. Aquela construção do Governo Antônio de Souza destinava-se a receber um grupo escolar que possibilitasse o desenvolvimento da instrução primária naquela área, ainda desprovida.

Ordem e eficiência, foram as características do período de governo de Antônio de Souza. E foi por isso certamente que o governo revolucionário, em 1930, chamou-o a prestar colaboração ao Estado na alta cúpula.

E eis Antônio de Souza novamente atuando nas alturas governamentais pois dele resolveu valer-se o Governo "revolucionário".

Mais adiante, já no governo de Mário Câmara, novamente Antônio de Souza veio a ser convocado e teve a responsabilidade das mais altas decisões administrativas.

Foi, portanto, Antônio de Souza por duas vezes, após ter sido governador, especialmente chamado a assumir responsabilidades administrativas no mais alto patamar ao Governo do Estado.

Mais tarde, superada esta última responsabilidade, talvez para não ser atingido pelo clima de hostilidade que se estabeleceu após o governo de Mário Câmara, Antônio de Souza decidiu retirar-se do nosso Estado.

Desfez-se da "Quinta dos Cajuais" e transferiu sua residência para Recife, a seguir resolveu fixar-se numa pequena cidade do interior, onde veio a ter um fim de vida ingrato, marcado pelo abandono e até pela penúria.

Destino injusto, raiando ao absurdo.

Resta, porém, o julgamento histórico, sob o qual Antônio de Souza terá o lugar que lhe compete, como homem público de exceção.

Certamente ninguém igualou Antônio de Souza na história polí-

tica do Rio Grande do Norte. Operosidade, competência e austeridade são as suas marcas.

Diante de tudo isso, como explicar que, em recente programa de TV na qual eram focalizados os governantes do Rio Grande do Norte, Antônio de Souza fosse simplesmente excluído. Somente ele.

Ignorância ou hostilidade histórica? Acredito que pura ignorância do informante.

DR. LUIZ ANTONIO — MÉDICO E PROFESSOR

Grácio Babalho

Este é mais um instante em que me vejo no nosso Instituto Histórico e Geográfico para dizer, em palavras que possam enaltecer a sua presença evocativa a lembrança dos conterrâneos que, pelo valor de sua conduta humana e a grandeza de seus ensinamentos, vieram a merecer o culto da posteridade.

Esta noite traz ao nosso encontro a presença do médico humanitário, do professor, do primoroso orador LUIZ ANTÔNIO FERREIRA SOUTO DOS SANTOS LIMA, ainda hoje reverenciado e lembrado pelos que conviveram com a sua figura irradiante.

Devo dizer de início que o meu convívio com o professor Luiz Antonio foi, de certo modo, limitado. Lembro o último ano do curso ginásial no Ahenue Norte-rio-grandense quando, adolescente, ouvia o brilhantismo de suas exposições nas aulas de história Natural. E ainda, no tempo em que era ele diretor da nossa Faculdade de Medicina, quando ocupava uma das salas da Maternidade vizinha àquela onde eu, como professor, transmitia aos alunos as aulas de Bioquímica.

Nesse ambiente os nossos encontros eram quase diários e, através deles, recebia sugestões e ensinamentos do Mestre.

Não me vem à lembrança outros instantes de salutar convivência e assim, para trazê-lo à luz deste cenário com palavras que possam rememorar momentos edificantes de sua vida profissional, só me restaria evocar, ao lado do necessário esboço de um traço biográfico, a nobreza de sua vivência assinalada por alguns contemporâneos, sobretudo colegas de profissão.

Nascido no Assu, berço de poetas, veio para Natal aos nove anos de idade acompanhado de sua mãe que enviuvara e mantinha a preocupação de instruir a família. Concluiu o curso primário na escola do Prof. Zuza e, em seguida, o curso de humanidades do Atheneu Norte-rio-grandense.

Matriculou-se, então, na Escola Normal onde terminou o curso de professor primário em 1910, situando-se entre os alunos da primeira turma. Além dos ensinamentos que recebia nas aulas, sua condição de devotado autodidata permitiu que se tornasse professor do Grupo Escolar Augusto Severo e em seguida, por concurso,

passou a ensinar física, química e história natural na Escola Normal onde anteriormente se diplomara.

Em 1919 recebeu o diploma de farmacêutico pela Faculdade de Farmácia do Recife. A obtenção deste título era mais uma demonstração de inteligência e devoção ao estudo pois, já casado, os encargos de família não lhe permitiam frequentar o curso com assiduidade.

Nessa época tentou estudar Direito, matriculando-se na Faculdade do Recife. Entretanto, como o seu legítimo desejo era ser médico, abandonou o curso. A condição de farmacêutico lhe permitiu ingressar, dispensando o vestibular, no segundo ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Isto aconteceu em 1922. O diploma de médico foi recebido em 1926 e no ano seguinte veio iniciar o cultivo da profissão nesta Capital.

Foi então convidado para integrar o corpo clínico do Hospital Juvino Barreto, depois Miguel Couto e hoje Onofre Lopes, dirigido na época pelo Dr. Januário Cicco, onde passou a chefiar, ao lado do Dr. Otávio Varela, o serviço de clínica médica.

No hospital o desvelo, o carinho, o sentimento humanitário com que atendia e cuidava dos doentes, fossem eles providos de recursos ou indigentes, recebeu do seu colega de faculdade e amigo dileto pelos anos afora, o cirurgião José Tavares, palavras emocionantes ao assinalar a sua conduta profissional. Tavares, seu contemporâneo no ambiente hospitalar, lembrava o antigo conceito da filosofia de Hipócrates ao afirmar que a medicina para Luiz Antonio "era mais um sacerdócio do que uma profissão". Um outro colega e contemporâneo, o prof. Travassos Sarinho, disse ao traçar o seu perfil: "Ninguém o sobreexcedia em atenções e cuidados no trato com os seus pacientes".

Ao lado do atendimento no ambiente hospitalar tornou-se no seu consultório, no correr dos anos, um clínico de alto renome que a cidade enaltecia e reverenciava. Sua luta pelo bem comum é lembrada pelos que com ele conviveram quando apontava o seu temperamento impulsivo sempre na direção do bom caminho. E trazem exemplos das incontáveis palestras que realizou acenando a luta contra o fumo, o álcool, e o analfabetismo.

Já estruturada a sua modelar carreira como clínico, passou a dirigir um hospital de doenças infecciosas, o Evandro Chagas. Embora de existência efêmera o hospital viveu sob a sua orientação, os seus melhores dias.

Foi o primeiro diretor da Liga Norte-rio-grandense contra o Câncer, fundada em 1949. Já na maturidade, mantendo inatingíveis a sua capacidade física e atividade mental, idealizou a criação do primeiro hospital de câncer em nossa Capital. A construção desse hospital era um sonho que há muito acalentava, desde quando o seu espírito humanitário não se ajustava ao sofrimento e o desconforto de pacientes na agonia final.

Em legítimo e edificante esforço, contando apenas com pequenos subsídios federais e a benemerência de alguns amigos, conseguiu adaptar uma casa adquirida no bairro das Quintas para o acolhimento de pacientes, construindo ao lado duas enfermarias e uma sala de operações com a necessária aparelhagem. E ainda, em tra-

balho pioneiro, determinou a instalação de um aparelho de raios-X e outro para o uso de radioterapia profunda.

A inovadora existência desse recanto hospitalar, que hoje tem merecidamente o seu nome, representou o coroamento de uma vida profissional consolidada no desvelo com que atendia os seus pacientes, uma alta devoção que ainda perdura na lembrança de muitos.

Lembraremos agora o Professor Luiz Antônio. Ainda na juventude ensinava, como vimos no Grupo Escolar Augusto Severo e na Escola Normal. Na época em que se tornou catedrático de física, química e história natural mantinha ainda, no ensino dessas matérias, um curso particular. O mestre Câmara Cascudo revela que foi seu aluno e ressalta que a grandeza de suas dissertações dispensava a aula prática, quando afirma: "Nós víamos tudo através da exposição magistral". O mesmo poderiam certamente dizer os alunos da minha geração que receberam suas aulas de história natural no velho Atheneu. A beleza e o vigor de suas exposições impressionavam de tal modo os estudantes que muitos decidiam seguir Medicina ou Farmácia.

Quando foi efetivada a criação de uma Faculdade de Medicina em nosso Estado foi ele um persistente colaborador do prof. Onofre Lopes, o idealizador.

Fez parte da comissão que escolheu os professores e, por sua vez, foi incluído entre os docentes como professor de Terapêutica Clínica, tendo atingido a idade-limite justamente quando a primeira turma chegara ao ano em que iria lecionar. Nessa época era o Diretor, quando substituiu o Prof. Onofre Lopes que se tornara Reitor com a agregação das Faculdades em 1958.

Vejamos, em breves palavras, o vibrante orador que foi Luiz Antonio. Dono da palavra fácil, empolgante, capaz de eletrizar qualquer assistência que o estivesse ouvindo. Seus discursos eram algumas vezes inflamados, como acontecera nas lutas políticas em que se envolveu. Outras vezes eram peças oratórias de grande brilho, ouvidas não somente na magnitude de suas aulas como nas conferências e palestras que proferia, algumas a convite de instituições, para mostrar o valor da campanha contra vícios como o álcool e o fumo, outras no seio da Maçonaria onde ocupava o nobre encargo de venerável-maçom.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico, ao qual pertenceu, aqui está presente o ex-aluno escolhido para reavivar a presença do grande Mestre, em palavras simples mas que possam, com justeza, dignificar o seu nome.

Nesta noite, quando decorre o centenário de seu nascimento, devo registrar com orgulho a presença de seus filhos: a emérita professora Olindina, o médico Luiz Rodolfo e a escritora Anadila. Suas presenças fazem-me voltar ao passado quando lembro que poderia estar presente o irmão Luiz Antonio Filho, cedo desaparecido.

Nunca esqueci que a sua saída como médico de Santana do Matos, foi a razão fundamental de poder regressar ao meu Estado quando, recém-formado, já me preparava para a contragosto, seguir outros caminhos.

Ao assinalar ainda a presença de velhos amigos e admiradores do homenageado encerro com emoção as minhas palavras, certo de que a lembrança de seu nome não se perderá no tempo.

Saudação proferida no Instituto Histórico do RN em 27-09-1990.

A GRATA RECORDAÇÃO DOS MESTRES

João Wilson Mendes Melo

Os nossos primeiros professores permanecem vivos na memória daqueles que ajudaram a pensar e conhecer o mundo. É imensamente agradável recordá-los.

I - Irmã Açucena

Com o nome que lembra jardins, flores, perfume, irmã Açucena, ensinava pacientemente como quem abre caminhos no reino de Deus.

Pena que as coisas desse Reino sejam tantas, que a gente estuda tanto e cada vez sabe menos.

No Ginásio Sagrado Coração de Maria, das irmãs Franciscanas, em Mossoró, naquele tempo, o alfabeto e a taboada chegavam para mim pelas suas mãos e pela sua voz, aprendizagem somente interrompida pelos períodos de minha ausência. Uma delas naqueles dias inesquecíveis de fuga do bando cruel de Lampião. No primeiro trem que saiu para Porto Franco e dali em embarcação para Areia Branca, com toda uma população de mulheres e crianças, enquanto meu pai e todos os homens da cidade ficavam para lutar, de armas na mão, contra os bandidos a quem fizeram morrer ou fugir.

Houve fugas menores, causadas pelos boatos de aproximação do bando. Outras pelas cheias do rio Mossoró, cujas águas vinham até perto do alpendre de nossa casa do "Canto", ou Canto dos Filgueiras, onde moramos por tanto tempo.

Mas as lições de irmã Açucena, transmitindo-nos as letras e os números, chaves da abertura da mente para o conhecimento, ficaram incorporadas para sempre à memória, exercendo o seu efeito multiplicador.

A professora, mestre de uma classe infantil, aplicou certamente a pedagogia que, àquela época, se aprendia mais com o bom senso e a experiência de que com as especializações e os mestrados e, sendo uma religiosa, tudo mesclava de fraternidade e amor, como a sua religiosidade e a sua fé inspiravam.

Foi a aprendizagem dos sinais milagrosos que de tão longe, no tempo e no lugar, os fenícios criaram para que os homens se comunicassem. Foram os números que despertara tanto valor entre os gregos e os fizeram penetrar tão fundo no conhecimento do universo. Sem a simplicidade do seu conhecimento aparentemente

ingênuo, não se caminha na sabedoria do mundo que exige o fluxo incessante da recepção e transmissão do conhecimento.

Os resultados de uma instrução assim enriquecida se fazem sentir ao longo do tempo, quando o seu conteúdo rico de humanismo, amadurece, cresce tanto que é preciso transmiti-lo as vezes em profusão aos que encontramos nos caminhos da vida, em salas de aula ou no simples convívio.

A figura de irmã Açucena, no conjunto de suas lições tão simples, de suas atitudes, de seu exemplo, ficou na imaginação infantil, tão sensível às coisas que tocam a mente e o coração e que, estranhamente, sabe guardá-las mais vivamente e mais permanentemente, do que coisas mais recentes e mais comuns.

Vejo, também, que para construir uma mentalidade ou uma vida, as conclusões de uma filosofia ou de uma fé, ditas e praticadas com o coração e um nome de Deus, valem mais do que as normas de toda ciência, isoladas no seu conteúdo material.

II - DONA SENHORINHA

Outro tempo. Outro lugar. Outras pessoas

Agora, na cidade inclinada para o vale, como para facilitar a visão do verde constante, desde os pequenos brotos plantados, aos pendões amarelos, elevados e no balanço desordenado do vento. ImproPRIAMENTE tem um nome que tenta, sem êxito, reduzir sua grandeza. Agora no Ceará-Mirim.

Na rua da Aurora, depois de João Pessoa, morava dona Senhorinha. Casa humilde. Descia-se um batente entre a calçada e sua sala de visitas. Era aí que ela ensinava o latim das missas. O diálogo entre o sacerdote e o ajudante ou coroinha, desde a chegada ao altar até a retirada e durante a celebração da ceia ou eucaristia, como Cristo recomendou: fazei isto em minha memória.

Ela aprendeu o diálogo na pronúncia perfeita e transmitia aos jovens que, acolitando os padres da paróquia, representavam a comunidade religiosa em oração.

- Introibo ad altare Dei (subo ao altar de Deus), dizia o sacerdote.

- Ad Deum qui laetificat juventutem meam (ao Deus que alegra a minha juventude), respondíamos.

E assim até o amem final.

Se, no princípio da aprendizagem, as palavras são gravadas sem grande significado para o aluno, como se fosse desenhadas na pedra, depois adquirem uma luminosidade para dentro do indivíduo que começa a crescer e será um novo adulto.

Foi um tempo breve de aprendizado. Hoje talvez possamos dizer de estudo individualizado, sem currículo, sem crédito, sem avaliação. Tinha, no entanto, uma didática que se fosse possível identificar, diríamos suave, amiga, modesta, mas de conteúdo universal, realista e surrealista e de efeito multiplicador inespecífico.

Se ser mestre é ensinar com a sabedoria natural, inata, as coisas que nos incorporam à vida e nos guiam na compreensão do mundo, dona Senhorinha foi mestre.

Essas mesmas sementes em formas de palavras, cheias do mistério da vida que os laboratórios não conseguem desvendar, mas apenas constatar e remover, ela transmitiu a muitos jovens que como eu, não poderão esquecê-la.

E na sua simplicidade, sua grandeza era maior porque ela nem sabia que exercia um ofício sagrado, na força que vem justamente da humildade, espontânea e singelamente vivida.

Dona Senhorinha nos transmitia, no latim da missa, nas informações incisivas e lacônicas do catecismo, a verdade que se ditava, então, na fase da infância e princípio da juventude, para depois amadurecer e se consolidar na convicção que a História e a Ciência fatalmente trarão, confirmando, uma referência cabível, a beleza dos lírios do campo e a constatação de que sua simplicidade é mais bela e convence mais que as vestes solenes de Salomão.

III - ABNER DE BRITO

Gostaria de escrever mais e melhor sobre ele. Agora, apenas não posso deixar de lado a vontade de relembrar o meu provinciano professor, como se satisfizesse a um desejo de falar com ele, desses desejos que nos assaltam em certos momentos com relação às pessoas de mais estima e que se foram.

Sua sala de aula: a mesa grande, dessas que lembram o café da manhã, o lanche das nove, o almoço, o lanche das três da tarde, o jantar e a ceia da fazenda ou das casas grandes do interior, antigamente; os bancos estreitos e longos, desses de sentar passando as pernas por cima; e só. Não tinha carteiras, nem quadro negro, não tinha mapas. Tinha o mestre. E ele era poeta (impossível separar os dois) e se sentava à cabeceira. Não precisava mais para as aulas das disciplinas que necessitávamos nas férias oficiais na quase juventude, muito menos para as aulas de francês, na juventude.

Era estudo de humanismo, de ciência e de poesia, na musicalidade de outro idioma que por si só nos fascinava.

Sua argúcia, seu conhecimento da psicologia humana em geral e da aprendizagem, em particular, faziam as idéias e os conhecimentos ultrapassarem a inteligência e se alojarem para sempre nos mil recônditos do cérebro. Lições para não mais se esquecer. "Os franceses não escrevem tolices", dizia. E muitos trechos recitava para nos habituar o ouvido com a pronúncia e familiarizar com o vocabulário.

No entremeio das aulas e na conversa ao pé dos batentes da porta de saída, os versos de sua autoria, em bom português, na métrica perfeita (que ele já nos havia ensinado) e na rima sonora, era uma ilustração que percebíamos em cores, mesmo ao tempo do preto e branco. Recitou quase todos os seus versos, contando a história de cada um, com exceção do tão conhecido Enterro do Pecado, do qual apenas contava a história: era um quarto de hotel

de cidade pobre, o candieiro refletia duas sombras na parede e o primeiro verso dizia: "baixa essa luz esplêndida e imprudente que no papel da alcova nos retrata".

Aprendi, nos ensinamentos que estavam para além das lições sistemáticas, quanto valem na aprendizagem a confiança, a estima, a admiração pelo professor que se impõe pelo domínio do conhecimento e pela atitude fraterna.

Pena que, fora daquela classe, daquela sala de aula que era uma nave de templo humilde, não fosse possível seguir os seus passos, sobretudo nas fases intensas do alcoolismo. Mas, muitas tardes, de sábados ou domingos, bem me lembro, percorremos os arredores da cidade verde dos vales do Ceará-Mirim. E a conversa era uma extensão da classe, num entrevero peripatético.

Nessas fases de bonança em sua mente sensível e por isso mais atormentada, ele planejava escrever algum dia, se as condições econômicas favorecessem, um livro sobre os males do alcoolismo, tratando o tema cientificamente, desde o momento em que, ainda criança, o haviam embriagado para hilaridade dos convivas de uma festa familiar, até a fase dos tormentos, do delírio.

Impossível esquecer o quadro aterrador ocorrido em uma manhã, muito cedo. Acordamos com pancadas fortes na porta da rua de nossa casa no largo do mercado. Ao abri-la meu pai, a quem segui pela casa semi escura, nos defrontamos com o professor Abner que estava na mais terrível fase do seu vício, embriagado e ensanguentado. Tinha o nariz cortado ao meio por uma navalha, a metade pendurada por algumas peles da parte inferior. Queria que meu pai, telegrafista e chefe da estação telegráfica, se comunicasse com algum hospital em Natal, para que o socorresse. Tudo foi providenciado e em poucos minutos, depois dos curativos e medicamentos de urgência na farmácia da esquina, orientados por um quase médico da cidade, ele estava a caminho da capital. Aqui, depois do hospital, estive por longo tempo no Asilo de seu Cândido, no Alecrim. Retornou curado e voltou a ensinar. Foi quando cheguei para o seu convívio. Ele dizia, também, que no final da obra sonhada, desejava esclarecer sobre a eficiência do método espiritualista que o estava curando.

Não chegou a escrever, pois não foi privilegiado na vida ao ponto de gozar a paz necessária àquele trabalho. Não conheci o método que usava ou experimentava, mas sei que foi eficiente e duradouro. Até perdê-lo de vista e enquanto soube de sua vida em Curitiba, no Paraná, para onde se transferiu, seu tempo transcorreu calmo, normal, dedicado a leitura e ao ensino.

Dias antes de sua partida, ao despedir-se de um grupo de ex-alunos, entre os quais me encontrava, ele disse:

- Mes ammis, adieu, ou peut-et-être, au revoir!

Mas, foi adeus mesmo, nunca mais voltou.

IV - CÂMARA CASCU DO

Ele nos chamava de Gola Azul, carinhosamente, com todo apreço e estima.

A farda de brim-caqui do Atheneu, tinha uma faixa azul na pequena gola tipo colarinho.

Guardo do professor Câmara Cascudo, de Cascudinho, uma recordação igual em peso e intensidade, a tudo mais que nos cercava naqueles dias suaves, de estudo e alegria. O designativo carinhoso era o nosso retorno em amabilidade, à fraternidade que ele irradiava e que atingia a todos nós, como um foco de luz dirigido.

Aconteceu que, meu professor de francês, nas férias, na cidade dos vales sempre verdes, o poeta Abner de Brito, me havia recomendado o estudo dos intelectuais norte-rio-grandenses e que procurasse o professor e historiador Câmara Cascudo que teria livros e subsídios a oferecer.

Procurei o mestre, certa manhã, fardado, de gola azul, certamente traduzindo em todo o aspecto, a satisfação e o orgulho de estudante (do primeiro ano, embora, ou talvez principalmente) do que era naqueles dias mais que hoje a Universidade do Rio Grande do Norte.

Era na Avenida Junqueira Aires, vizinha ao nº 377 de sua posterior e última residência. Do portão e batentes tive acesso a um alpendre e a uma janela de onde divisava uma sala cheia de livros, junto a outra e mais outra, para encanto do iniciante cheio de sonhos e de planos. Anunciei o meu propósito a uma secretária no birô próximo à janela. Incontinentemente o professor apareceu, ouviu, com paciência e ternura de avô (e ele não o era, ainda), o meu pleito e, também, incontinentemente, sem perguntar o meu nome, tirou de um dos armários um volume grande, tamanho papel ofício, organizado em brochura, datilografado, e me entregou. Eram os originais de sua História de Literatura Norte-rio-grandense. Achou bastante a identidade que eu trajava.

Ainda guardo na memória sensitiva, auditiva e emocional, suas palavras: - Meu filho, leve isto. Leia e me devolva. Aí tem o que você quer saber.

Não sei o que respondi, ou mesmo se respondi alguma coisa. Não sei se descii batentes ou se passei pelo portão aberto ou fechado quando voltei-me para sair.

Na calçada, subindo a rua, eu era um homem maior e me sentia subindo, verdadeiramente. E no meio de tão grande realização, de tamanha distinção, de tão incomensurável confiança, de tanta bondade, eu pensava em que o professor Abner de Brito não acreditaria quando o fosse contar e pensei em viajar (nesse tempo era uma viagem), levando o instrumento em minhas mãos, a prova do alegado, a materialização do episódio, para provar.

Hoje, a mim mesmo, quase precisaria também de provas para acreditar, não fossem os favores de uma memória muito viva e forte para fatos desse valor, com que Deus me agraciou. E utilizo o fato para minha convicção, quando penso como professor diante dos jovens, como é construtiva a valorização do aluno, o respeito pela sua personalidade, a confiança nos seus valores e nos seus sentimentos.

Correspondi à confiança do mestre amigo. Voltei, dias depois para devolver os originais. E fiquei maior ainda quando ele me

agradeceu, quando eu é que não cabia de agradecimentos, de reconhecimento, de admiração. Nasceu uma amizade, sempre mais fortalecida pelos seus gestos e que durou até os dias amargos dos seus sofrimentos, trazidos pelos anos implacáveis que lhe roubaram a audição e de muito reduziram a visão. Perto dele, em alguns momentos de homenagem e emoção, nos tempos finais, percebi mais de uma vez que em lugar desses dons extintos, uma lágrima descia dos seus olhos representando também a saudade que sentia do vigor antigo e da loquacidade fascinante com que agraciava os amigos e circunstantes.

"Meu gola azul" está gravado em oferecimentos de livros e na lembrança, entre todas as expressões de amizade com que um homem pode ser contemplado na vida, como uma das mais cativantes e inesquecíveis.

III

História

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

A CAPITANIA DO RIO GRANDE SOB O DOMÍNIO HOLANDÊS (1633-1654)

Olavo de Medeiros Filho

O período de vinte anos - dezembro de 1633 a janeiro de 1654 -, em que a Capitania do Rio Grande esteve sob o domínio holandês, tem recebido por parte dos historiadores conterrâneos, julgamento e condenação implacáveis. Contribuíram para tal juízo, os lamentáveis episódios ocorridos no Engenho Cunhaú e Porto de Uruaçu, nos quais dezenas de luso-brasileiros foram traiçoeiramente trucidados por tapuias e brasilianos, indígenas aliados dos conquistadores holandeses.

Senhores de Pernambuco desde 1630, os holandeses ambicionavam a posse do Rio Grande. À época, Adriano Verdonck, espião a serviço dos invasores, assim descreveu a capitania, cujas riquezas naturais eram representadas pela cana-de-açúcar, a criação de gado e as salinas do litoral setentrional, sem contar a pesca e a agricultura:

"Três milhas acima de Camaratuba existe ainda um engenho, no lugar chamado Cunhaú, o qual faz anualmente de 6 a 7.000 arrobas de açúcar; este lugar está sob a jurisdição do Rio Grande e ali moram bem 60 a 70 homens com as suas famílias... há ali também muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar.

De Cunhaú à cidade do Rio Grande, chamada cidade de Natal, há 17 milhas contadas ao longo da costa; para o interior e em muitos lugares é desabitado; a gente que ali vive não mora a mais de 4 ou 5 milhas da costa; nesta região do Rio Grande há em quantidade e abundância gado, em muitos lugares alguns porcos e em geral muitas galinhas. As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado com o que fazem muito dinheiro; entretanto a maioria do povo é miserável mal tendo do que viver; pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido aqui para Pernambuco; há igualmente abundância de caça e de frutas silvestres.

...a cidade (do Rio Grande) tem cerca de 35 a 40 casas de palha e barro; mas, os habitantes mais abastados dos arredores vivem habitualmente nos seus sítios e vêm apenas à cidade nos domingos

e dias santificados para ouvir missa; os habitantes de toda esta jurisdição, num raio de 6 a 9 milhas, não excedem de 120 ou 130 homens, na maioria camponeses ignorantes e grosseiros; ali se encontra freqüentemente muito âmbar na praia.

... Quando ali há falta de sal, o capitão-mor do dito forte (Reis Magos) manda uma ou duas barcas, de 45 a 50 toneladas, a um lugar 60 milhas mais para o norte onde há grandes e extensas salinas que a natureza criou por si; ali podem carregar, segundo muitas vezes ouvi de barqueiros que dali vinham com carregamentos de sal, mais de 1.000 navios com sal, que é mais forte do que o espanhol e alvo como a neve”.

Muito animou à pretensão holandesa de apossar-se da capitania do Rio Grande, a proposta feita pelos chefes tapuias do Rio Grande, Janduí e seu irmão Oquenaçu, que se ofereciam para prestar ajuda aos holandeses, na hipótese de estes se decidirem pela conquista do território.

Finalmente, na manhã de 8 de dezembro de 1633, ocorreu o desembarque das tropas holandesas, conduzidas em navios desde o Recife e vindas com o objetivo de conquistar a capitania. Uma parte daquelas tropas desembarcou na Ponta Negra (que correspondia à atual praia de Areia Preta, em Natal), dali se deslocando por terra, em demanda a pequena povoação. Após enfrentarem um rápido tiroteio isolado, na ladeira hoje correspondente à rua Santo Antônio, os holandeses passaram por Natal, cujos moradores haviam abandonado a cidade, refugiando-se no engenho Potengi, de Francisco Coelho, existente no local atualmente representado por São Gonçalo do Amarante, na ribeira do Potengi.

Dirigindo-se às proximidades da Fortaleza dos Santos Reis Magos, os holandeses ali se reuniram ao restante da tropa vinda do Recife, a qual havia se alojado nas dunas fronteiras àquela fortificação. O segundo grupo atacante desembarcara dos navios no Potengi, no porto hoje denominado de Canto do Mangue.

Após quatro dias de contínuo assédio, finalmente a guarnição defensora da fortaleza rendeu-se aos invasores. As tropas vitoriosas trocaram a denominação da fortaleza para Castelo Keulen, em homenagem ao general Mathias van Keulen, conselheiro e diretor da Companhia das Índias Ocidentais e que comandara aquela expedição vitoriosa. Foi então nomeado comandante da fortificação, Joris Gardtzman, que depois contrairia núpcias com uma filha do navarrês João Lostão Navarro, pessoa de destaque na capitania.

Deixando de lado as tristes lembranças bélicas, como os massacres do Engenho Cunhaú, da Casa-Forte de Lostão Navarro, do Porto de Uruaçu, lamentáveis episódios ocorridos durante a Inssurreição Pernambucana, trataremos de outros aspectos mais amenos, também relacionados com a presença holandesa na antiga Capitania do Potengi, ou do Rio Grande.

Logo em seguida à conquista da fortaleza, os holandeses providenciaram o levantamento sobre a muralha de frente contra o para-peito de pedra, de um outro de terra à prova de tiros de canhão.

Em 1638 foram contratados um engenheiro português, Cristovão Álvares, e dois mestres-pedreiros do Recife, João Rodrigues e

Antônio Pires, que executaram obras no Castelo Keulen, inclusive restaurando-lhe o sopé de pedra e cal. Em 1640 foram construídos travessões ao longo da muralha da fortificação. Dois anos depois, novamente Cristovão Pires comparecia à fortaleza, já então carente de novos reparos.

Pelo final de 1637 a janeiro de 1638, hospedou-se no Castelo Keulen o conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, que aqui veio convalescer de uma febre tropical, por ele contraída. Na ocasião, os moradores de Natal solicitaram a Nassau a necessária licença para edificarem uma nova cidade, que substituiria àquela, então muito decadente. Concedida a licença, deram os luso-brasileiros início a uma nova povoação, distanciada quatro léguas do Castelo Keulen, a qual tomou a denominação de Amsterdam, Nova Amsterdam ou também, Cidade Nova.

Historiadores conterrâneos têm confundido Amsterdam com Natal. Informações constantes dos relatórios de Nassau (1638), Van der Dussen (1639), Hamel, Bullestrate e Bas (1646), e também o livro de Joan Nieuhof, atestam o fato de Natal e Amsterdam serem localidades distintas. Amsterdam ficava situada no rio Jundiáí, cerca de um quilômetro ao sul da atual cidade de Macaíba-RN, ocupando terreno hoje pertencente ao Colégio Agrícola de Jundiáí. Segundo o Relatório de Hamel, Bullestrate e Bas, em Amsterdam existiram apenas uma capela e alguns casebres.

As notícias coevas indicam o estado de abandono a que ficou votada a Cidade do Rio Grande. Assim, em 1638, o conde Maurício de Nassau informava encontrar-se Natal "agora mui decaída". O relatório de Adriano van der Dussen, de 1639, esclarecia encontrar-se a cidade "totalmente arruinada", o que é confirmado por Barléu, que indica o fato de apresentar Natal um "aspecto triste e acabrunhador pelas ruínas, vestígios da guerra"...

Os flamengos também providenciaram a edificação de uma vila Keyzers Croon (Coroa Imperial) - , que nos parece ter sido a mesma Aldeia Orange das crônicas coevas. Keyzers Croon ocupava um terreno nas imediações do atual Curtume J. Motta, no bairro das Quintas, desta Capital.

Em 1637 foi introduzido um sistema de justiça no Brasil Holandês, criado pelo conde João Maurício e o Conselho Supremo e Secreto, semelhante àquele que vigorava nas Províncias Unidas Neerlandesas. Foram criadas as Câmaras dos Escabinos, presididas por um Esculteto (Schout) ou Bailio.

Eram escolhidos dentre os habitantes mais qualificados, assim portugueses como neerlandeses, um certo número de pessoas que servissem de eleitores. Tais eleitores, por sua vez elegiam em número tríplice os indivíduos "mais religiosos, capazes e qualificados", dos quais a terça parte era escolhida pelo conde Maurício e o Conselho Supremo e Secreto para serem escabinos.

Aos escabinos competia administrar justiça durante um ano, quando então eram nomeados dois novos titulares, havendo a exclusão do mais novo deles. Os escabinos tomavam conhecimento de todas as causas para a administração da justiça de primeira instância. Suas sentenças podiam ser objeto de apelação para o Conselho Político de Pernambuco, única instância a ser invocada.

Na capitania do Rio Grande, tem-se conhecimento de apenas dois escabinos de origem portuguesa: Manuel Rodrigues Pimentel, genro de João Lostão Navarro e concunhado do coronel Joris Gardtzman; e Estevão Machado de Miranda, que pereceria no massacre de Uruaçu. Os dois escabinos exerciam a sua função, no ano de 1639.

Segundo o autor Francisco de Brito Freyre (Nova Lusitânia História da Guerra Brasílica), em 1637 o conde João Maurício desenhou, pessoalmente, os brasões destinados às diversas províncias que compunham o Brasil Holandês. As informações de Brito Freyre, combinadas com as de Gaspar Barléu, dão conta de que aquelas armas, concedidas ao Rio Grande, eram representadas por um grande rio, em cuja margem pisava uma ema, ou avestruz, espécie animal ali existente em grande quantidade.

Sempre visando à exploração econômica da capitania conquistada, o invasor holandês voltou-se, inclusive, para a atividade agropecuária, aproveitando as condições favoráveis oferecidas por alguns vales da região. O famoso engenho Cunhaú, fundado pelos Albuquerque Maranhão, foi confiscado pela W.I.C. e vendido em 1637, ao próprio comandante do Castelo Keulen, tenente-coronel Joris Gardtzman, para cuja aquisição associou-se ele ao conselheiro Balthazar Wijntges. Gardtzman também adquiriu propriedade rural na ribeira do Potengi.

Através de um mapa elaborado em 1638, por C.B. Golijath, imprópriamente atribuído a J. Vingboons, poderemos identificar dezenas de sítios e currais, distribuídos nas ribeiras do Ceará-Mirim, Potengi, Jundiáí, Pirangi, Trairi, Cunhaú, e nas lagoas de Guajiru, Papari, Papeba e Guaraíras. Tais propriedades rurais pertenciam a portugueses e a holandeses, notando-se um equilíbrio numérico entre os membros dos dois partidos. Muitos soldados holandeses, ao darem baixa das fileiras, optavam pela profissão de proprietário rural. Até o famoso alemão Jacob Rabbi, que de si deixou triste lembrança na capitania, tornou-se proprietário de terras, gados e escravos na ribeira do Ceará-Mirim...

Os holandeses tentaram a utilização racional de duas lagoas existentes na capitania. Procuraram abrir uma passagem, na lagoa de Guaraíras, para que as águas da mesma despejassem diretamente no mar, o que facilitaria o trânsito das embarcações. Guaraíras era grande produtora de peixes e farinha de mandioca, conduzidos para as tropas holandesas do Recife. O canal preconizado pelos holandeses, somente viria a ser concretizado em 1924...

Na lagoa de Guajiru, ou Itijuru, hoje Estremoz, os holandeses deram início à construção de um imenso aterro, cortando a lagoa, obra que visava à adoção de um novo caminho, que ligaria Guajiru a Natal, economizando-se algumas léguas de percurso. A obra foi interrompida com o início da Insurreição Pernambucana de 1645. Estranhavelmente, a ponta artificial construída pelos holandeses recebe a denominação de Ponta Francesa...

Os holandeses também se dedicaram à exploração do sal marinho, formado nas salinas naturais existentes a partir do rio Guamaré e que também atingiam as barras dos rios Açú e Upanema (hoje

Mossoró).

A época do seu domínio sobre a capitania, os holandeses tentaram sofregamente descobrir minas de ouro e prata. Antigos relatos, por eles deixados, fornecem informações sobre expedições realizadas às ribeiras do Potengi, Camaragibe e Cunhaú, nos anos de 1645 e 1650, em busca das minas do Sertão do Cunhaú, do Camaragibe e do Iporé.

As minas de Cunhaú ficavam no rio Calabouço, afluente do Curimataú, entre as atuais cidades de Nova Cruz e Passa e Fica, neste Estado. A mina do Camaragibe, em local próximo à foz do dito rio, vizinhanças da atual localidade de Igreja Nova, no município de São Gonçalo do Amarante. Iporé ficava localizada na serra da Tapuia, município de Sítio Novo-RN. A eclosão da Insurreição Pernambucana, em 1645, prejudicou os esforços holandeses em procura das minas de ouro e prata, provavelmente existentes no Rio Grande.

Um aspecto muito cuidado pelos holandeses, durante o período em que senhorearam o Nordeste, foi aquele que diz respeito ao relacionamento mantido com os indígenas. Os holandeses promoveram o fim da escravidão dos índios, livrando-os do julgo que lhes havia sido imposto pelos portugueses. Em 1645, realizou-se na Aldeia de Tapisserica, em Pernambuco, uma assembléia de índios, à qual compareceram diversos representantes de aldeias da nossa capitania. Na ocasião, foi escolhido como governador dos indígenas brasileiros (tupis) no Rio Grande, Antônio Paraupaba. A 3a. Câmara Indígena, correspondente ao Rio Grande, teria a sua sede na Aldeia Orange, que nos parece ter sido a mesma vila Keyzers Croon (Coroa Imperial), edificada em Natal, no bairro das Quintas.

Além da amizade promovida com os potiguares, os holandeses também mantiveram estreito contato com os tapuias do interior da capitania, os chamados Tarairiús, cuja tribo mais famosa foi a dos Janduí, cujo "rei" chamava-se Janduí. Os tapuias habitavam sobre as montanhas da capitania, ocupando as ribeiras de Upanema, Mossoró, Apodi, Açu, Piranhas, Seridó, Espinharas, Quipauá, Picuí, etc.

Depois da expulsão dos aliados holandeses, os tapuias ainda causaram muito dano aos portugueses. Foram eles os principais protagonistas da Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, episódio bélico que avassalou o Rio Grande, no período de 1683 a 1725.

No campo da Etnografia, o alemão Jacob Rabbi, delegado holandês junto aos tapuias do "rei" Janduí, elaborou um alentado relatório, cobrindo o período de quatro anos em que privou com aqueles indígenas. Tal relatório foi ofertado ao Conde Maurício, tendo servido de roteiro para os escritos, posteriores, de Barléu, Marcgrave, Nieuhof, Piso, Morisot e outros autores do partido holandês. Outra importante contribuição foi o relato de Roulox Baro, referente à sua viagem ao País dos Tapuias (1647).

No terreno da História Natural, Jorge Marcgrave realizou importantes estudos sobre a climatologia do Rio Grande. No Castelo Keulen, Marcgrave implantou um serviço de coleta de dados a res-

peito das correntes aéreas, os nevoeiros, as trovoadas e as precipitações pluviométricas. Tal estudo perdurou pelo espaço de três anos, sendo publicado no livro de Marcgrave, História Natural do Brasil.

Julgamos que Jorge Marcgrave esteve também no cume do Picc do Cabugi, que seria o mesmo Itapuãmurú, local onde o cientista alemão realizou observações climatológicas.

Documentando aspectos humanos e paisagísticos do Rio Grande, destacaram-se os artistas Albert Eckhout e Frans Post. Um dos pintores nassovianos, Albert Eckhout executou alguns quadros que versam sobre temas da capitania, inclusive a "Dança dos Tarairiú", "Índio Tarairiú" e "Índia Tarairiú". Ao que tudo indica, o chefe indígena retratado no quadro "Índio Tarairiú", seria o famoso "rei" Janduí, que tanta amizade dedicou ao conde João Maurício de Nassau.

Frans Post desenhou o Castelo Keulen (ex-Fortaleza dos Santos Reis Magos), pelo final de 1637 ou janeiro de 1638, quando acompanhou o conde ao Rio Grande. Post também desenhou o Engenho Cunhaú. Ambas as gravuras acham-se incluídas no livro de Gaspar Barléu, de 1647, cujo título em edição nacional é "História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil".

No terreno dos estudos geográficos e cartográficos, os holandeses nos deixaram o afamado mapa de C.B. Golijath c. 1638, também chamado de mapa de J. Vingboons, e o de Jorge Marcgrave, de 1643. São estudos cartográficos importantíssimos, indispensáveis aos estudiosos do período holandês na capitania do Rio Grande.

Roulox Baro, delegado holandês junto aos tapuias do "rei" Janduí, sucessor de Jacob Rabbi no cargo, realizou uma travessia do Rio Grande, do rio Camaragibe à mina do Cunhaú, e daí até a aldeia principal do "rei" Janduí, situada no local hoje ocupado pela cidade de Açú RN. De tal viagem Baro deixou um relatório, publicado sob o título de Viagem ao País dos Tapuias.

No tocante a descrição da presença holandesa no Rio Grande, os invasores contribuíram intensamente, a exemplo dos cronistas do partido português. Lembraremos os nomes dos escritores Casparis Barlaeus, Adriano van der Dussen, Joannes de Laet, Joan Nieuhof, Adriano Verdonck, Jorge Marcgrave, Willem Piso e tantos outros.

Com a capitulação ocorrida no dia 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, em Pernambuco, encerrou-se o capítulo da dominação holandesa na nossa capitania.

Quando os emissários do mestre-de-campo Francisco de Figueiroa chegaram à Fortaleza dos Reis Magos, para receberem a fortificação, encontraram-na abandonada, por terem os holandeses, prevenidos a tempo, fugido em algumas embarcações...

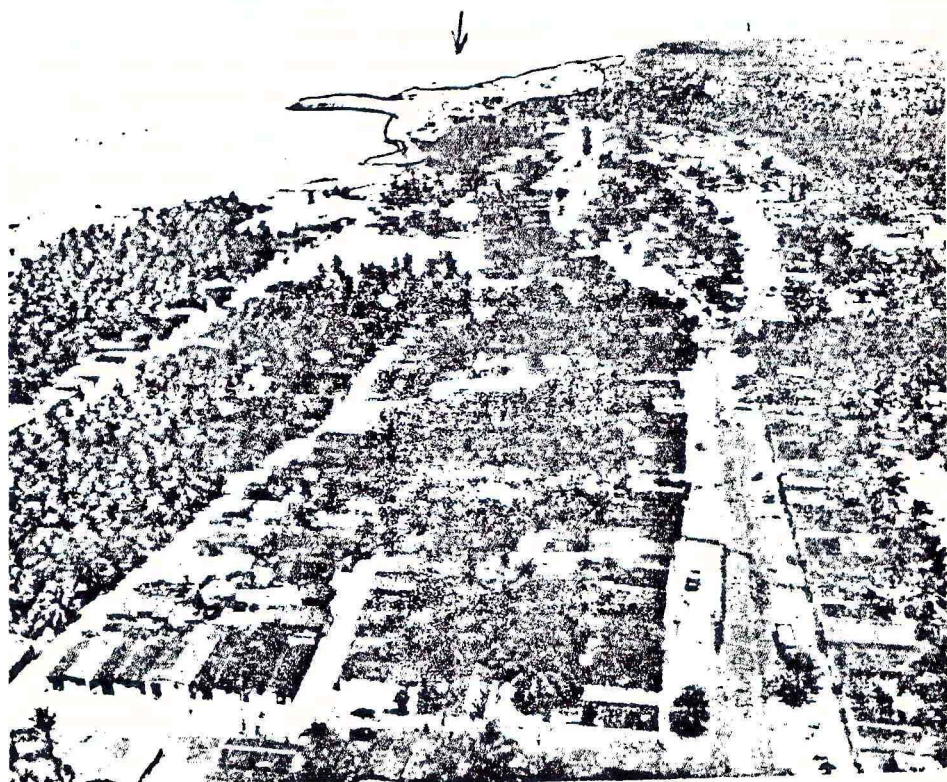
E, assim, retornou a capitania do Rio Grande ao domínio português... Todavia, ainda sobrevivem lembranças daqueles tempos idos. Cabe-nos, nesta oportunidade, lembrar as palavras de autoria do escritor pernambucano Alfredo de Carvalho:

"Quem quer que jornadeando pelo interior... ao deparar com vetusta ruína de considerável edifício, inquirir dos moradores próximos a sua origem, quais os seus construtores, terá sempre como resposta:

- É obra do tempo dos framengos..."

TOUROS: A ORIGEM DO NOME

Nilson Patriota



Apesar das avarias sofridas no decorrer do tempo, a Ponta de Touros ainda apresenta o aspecto da cabeça de um bovino ou de um veado, conforme se vê na foto aérea de Jaeci Júnior.

Ao costear o litoral nordestino ao longo dos Baixos de São Roque e a seis léguas, aproximadamente, da Enseada de Pititinga - narra a tradição -, os primeiros navegantes que por ali passaram, vindos do Velho Mundo, teriam se surpreendido com a silhueta dene-grida de uma barreira pedregosa cujo formato configurava uma ca-beça taurina. Impressionados com a semelhança existente entre a referida barreira e a cabeça de um bovino, deram-lhe o nome de "Touro Grande".

Hipoteticamente teriam sido tais navegantes os primeiros eu-ropeus a perceber a aparência taurina da singular barreira, mas certamente não foram as únicas pessoas a identificá-la com um animal de chifres, pois os indígenas, desde tempos imemoriais visi-tando aquela paragem, chamavam-na de "Çuaçu-Guaçu", ou seja: "Veado Grande", em tupi-guarani.

No século XVI, quando por aqui já andavam franceses, caste-lhanos, bretões, corsos, ingleses, noruegueses, flamengos e portu-gueses engajados no tráfico das "drogas do sertão" com o gentio, a "Barreira do Touro" tornar-se-ia bastante conhecida de tais aventureiros. Mais do que os outros acidentes geográficos daquele trecho da costa - excetuados, possivelmente, o Cabo de São Roque e a Ponta do Calcanhar -, a Barreira marcou a navegação ao longo do canal dos Baixos sob cuja superfície se escondem secos e restin-gas, urcas e alfaques característicos de iminente perigo à navega-ção, até os nossos dias.

Tem-se como admissível o fato de que desde essa época já um tanto longínqua, a "Barreira do Touro" haja emprestado a in-fluência de seu nome a uma boa porção do litoral norte-rio-gran-dense. Certo, porém, é que um século depois, tal influência já ecoa-va desde a Barra do Maxaranguape, a sueste, ao Pontal de Guamaré, a noroeste, numa extensão aproximada de 35 léguas. Perlongando aquele trecho do litoral, o navegante viajava na "costa do Touro", "dos Touros" ou "de Touros". Já no século XIX, a porção noroeste daquela costa, iniciada na Ponta do Calcanhar, passou a ser conhe-cida com o nome de "costa do sertão".

Acreditamos que a pluralização do topônimo "Touro" aconteceu devido ao fato de no litoral tourense existirem duas outras barre-iras rochosas parecidas com a do "Touro". Conquanto não apresen-tem configuração taurina, têm ambas grande massa e constituem uma forte e natural proteção costeira contra o avanço do mar. São chamadas de "Tourinho". Uma delas localiza-se a sueste da "Barreira do Touro", a meio caminho da Carnaubinha. A outra está na costa noroeste e confronta com a povoação de Reduto. Por assi-milação, talvez, também são "touros" alguns rochedos submersos nos Baixos de São Roque e de Sotavento, como a "pedra da cioba" e a "pedra do cação", pontos por demais conhecidos dos pescadores que ali realizam suas melhores pescarias.

Até fins do século XVII, a "Barreira do Touro" foi chamada, indistintamente, de "Touro Grande" e "Uguaçu", este último termo como simplificação de "Çuaçu-Guaçu". Estas denominações eram de uso corrente também para nomear o rio, o porto, a enseada, o sítio, em que se instalou o arruado inicial, e a região. Desse

modo passaram ao domínio da historiografia seiscentista. Todavia, com o decorrer do tempo, a consolidação do processo colonizatório português e a conseqüente expulsão dos indígenas de seus territórios naturais, o termo "uguaçu" caiu em desuso e desapareceu, finalmente, do falar cotidiano das gentes da região. Vêmo-lo grafado nos registros historiográficos de forma errônea ou deturpada, muitas vezes; tanto por portugueses quanto por flamengos. Uns e outros, incapazes de apreender corretamente a prosódia indígena, difícil, em qualquer caso, de ser captada, deram à construção ortográfica da palavra as mais variadas formas; umas impronunciáveis e aberrantes.

Nos relatos atinentes ao desembarque do famoso Cabo de Guerra Luís Barbalho Bezerra, deixado pelo Conde da Torre na costa de Touros durante uma das escaramuças da Guerra Holandesa, os termos "Touro", "Touros" e "Aguassu" surgem como topônimos indicativos do sítio em que se deu aquele desembarque (1). Vejamos alguns exemplos:

"(...) D'este cuidado ião preocupados os nossos cabos - escreveu o notável Frei Rafael de Jesus -, quando se vião arrebatados pela tormenta: propozerão ao general da armada a necessidade de socorro com requerimento que os deixasse em terra em qualquer porto d'aquella costa, d'onde podessem marchar pelo certão para a Bahia. Instava a importância, e no **porto do Touro**, catorze leguas do Rio Grande para o norte, deixou a armada o mestre de campo Luís Barbalho com mil trezentos infantes" ("Castrioto Lusitano", p. 142, ed. de 1844 - Paris).

"(...) Depois dessas cruéis contrariedades - diz Augusto Pereira da Costa - o conde da Torre poz em terra **na povoação dos Touros**, 14 leguas ao norte do Rio Grande Luiz Barbalho com a gente de seu comando, e fez-se ao mar" ("Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres", ed. de 1882 - Recife).

"(...) Parte de um deserto era o **porto Aguassu** junto ao **do Touro**, onde a armada deixou ao mestre de campo Barbalho com a gente já referida no dia 7 de fevereiro de 1640", escreveu Pedro Taques de Almeida em sua "Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica", tomo I, p. 281, ed. da "Itatiaia" - S. Paulo.

Ao informar que "o porto Aguassu" ficava "junto ao do Touro", o eminente Taques comete um equívoco, já que um e outro são a mesma coisa. O riacho "Uguaçu", apelidado de rio, dispõe de um pequeno ancoradouro para jangadas e botes de pescarias. O porto de fundeamento de navios tipo iante, como eram os daquele tempo, situa-se na enseada, diante de sua embocadura. No século XVII era denominado de "porto do Touro" ou "porto Uguaçu".

Mais que os portugueses, os flamengos deturparam a grafia da palavra "Uguaçu". Os cronistas seiscentistas, inclusive Laet, grafaram-na de várias maneiras. As formas mais corriqueiras são "Uguasu", "Chuguasu" e "Ugasumba". Entretanto na caligrafia do aventureiro Roulox Baro, que andou pela Serra Verde e esteve próximo da nascente do rio "Uguaçu", por ocasião de sua famosa "Viagem ao País dos Tapuias", em que se fez acompanhar do "rei" Janduí, o termo tupi transforma-se na inacreditável algaravia

“Vvuvvug” (2).

Grafado por João Teixeira, cartógrafo de Sua Majestade portuguesa, vêmo-lo assumir a forma de “Vassus”, e por outros cartógrafos seiscentistas, a de “Vasus”, conforme nos faz ver o historiador Guarino Alves, um dos revisionistas de nossa História, em sua recente “Viagem na Névoa do Tempo”, livro publicado em ed. Xerox, Fortaleza, 1991 (3).

Para Jacob Rabbi, que foi delegado dos flamengos junto às tribos de Janduí e de seu irmão Oquenessu, o rio de Touros se chamava “Uguasu”.

O notário Kilian Van Renselear, de Amsterdam, Holanda, em 1628 grafou “Uguasu”. Anotava ele, naquela ocasião, “Declaração” ditada por Gaspar Paraupaba e seus amigos indígenas da Baía da Traição, os quais tinham sido levados para os Países Baixos, pelo Almirante Bouderyn Hendricszoon, em julho de 1625 (4). Instados a prestar informações sobre as capitânias do Nordeste, Paraupaba e seus companheiros indígenas demonstraram perfeito conhecimento da costa com seus acidentes geográficos, das populações nativas que habitavam o litoral e o interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, bem como acerca dos recursos naturais com que poderiam contar os holandeses, se viessem a invadi-las, como depois aconteceu. Ao informar sobre o trecho do litoral correspondente a Touros, aqueles indígenas declararam o seguinte:

“(…) Uguasu, um pequeno rio de água doce, sem portugueses, a 6 léguas de Pecutinga” (atual Pititinga).

E, mais adiante:

“(…) Os Tapuias moram em Guararug (Açu), Uguasu (Touros) e seus arredores”

conforme consta do estudo de José Jorge Leite de Brito, intitulado “Kilian Van Ranselear e o Ceará antes dos Holandeses”, inserto na Revista do Instituto do Ceará, tomo I, pp. 105/107 - Fortaleza - 1986.

Com a eclosão da “Guerra dos Bárbaros”, nas duas últimas décadas do século XVII, levando Tupis e Tapuias a se unirem num esforço comum de sobrevivência, a região de Touros despovoou-se de suas populações nativas (5). A partir daí desaparece quase a totalidade da toponímia indígena, com a “língua geral” e as “línguas travadas” varridas, como as tribos, pela violência da expansão colonizatória. Os vocábulos portugueses passam a predominar na designação dos topônimos. O nome “Touro”, oriundo de “Touro Grande” substitue, definitivamente, o termo “Uguaçu”, que designava a “Itacoatiara” do “Veado Grande”, nome dado pelos indígenas à barreira pedregosa do litoral tourense.

Durante, aproximadamente, cento e cinquenta anos, um pesado silêncio envolveu a história da região onde a marcha do povoamento lograra dar início a umas poucas povoações, entre as quais figura a “dos Touros” como a mais progressista. Nesse ínterim, muitas das tradições são esquecidas. Talvez tenha sido por essa razão que o geógrafo Alfredo Moreira Pinto não logrou obter informação precisa sobre a “Barreira do Veado Grande”, a “Uguaçu” dos índios, quando recolhia o material destinado aos “Apontamentos para

o Dicionário Geográfico Brasileiro”, mas apenas uma versão, obviamente falsa, acerca da origem do nome do município, a qual já se imiscuía, como assaz plausível, no âmbito da tradição. Por isso, ao registrar o verbete “Touros”, às pp. 646 e 647 de sua obra, que foi publicada no Rio de Janeiro em 1899, tentaria explicar a origem daquele topônimo da seguinte maneira:

“(…) Quanto à denominação que dão ao Porto de Touros, consta ter sido devido ao fato de que na ocasião em que os antigos navegadores da costa aproximaram-se dessa vila, terem aparecido uns touros que pastavam no cume de uma rocha, que existe no porto, onde ainda se vê três peças de artilharia, que ali foram colocadas outrora por causa dos piratas”.

Ora, quando “os antigos navegadores da costa” aproximaram-se de Touros, nem vila e nem povoação existiam. Os primeiros habitantes brancos ali se instalaram entre 1666 e 1670, após a concessão da **Sesmaria do Porto do Toiro** ao governador João Fernandes Vieira. Na pior das hipóteses, “os antigos navegadores da costa” conheceram a região no final do século XV ou início do XVI. O próprio Américo Vespúcio e todos os tripulantes da Expedição de Reconhecimento chegaram ao litoral de Touros a 7 de agosto de 1501, aportaram a 5^o ao sul da Equinocial, na antiga praia de Ubranduba, hoje Praia dos Marcos, onde chantaram o padrão colonial de posse da terra “em nome do Sereníssimo Rei”, sofreram a agressão dos Tapuias, que lhes comeram três tripulantes, e, dali zarpan-do, atingiram o Caço de São Roque no dia 16 do mesmo mês. Não foram os únicos, com certeza, sabendo-se do fascínio que desde o início o trópico americano exerceu sobre o espírito dos europeus, cujo sonho de aventura era fazer fortuna rápida e sem esforço na “Terra dos Papagaios”.

Impossível, portanto, nessa época, a existência de gado vacum na região de Touros, sobretudo porque o mesmo só chegou ao Brasil após 1549, depois de instalado o Governo Geral, na Bahia, a cargo de Tomé de Sousa. Até então o litoral do Rio Grande do Norte, como também o da Paraíba, esteve sob o controle dos traficantes de todas as nacionalidades europeias, mas sobretudo dos franceses. Mesmo que estes tenham trazido gado da Normandia para servir como **pecúnia** nas operações de **escambo** com os índios, conforme admitiu Júlio Gomes de Senna - “Ceará-Mirim - Exemplo Nacional” -, tal produto não pode ter entrado nos “negócios”, a não ser muito depois, quando o relacionamento do europeu com as tribos estava devidamente consolidado por um longo e permanente convívio. Mais lógico é se admitir que a indiada sempre se contentaria mais em receber panos coloridos, instrumentos de ferro, sininhos e miçangas em troca das mercadorias de que dispunha para oferecer do que animais de grande porte, inteiramente desconhecidos do nativo, e que mais do que um benefício eram um estorvo, já que com eles não sabia lidar nem tampouco o que fazer (6).

A nosso ver estava mais bem informado o memorialista Manoel Dantas do que o geógrafo Alfredo Moreira Pinto em relação à origem do topônimo “Touros”. Isso é o que demonstra, às pp. 80 e 81 de seu bom livro “Homens de Outrora”, publicado no Rio de Janeiro

em 1941:

"No tempo da colonização - ele diz -, a costa do Rio Grande do Norte, pelos seus portos, enseadas e pontos estratégicos, chamou particularmente a atenção da metrópole. Na enseada ao norte de Natal, onde começa a região da Serra Verde, havia uma grande pedra, com configuração semelhante a uma cabeça de touro. A pedra do Touro, como a denominaram os portugueses, foi artilhada, figurou nas lutas coloniais e, transformada em o nome atual de Touros, denominou o município que se estende pelo litoral em mais de vinte léguas de costa, com as praias recortadas e seus imensos coqueirais".

Poucos autores, dos vários que escreveram sobre Touros, chegaram a conhecer a tradição relativa à origem do topônimo. Ou a desconheciam ou não lhe deram importância. Assim procedeu o Padre Manoel Ayres do Casal em sua "Corografia", do ano de 1817. Ao se referir à povoação dos Touros comenta sucintamente:

"No termo de Extremoz, sobre a costa do Norte, junto à emboadura de uma ribeira, está a medíocre, aprazível e florescente povoação dos Touros, habitada de brancos, e ornada com a Capela do Senhor Bom Jesus dos Navegantes (...)"

Gabriel Soares, escrevendo no último quartel do século XVI, é outro que demonstra desconhecimento da "Barreira do Touro". Evidentemente, na época em que trabalhava em seu "Tratado", em nenhum mapa constava aquele acidente. Também não menciona a Ponta do Calcanhar e localiza o Cabo de São Roque muitas milhas a noroeste do sítio em que ele se encontra. Presumivelmente teria dado à Enseada de Touros o nome de **Goaripari**, situando, também presumivelmente, o Cabo de São Roque na Ponta do Reduto, conforme se deduz da passagem abaixo citada.

"Do Cabo de São Roque à ponta de Goaripari são seis leguas, a qual está em quatro graos e 1/4, onde a costa é limpa e a terra escavada, de pouco arvoredo e sem gentio. De Goaripari à enseada de Itapitanga (Pititinga?) são sete leguas, a qual está em quatro graos e 1/4; da ponta d'esta enseada à ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre elles e a terra entram náos francezas e surgem n'esta enseada à vontade" ("Tratado Descritivo do Brasil em 1587", ed. do Rio de Janeiro - 1851.

Pelo que temos podido constatar, a "Barreira do Touro" surge na historiografia colonial a partir da segunda década do século XVII, incluída num roteiro da costa nordestina efetuado por Pero Coelho de Souza entre 1603 e 1608. É no ano de 1612 que ela aparece com a designação de "Itacoytiaca" em mapa elaborado por João Teixeira Albernaz I e inserido na "Razão de Estado do Brasil" do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno. Os índios, realmente, consideravam a barreira uma pedra configurada. Chamavam-na de "Itacoatiara Uguaçu", porque para eles a barreira configurava um "Veado Grande".

A "Barreira do Veado Grande" ou "do Touro Grande", cuja semelhança com a cabeça de um veado ou de um touro deve ter sido verdadeiramente notável, tem sofrido irreparáveis avarias no transcorrer do tempo. Atualmente, o chifre direito (o do lado das

dunas) apresenta-se seriamente danificado, enquanto o da esquerda, que entra mar a dentro, permanece intacto. Do alto a visão é perfeita, como fora, outrora, vista do oceano.

A tradição conserva a memória de um sismo, conhecido como "o estrondo do Touro Grande", durante o qual a barreira teria sofrido parcial destruição. Procurando compatibilizar a lenda e a história, empreendemos, juntamente com o historiador Olavo de Medeiros Filho, uma pesquisa neste sentido, e tivemos a agradável surpresa de constatar que o referido abalo sísmico, cujo epicentro foi o litoral tourense bem próximo da barreira, aconteceu, e que, longe de ter ocorrido num passado longínquo, conforme se supunha, teve lugar na segunda metade do século passado, ou seja: a 10 de janeiro de 1854, conforme foi registrado na obra do antropólogo Alfredo de Carvalho, "Estatística dos Terremotos no Brasil".

Numa tentativa de ir mais além, procuramos rastrear o tal sismo através da historiografia norte-rio-grandense, e constatamos que a ele já se haviam referido o escritor Manoel Dantas em seu livro "Homens de Outrora", obra já citada neste trabalho, bem como o Professor Tarcísio Medeiros, em livro publicado em 1973 com o título de "Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte", de acordo com o que se acha escrito às pp. 111 e 112 do mesmo.

"(...) Nessa cidade de Touros - escreveu Tarcísio Medeiros -, sede do município, no mesmo dia, mês e ano, com diferença de segundos para Natal, o abalo foi forte, aterrador. Diz de sua imensidade a tradição ainda viva entre os velhos residentes, recebida dos seus ancestrais, que fala do "estrondo do Touro Grande", cabeça de pedra existente no mar, fazendo tremer o chão e cair reboco das paredes".

Os fatos acontecem, vários deles se apagam da memória, enquanto outros permanecem por muitos ou poucos anos, dependendo da intensidade com que se projetaram no inconsciente das pessoas; mas com o decorrer do tempo tudo morre. Passadas várias gerações, a tradição oral tende a se tornar lendária. Foi, talvez, o que pensou o Reverendo Padre Antônio Vicente da Costa, 22º Vigário da Freguesia do B. Jesus, a respeito da tradição relativa à barreira "Çuaçu-Guaçu", de tanta importância na elucidação da origem do topônimo "Touros". Tanto, que ao elaborar as respostas para o "Questionário de História" do "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio Grande do Norte", em 8 de novembro de 1920, displicentemente escreveu:

"(...) A denominação de Touro ou Touros, primitivamente provém, segundo a tradição, de um **novilho** ou **touro**, encontrado em cima da barreira pedregosa do mesmo nome pelos navegadores" (Veja-se vols. XVIII e XIX da Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, relativos aos anos de 1920 e 1921).

Passara despercebido ao eminente Sacerdote Antônio Vicente da Costa, a quem se deve haver o Instituto Histórico se interessado pelo Marco de Touros, até os anos 20 desconhecido da maioria dos norte-rio-grandenses, o fato de que a "Barreira do Touro" assim era denominada devido ao seu próprio aspecto, e não porque

sobre ela teria sido encontrado um “**novilho ou touro**, pelos navegadores”. Todavia, não seria o único homem de letras da província a não perceber tão clara evidência. Ao escrever, em 1943, seus “Aspectos Municipais”, Anfilóquio Câmara dedica várias páginas ao Município de Touros, sem contudo se referir à tradição que explica a origem do topônimo. Fala de tudo, inclusive de “um marco de pedra, antiquíssimo (...) que se achava no lugar denominado “Praia do Marco”, ou seja: o atualmente conhecido Marco de Touros, ao qual, já em 1612 Diogo de Campos Moreno denominara de “marco antigo”.

Em 1818, ao escrever suas “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, as quais, em verdade, são memórias de todo o Brasil, o Monsenhor Pizarro também passa ao largo do assunto.

Vital de Oliveira, procedendo ao levantamento hidrográfico do litoral nordestino, entre o “Rio Mossoró e o Rio São Francisco do Norte”, ano de 1857, escreve sobre a “Barreira do Touro” sem a mínima referência à sua tradição.

“(…) A ponta dos **Touros** - ele diz - é uma pequena elevação de terra e pedra, cortada quase a prumo pelo lado do mar, a qual é bordada igualmente de pedras altas e que se estendem até o meio da enseada. A cor denegrida ou escura dos barrancos que formam a ponta e sua maior elevação que a terra onde está assentada a vila, a tornam mui saliente. Tanto esta ponta como a igreja são marcas seguras para a navegação do canal e dos baixos (...)”.

De modo “extravagantemente deslocado”, o “Porto do Touro” ou “dos Touros” começa a aparecer nos atlas europeus a partir de 1626. Vemô-lo em mapas de 1627, 1631, 1640, 1642, e assim por diante, conforme anotou Castelo Branco em seu laborioso estudo sobre “O Rio Grande do Norte na Cartografia dos Séculos XVI, XVII e XVIII”, base da conferência por ele pronunciada a 23 de outubro de 1949 em sessão do Instituto Histórico e Geográfico, do nosso Estado, e publicado na Rev. do mesmo.

Em 1926, o austríaco Ludwig Schwennhagen, historiador com enorme propensão para o fantástico, realizou uma viagem de estudos a Touros e Extremoz. Decorrente dessa visita à região, a **Memória** por ele oferecida ao nosso Instituto Histórico, intitulada “Touros e Extremoz - As Antigas Estações Marítimas do Extremo Nordeste Brasileiro”, da qual destacamos o seguinte trecho:

“(…) O passado da cidade de Touros, que era na chegada dos Portugueses uma aldeia de pescadores, fica marcado por uma pedra alta da forma duma coluna tosca, que estava em cima da pedreira, ao lado do porto. Essa coluna desabou em 1910 e caiu para baixo no mar, onde se separa ainda uma parte, enquanto o resto ficou coberto pela areia”.

O que se pode deduzir da declaração de Schwennhagen? No mínimo, que a parcela visionária de seu espírito prejudicava sua ânsia de pesquisador dedicado a firmar, sem prova documental digna de respeito, uma hipotética colonização fenícia no Brasil, a qual teria se servido do “Porto do Touro” como uma de suas entradas de penetração da hinterlandia nordestina, e que teria acontecido a partir do ano 1.100 a.c., segundo sua “Antiga História do Brasil”.

Confunde Schwennhagen a tradição da "Itacoatiara" do Touro, que era todo o conjunto da barreira, com "uma pedra alta da forma duma coluna tosca, que estava em cima da pedreira, ao lado do porto". Conhecedor da história do "estrondo do Touro Grande", julgou que o mesmo tivesse acontecido em 1910, e não em 1854, conforme a documentação disponível.

Na opinião do historiador Olavo de Medeiros Filho, cuja contribuição para o revisionismo da História do Rio Grande do Norte tem sido preciosa, a "coluna tosca" referida por Schwennhagen deve ter sido um dos padrões demarcatórios da Sesmaria de João Fernandes Vieira, ali colocado em fins de 1666. Tal padrão, desde muito desaparecido, é o que pode ter ido ao fundo do mar com a irrupção do sismo.

NOTAS

(1) - Diogo Lopes de Santiago, na "História da Guerra de Pernambuco" informa que: "Receando o conde da Torre que o inimigo, vendo a armada derrotada e que a Bahia ficava com pouca gente, a fosse acometer, a pedido de muitos capitães, e requerendo-lhe Luiz Barbalho, que era mestre de campo, deitou mil e tantos homens em terra no Porto do Touro, abaixo da fortaleza do Rio Grande catorze léguas". Com absoluta precisão, José Antônio Gonsalves de Mello, em seu "Testamento do General Francisco Barreto de Menezes", diz o seguinte: "O desembarque das tropas de Barbalho fez-se no porto de Touros, no Rio Grande do Norte, tendo outros grupos desembarcado na Paraíba (sob o comando de André Vidal e Negreiros, e na Ponta da Pipa, no Rio Grande do Norte (ao mando de D. Francisco de Sousa, incluindo-se aí Henrique Dias). O grosso da infantaria estava, porém, com Barbalho e se compunha de 1.430 homens, sendo 340 da tropa recrutada nos Açores". O historiador Olavo de Medeiros Filho assim se expressa: "O revez sofrido pela esquadra comandada pelo conde da Torre Dom Fernando Mascarenhas, forçara aquele desembarque no porto de Uguaçú. Dali as tropas pretendiam marchar até a Bahia". Segundo Rocha Pombo, a retirada de Luiz Barbalho Bezerra foi "uma das calamidades mais comovedoras, e ao mesmo tempo um dos episódios mais admiráveis daquela guerra". Câmara Cascudo considerou a referida marcha, "a maior e mais longa contramarcha da História Militar conhecida, igual às mais gloriosas, da memória e no mundo".

(2) - A esse respeito, Olavo de Medeiros Filho escreveu: "Em 1647, o aventureiro Roulox Baro dá-nos notícia do morro Matiapoa, na nascente do rio **Vvuvug**, que era o mesmo rio Uguaçú das crônicas do século XVII. Matiapoa correspondia à Serra Verde, quatro léguas distanciada do rio Uguaçú. Neste existiam jacarés de nove a dez pés de comprimento!..."

(3) - A p. 116 de seu livro "Viagem na Névoa do Tempo", o historiador Guarino Alves esclarece: "Observe-se que **Vassus**, ou ainda **Vasus** de outros cartógrafos não tem o sentido que lhe atribuiu

o saudoso escritor norte-rio-grandense José Moreira Brandão Castelo Branco. Deseja ele que se trata de topônimo derivado do latim e do holandês. Em verdade, Castelo Branco deixou-se enganar ante a expressão **Vassus** off **Wild** do mapa de Keulen, vindo assim no **Vassus** o latim **vastus**. Ora, **vassus**, no plural, é algaravia do tupi **guaçu** com o acréscimo de Wild, europeu. Kilian de Renssenlaer chama o rio Touros de **Uguasu**, um **petit riviére d'eau douce**. Neste sítio desembarcaria o Mestre-de-Campo Luís Barbalho, após a batalha naval entre holandeses e portugueses na costa potiguar". (4) - Em 1625 seguiram para a Holanda os indígenas potiguares, moradores da Baía da Traição, Gaspar Paraupaba (ou Paropaba), Andreus Francisco, Pieter Poty, Antony Guiravassauay, Antony Francisco e Lauys Gaspar. Em 1628, perante o notário Kilian, forneceram minuciosa descrição do litoral nordestino, desde Pernambuco até os confins do Ceará. Foram educados pela "Geotroyerd Westendische Campani (G.W.C.)

(5) - A chamada "Guerra dos Bárbaros", tem início com a expulsão dos holandeses e a expansão colonizatória portuguesa dirigida para o sertão. Nos anos de 1654, 1655 e 1663 a Ribeira do Ceará-Mirim e a do Maxaranguape sofrem invasão de levadas de índios janduís e paiaçus famintos, que atacam os colonos portugueses, matando e levando o gado necessário à sua subsistência. Em 1680 as lutas no Apodi sofrem notável incremento. Em 1681, nova leva de Tapuias desce do sertão para o litoral em busca de mantimentos. Neste ano foi criado o posto de Capitão de Infantaria de Ordenanças da Ribeira do Ceará-Mirim, designando para a função Roque Nogueira de Souza, substituído logo em seguida pelo Capitão-Mor Pascoal Gonçalves de Carvalho, que designou Pedro Couto para ocupar a vaga da 1ª autoridade regional. Em 1688 são convocados criminosos para combater os índios sublevados. Outra convocação, desta feita do Governo Geral da Bahia, com o mesmo objetivo, em 1696. Em 1697 Bernardo Vieira de Melo tenta uma paz entre colonos e silvícolas, sem resultado. Os ataques indígenas de 1714 e 1720 ao Engenho Ferreiro Torto, às margens do Potengi, correspondem às últimas reações dos indígenas que, praticamente exterminados, deixam-se aniquilar ou fogem para o interior do Brasil.

(6) - À p. 359 de seu livro "Ceará-Mirim - Exemplo Nacional", Júlio Gomes de Senna escreveu o seguinte: "Para nós, do Rio Grande do Norte, o gado *vacum* veio da Normandia, quando os franceses conviveram com os potiguares, provavelmente antes de 1540, originando o nosso gado "crioulo". De outro modo não se explica a presença desse animal em tão grande quantidade quando, no fim do século XVI, foi encontrado pelos portugueses chegados pela 1ª vez em Genipabu".

IV

Nossos Poetas

OFÍCIO DE PURIFICAÇÃO

Diógenes da Cunha Lima

Arte nobre de lavar
Ofício de devolver
As cores originais
À tessitura dos fios,
É ofício de lavadeira
fazer purificação.
Dominadora das vestes,
Lavadeira de Natal,
das roupas que a ti confia
O povo, tiras as manchas
O pó, nódoa, gordas graxas
As impurezas do dia
Secreções claras da noite
O substratum de amores
Galáxias sobre lençóis.
De pura infância dejetos
Nas fraldas, panos, tricôs.
Ácido amargo de bêbados
Lançado sobre plissados
Exige pronta lavagem.
Nos motéis o limpo aroma
Da roupagem lavadiça
É anistia ao pecado.
Rubros ruges e batons
Sobre cerúleas camisas
Denunciam incompetência
Volúvel fidelidade,
Tantas vezes, tantas vezes
O teu ofício restitui
As harmonias conjugais.
Quantos enxugaram lágrimas
Sobre a geometria dos lenços.
Fronhas manchadas de sono
São desenhos no varal.
De roupa íntima e pijamas
Se nutre a água do tanque.
A tina do esquecimento
Dissolve a bola de anil.
E há muito mais por lavar

Sujos vulgares, suores,
O que sobejou da mesa
Fuligens, gazes de rua
Escapes de caminhões.
Para lutar contra estes sujos
Surgem carícias das mãos
Bolhas azuis e sabão
Sol com calor de novembro
Leve brisa de Natal
Domínio das lavadeiras.

BALADA PARA CHARLES CHAPLIN

(EM CARLITOS)

Gilberto Avelino

Com a tua mágica bengala,
em instrumento de regência transformada,
acompanhavas sublimes partituras,
levando as suas harmonias.

aos ouvidos dos pobres e miseráveis.
Negro bigode, reluzindo ao sol,
transmudava-se em finas agulhas
náuticas, em convergência de rotas

para o sossego e a alegria do mundo
Sob o pó da roupa desbotada,
com os rotos sapatos nivelando-se,
pervagavas, aos desvalidos buscando

o novo tempo dos pães multiplicados
Entre as fuligens do cais,
ou as escuras garoas de Londres,
avizinhava-se a infância da pobreza

que chegava à tortura da fome.
Contudo, no teu peito rosa
nascia - vermelha flama,
onde cintilavam canções de ternura

e de esperança. No pequeno chapéu
do teu Carlitos, abrigavas o vagabundo,
que a luz da lua à moça cega
prometia, e do frio protegia o garoto.

Além de reger invisíveis orquestras,
a mágica bengala utilizavas
com força capaz de derrubar
muralhas de tirânicos ditadores.

Fuzis, granadas, bazucas,
transfigurados em longos

e leves caniços. Germinavam alvas sementes
no teu claro olhar de chuvas.

Todos nós cansados estamos.
Há a falta dos teus passos em leveza
de pássaro. Não mais se acercam as crianças
do verde dos vaga-lumes.

Em nós o medo dos fatais clarões
escondidos nas ogivas nucleares.
O vício e a violência agitam
fundas bandeiras de luto.

Protege-nos - singular menestrel
da paz e do sonho. (Para que se acalmem
os desalentos humanos), canta as canções
com que pastoreias os astros e os anjos.

CARTA DE ZÉ DE XICHO À SUA MÃE, XIQUINHA DO SERROTE

José Melquíades.

Num dia de sexta-fera,
Eu saí de Gravata
Nas grotas lá do Sertão,
Puz nas costas o matulão
Me mandei prá capitá.

Seu dotô eu vou falá.
Az arrumação qui vi
Prá minha mãe escrevi,
Nessa carta eu vô contá.

Mãe:

Neças má traçadas linha
mando qui nutiças minha.
Tudo qui mando dizê
É prá sinhora sabê,
Cuma aqui é diferente.
Pôvo aqui se xama gente
maiz é gente de mardade.
É grande a calamidade.
gente aqui é só qui têm.
Gente vai e gente vêm
E é grande a sacanage.
Muié nua cumo o diabo
Discascadinha na bage,
Inscurregam na lavage
Igualzinha a un kiabo.

Mãe:

Á un tá de viaduto,
Fiquei besta, no bestonte.
Lá prá noiz aquilo é ponte.
Maiz eu fiquei cabizbaxo.
Na ponte da capitá,
Num paça rio pur baxó.
O qui corre lá no taxó

É a baita dunha istrada,
Indo de lá e prá cá.
Num tem caçimba nem nada,
Nem vazante prá prantá.

Mãi:

Só prá sinhora sabê
Cuma aqui é diferente
E o qui faiz essa gente
No que poça arrecordá,
Eu vô dinôvo contá.
A sinhora se arripiava
la inté morrê de raiva
Se fôçe vê bân di má.
Tém vergonha de falá.

Mãi:

As môça são quagi nua.
Cum aquela sáia sua
Si fazia 100 maiô
Eu nunca vi tanto ôrrô.

Mãi:

Prá cubrí aquela coiza
Onde aquê bixo poiza
Prá dizê tenho vergonha.
É unha coiza medonha.
Sabe mermo o qui elas faiz,
Semvergonhice tamanha
Um didá de pano afrente
E un barbantino atraiz.

Mãi:

Cum licença da palavra
A nutiça aqui mi intrava.
Na bunda tem um cordão
Mi pareceu um fiapo
E amarrado num botão,
Na frente um isparadapo.
Lá nuz ubre, lá incima,
Dois caquinho de catolé
O bikiño fica impé.
O resto da maça mole
Qui minino novo ingóle
É cumo vaca amojada
Assanhando o bizerrada.

Mãi:

As caza sâh lá prá cima
Șobe prá riba do ar.
É ruim di si morá.

Éuha em cima da ôta.
Tem caza de 20 andá.
Vai subindo, vai subindo
Aqui digo inté mi rindo
Tem um bixo de rolá.
O nome é inlevadó,
Mi lembrei do milhorá
Qui a sinhora tomava lá
Passado pêlo dotô.
Eu nunca fui lá incima
Cum mêdo de dispencá.

Mãi:

Sem querê dizê bestêra
Poiz a estória é intêra
Eu digo só prá sorrí
A sinhora também rí,
Eu mi lembrei pur acazo
Da caza de juão di barro
No gaio da aruêra.

Mãi:

Eu vi a televisão.
É assim cuma um caixão
Ou lata de kerozeno
O pôvo mexendo dento
Cum dento dum fugão.
Maiz porém muito pequeno
Dizem inté qui tem veneno
Naquêle bôjo cinzento
Eu axei inté nojento.
A sinhora póde achá feio
Maiz o pôvo falando dento
É tôdo cortado ao meio.
A language é de lascá
A idéia eu vô lhi dá.

Mãi:

A muié xama de côrno
O marido qui ela tem.
Sai um côrno e ôto vém
Cum ôta muié de lado,
Num é muié, é viado
E eu fiquei atrapaiado.

Mãi:

Viado num é um bixo
Paricido cum um bode?
Poiz viado, mãi, aqui
É diferente o qui faiz
É um negóço prá tráiz.

Tem vontade de dizê.
Cum respeito a vosmicê
Num digo não mãi.
Adivinha si tu pode.

Mãi:

Viado aqui num tem xifre
E o corno é um xifrudo,
Num é isso um abisurdo?
Tudo muda, muda tudo.

Mãi:

Me lembrei de Zé Bufento
Qui atirô im Kelemento
Purquê Xico de Mané
Dixe qui a muié de Zé
Falando máu da mãi dêle
Butava doiz xifre nêle.

Mãi:

Agora peço licença
Nessa merma ocasião
E istiro aqui a mão
E lhi peço sua bença.

Mãi:

Na vorta eu vô lhi contá
Purquê muita coiza tém
Prá levá prá Gravatá.
Vô xegar aí em caza
Si essa carta num atraza
na sêsta fêra qui vêm
Tarugêiz vá inté de trém.
E pur ôje aqui eu fico
Dê as lembranças a titio.
Adeus mãi, assina o fio,
Seu fio Juzé de Xico.

POEMA E POEMAS EM PROSA

Maria Eugênia

TENHO PRESSA

Tenho pressa de ver o outro lado da nuvem
e a côr da passarada que lá deve morar.

Tenho pressa de ouvir o canto silente
das vozes siderais do outro lugar.

Tenho pressa de ver o branco absoluto
num arco-iris de paz e amor.

tenho pressa de espalhar amor,
de afundar minha alma branca
na etérea luz franca
do chão infindo da nuvem incolor.

NAVEGANDO

Meu corpo
é um barco sem remos.
meus braços,
são remos no mar.
meus cabelos,
são velas ao léu.

Assim, no mar navegando,
vou nas ondas procurando,
a paz branca além do céu.

POEMAS DO ENVELHECER

Olho-me no espelho,
não me canso de me olhar.
Aquele que procuro se escondeu.
Onde! Em que lugar!

E o tempo não perguntou a mim
se eu desejo ou não envelhecer assim.

Fico me olhando sem entender
o porque das rugas, dos olhos baços,
e os cabelos brancos e dos flácidos braços.

E o tempo não perguntou a mim,
se eu desejo ou não envelhecer assim.

Meu olhar é tão triste,
tudo é triste ao redor de mim.
Se eu pudesse o espelho virar
e do outro lado minha face encontrar!

Mas o espelho não perguntou a mim,
se eu desejo ou não envelhecer assim.

POEMA BRANCO E PRETO

Que escreverei nesta página branca?
Que rubricará esta tinta preta?

Como se sentirá o branco
com seu colo sujo de tinta?

E o preto no branco
terá algo a dizer de si mesmo?
Falará do seu tom predileto?

Há dois fatores indispensáveis
a um contato discreto:
- o preto no branco,
o branco no preto

Eis o dilema deste poema:
- pureza, tristeza
sentimentos puros que abrangerão esta página branca,
entre canções e cantos lúgubres.

TARDES CREPUSCULARES

É hora do passeio crepuscular. Subo o Morro do Broca e, ali, me aboleto na rede armada na cabana, no pico do morro.

Gosto de minhas tardes solitárias, dos meus monólogos com os seres e as cousas ao redor. Espalho livros e revistas pelo chão. Escolho Cecília Meireles e leio seus versos até me cansar da música dos seus poemas.

Levanto-me e passeio ao redor, pisando malissas. "Malissa, tua mãe morreu, fecha a porta". É o que as crianças dizem à planta misteriosa. Vou colhendo flores silvestres, minúsculas e delicadas em seus ramos verdes. Recordo-me de vozes amigas a me advertirem: "cuidado, o Broca é o coito das raposas". Bolas, raposas! Elas só existem nas fábulas e histórias infantis! Avanço os passos. O horizonte é uma linha de fogo, com estrias douradas, em leques de luz. Cena cósmica no palco célico, carnaubais distantes, aos milhares, em leques que se abanam ao soprar dos ventos. Lá em baixo, a lagoa ressequida, com os campos verdes de trigo nascendo...

Há revoada de pássaros voando, lado a lado, à procura dos ninhos. Ouve-se ao longe, um ciclar de insetos e o coaxar de jias e caçotes à beira da lagoa.

O céu, num acolchoado de nuvens, se basta na sua grandiosidade. Vesper desponta no seu leito eterno.

Diante da tarde que vai morrendo, fico em completo êxtase contemplativo. Deus, - o Grande Arquiteto - o Pai do Universo - dono dos céus, da terra, do mar! E o homem a querer competir com as suas grandiosidades... o homem na lua, o homem no espaço, agora, rumo a Marte!...

Deveria seguir o exemplo dos animais, que vivem lado a lado, respeitando-se mutuamente. Cada fruto no seu galho, cada flor no seu ramo, crianças brincando de roda, as nuvens abraçadas, o sol - "o socialista do universo" - na sua rota milenar, a aquecer os seres e as cousas, como um deus de fogo!

Um grito ao longe adverte-me que devo voltar. É a hora das serpentes e das raposas saírem de seus enconderijos e tocas. Raposas!... Lesto, cruza a estrada um tatu-bola... há um repouso tranquilo no ar. Pássaros em revoada vão à procura do aconchego dos ramos. É um pipilar harmonioso da orquestra gratuita da natureza.

Leve como pluma, vou descendo o morro com os ouvidos cheios de maviosos sons. É quase noite. É mais uma tarde que dorme.

SER OU NÃO SER

No envólucro do NÃO SER, a primeira batalha na definição da vida. O mais destre vencerá na vertiginosa competição. Vencedor, sem jamais compreender o tributo que terá que pagar na gloriosa batalha, aloja-se no recôndito do NÃO SER e envolve-se em mantos insondáveis. O calor. O calor o mantém vivo e o obriga a evoluir-se, obedecendo às leis da genética.

No seu mundo primitivo, o tempo de formação atingirá a horas inatingíveis, em suas imperceptíveis percepções.

Devagarinho toma vulto e a vida inconsciente processa-se com impetuosidade determinada.

Nas trevas se abriga. É o seu forte. Uma força propulsora impele-o à luz. Quando a luz se descortina aos seus olhos, ainda apertados de abismos, grita e chora. SCU. Diria se falasse. EXISTO. Que de mundos antagônicos, da pátria do NÃO SER, ao mundo do EXISTIR. Trevas e luz. Duas forças que o mantém vivo. Começa a pagar o galardão da vitória da vida com a lágrima primeira. Por que a lágrima e não o sorriso? Por que? Não sabe. Não sabe porque veio, não pediu para ver a luz. Que força imperiosa o obriga a integrar-se à vida? Uma nebulosa o envolve e o faz dormir, semi-inconsciente, nos extremos dos dois mundos. Leis fisiológicas se põem a funcionar. Uma avalanche de emoções alojam-se em seu pequenino ser.

Na sequência dos dias, percebe o novo mundo. Alimenta-se, chora e adormece. Na paz transcendente do mundo dos sonhos, renova-se a cada momento. A nuvem, que dantes o envolvia, aos poucos vai se transformando em visões coloridas. Suas pequeninas mãos obedecem a um reflexo. A seu lado, um rosto sempre irradiando amor, carinho, ternura, decalca em seu âmago sentimentos nobres de duas almas que se amam e se conhecem. Seus olhos translúcidos são lagos de paz, acompanhando sempre esse alguém que o aconchega ao seio, o alimenta e o protege. Sorri. No primeiro sorriso, as almas que se encontram, no afeto unicelular indissolúvel, inquebrantável. Há alegria no cosmo em que vive. No sorriso, o bálsamo que amortece o sofrimento. Estende os bracinhos e percebe um suave calor penetrando em sua epiderme. Há uma tranquilidade mútua nos dois seres que se abraçam.

De uma zona indeterminada algo o obriga a evoluir-se. Balbucia ternuras, emite sons. Diz a primeira emoção: Mamã. É o universo todo a irradiar amor, numa efusão de sentimentos receptíveis. Ali, a razão de viver.

Nos primeiros passos, a primeira vitória no mundo da luz. Doravante terá de dispender de forças para se firmar nos caminhos da longa jornada. Cedo começa a alisar bancos, a folhear livros, a competir. Há uma etapa de uma longa primavera, onde o céu é da cor dos sonhos e do amor. Ouvirá estrelas, sonhará. Que lindos sonhos inconsequentes!

Depois virão os tropeços. Ama, sofre, luta, perde e ganha. O amor, o sentimento por excelência, coloca-o no campo das disputas. Dá-se também. Um dia se vê personificado noutro ser e transmite-lhe as características genéticas do corpo e do espírito. Viverá num torvelinho de angústias e anseios, de lutas e alegrias. Tropeça, cai. Alguém dar-lhe-á as mãos ou se levantará sozinho. Ninguém sabe. Diferenças sociais marcam o seu destino. Segue o seu rumo conforme os desígnios traçados no envólucro do NÃO SER.

Continua a sequência das horas e dos anos. Longa a estrada a trilhar, longos os caminhos, cheios de pedras uns, outros planos ou de montes a subir. E vertiginosa a carreira do descer.

Sua mente é agora um labirinto cinzento. Não mais se encontra. Uma orquestra de risos e de lágrimas soa ainda em seus ouvidos surdos. No sofrimento, uma voz oculta o adverte de que sua jornada terminou, contudo, prefere SER a NÃO SER.

Lágrimas regam-lhe as faces enrugadas. As mãos trêmulas procuram outras mãos. Nada mais adianta. Sozinho terá que se encontrar com o PODER ABSOLUTO - o Deus da luz e das trevas. A última lágrima - suco da dor - se esconde na decrepitude da face. Ondas de silêncio o envolvem. Volta ao mundo solitário das nebulosas e a paz o abrange.

Poemas de saudade e acalanto

Dom Nivaldo Monte

A CASCATINHA

Ao murmurinho doce da cascata
Ciciam folhas ao sabor do vento.
São como dores que o peito desata
São como prantos gélidos lamentos

Na fronde altiva da palmeira agreste
Cantam dolentes meigos passarinhos.
Sobre os lagedos ramos de cipreste
Projetam sombras tristes nos caminhos.

Dos céus debruçam nuvens alvadias
Por sobre os picos contemplando a terra.
O sol desmaia, é tarde, a nostalgia
É da saudade que o meu peito encerra.

SAUDADES DA SERRA

Saudades que tenho da serra formosa
Onde inda criança pequeno eu brinquei.
Recordo saudoso nas tardes de rosa
As lindas campinas que eu tanto amei.

Recordo, saudoso, a serra sem par
Madeixas ao vento bailando no ar.

A serra tão bela que linda a campina,
Balindo, correndo cordeiros, enfim
O campo esmaltado de cor purpurina,
De lindas boninas sorrindo prá mim.

Recordo, saudoso, a serra sem par
Madeixas ao vento bailando no ar.

Agora bem longe da serra bonita
Já não mais criança eu sou, já cresci.
Ainda no peito saudoso palpita
A serra tão linda que nunca esquecí.

Recordo, saudoso, a serra sem par
Madeixas ao vento bailando no ar.

ACALANTO

Quando nós somos criança
Vivemos sempre a sonhar.
Sonhamos co'a esperança
Das cores verdes do mar.

Se brinco à beira da praia
Nos mares cantam sereias.
Se a verde vaga desmaia
Saltam espumas n'areia.

Debaixo dos coqueirais
Se canta e ri sem cessar.
Ao sabor dos vendavais
Dançam cabelos no ar.

As dunas eram meu leito
De alva areia o lençol,
Onde a dormir satisfeito
Vinha beijar-me o arrebol.

Jangadas lindas cingrando
O alto mar, de alvadias
Velas aos céus acenando
Em vesperais de alegria.

Perdendo o sol seus fulgores
Não vês criança a sorrir?
Pois, já são horas em que as flores
Se fecham para dormir!

OBS.: todas musicadas pelo próprio autor.

TROVAS

LUIZ RABELO

"Adeus..." tu disseste, leve,
e eu pude sentir, meu bem,
que uma palavra tão breve
a eternidade contém...

(Premiada no 2.º Concurso Nacional de Trovas de Belém (PA)
- Tema: ADEUS - 1986).

Quando te ponho no braço,
eu sinto, neta querida,
que és Vida - no meu cansaço,
que és força - na minha vida!

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas da UBT - NATAL,
em julgamento realizado em Fortaleza (CE). Tema: NETO/NETA
(S) - 1986).

Orgulhoso em meu afeto,
tenho a perfeita impressão,
de que ao erguer o meu neto,
um sol levanto na mão!

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas da UBT - Natal,
em julgamento realizado em Fortaleza (CE). Tema: NETO/NETA
(S) - 1986).

Tu sabes, também eu sei,
não carece explicação:
- A violência é uma lei
contrária à lei da razão.

(Premiada no Concurso Nacional de trovas da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado por três julgadores de três Estados diferentes. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

Esta violência me aterra,
este cinismo é demais:
- Dizer-se que se faz guerra
em benefício da paz!

(Premiada no Concurso Nacional da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado em três Estados Brasileiros. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

Não faças mal a ninguém,
violência não satisfaz:
- A vida vale, meu bem,
pelo bem que a gente faz...

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado pela UBT do Rio. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

A quem disse, em tom profundo:
"Eu vos dou a minha paz..."
em paga lhe deu o mundo
violência e nada mais...

(Premiada no Concurso Nacional da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado pela União Brasileira de Trovadores do Rio. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

Violência - mal profundo,
o ódio, na terra, ferindo:
- Pouco importa! Para o mundo
abro os meus braços sorrindo...

(Premiada no Concurso Nacional da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado pela UBT do Rio. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

Quereis ver, na terra, falho,
da violência o mal que assola?
Dai ao adulto - trabalho,
dai à criança - uma escola,

(Premiada no Concurso Nacional da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado pela UBT do Rio. Considerada de caráter educativo, 1.º lugar. Tema: VIOLÊNCIA - 1987).

Coqueiro! As palmas espraias
ao som do vento celeste:
- És sentinelas das praias,
és alma do meu Nordeste!

(Premiada no Concurso do "Jornal Mauricéia", de Recife - PE. Tema: COQUEIRO - 1987).

Só sabe disso quem ama,
e, assim, digo, num repente:
- A chama que chamo chama
é chama de amor somente...

(Premiada no IX CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DE NATAL, em julgamento realizado por trovadores de Juiz de Fora (MG), Rio Novo (MG) e Natal (RN). Tema: CHAMA - 1987).

A chama que nos consome
tem um nome diferente:
- Chama de amor é o seu nome,
que por dentro queima a gente...

(Premiada no IX CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DE NATAL, em julgamento realizado em Juiz de Fora (MG), Rio Novo (MG) e Natal (RN). Tema: CHAMA - 1987).

Vendo a chama da lareira
tornando tudo carvão,
vi que a morte é verdadeira,
que a vida é só ilusão!

(Premiada no IX CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DE NATAL, promoção da UBT, em julgamento realizado em Juiz de Fora (MG), Rio Novo (MG) e Natal (RN). Tema: CHAMA - 1987).

A chama que me consome,
que é loucura mais que ardor,
é uma loucura sem nome
que tem o nome de amor...

(Premiada no IX CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DE NATAL, promoção da UBT, em julgamento realizado em Juiz de Fora (MG), Rio Novo (MG) e Natal (RN). Tema: CHAMA - 1987).

Esta chama a me envolver,
quando acompanho os teus passos,
eu só a quero perder
no aconchego dos teus braços...

(Premiada no IX CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DE NATAL, promoção da UBT, em julgamento realizado em Juiz de Fora (MG), Rio Novo (MG) e Natal (RN). Tema: CHAMA - 1987).

Em quatro letras apenas
resumo os anseios meus.
São quatro letras serenas,
e nada é mais belo: Deus!

(Premiada no concurso anual de trovas "Cidade de Belo Horizonte", MG. Tema: BELO - 1987).

Nada no mundo é mais belo,
nem mesmo um sol a se por,
do que, num olhar singelo,
a confissão de um amor...

(Premiada no concurso anual de trovas "Cidade de Belo Horizonte", MG. Tema: BELO - 1987).

Na natureza, a montanha
contém exemplo aos ateus:
- Na sua altura tamanha,
é pequenina ante Deus!

(Premiada nos VIII Jogos Florais de Juiz de Fora (MG). Tema: MONTANHA - 1988).

Após a pinga, ao guri,
que o reprova tanto, até,

diz o pinguço: "E daí,
não quero ficar em pé!"

(Selecionada no II Concurso Nacional de Trovas de Ibiporã (PR).
Tema: PINGA - 1988).

Que ressoe o nosso brado,
que ergamos nossa bandeira,
por um Brasil sem cercado,
por um Mundo sem porteira...

(Destaque nos II JOGOS FLORAIS DE PONTA GROSSA (PR)
- Tema: PORTEIRA - 1988).

Assim, junto a ti, querida,
é feliz o meu viver:
- Quem vive ao lado da vida,
não conhece entardecer...

(Premiada no II Conc. Nacional de Trovas de Cruz Alta (RS).
Tema: ENTARDECER - 1988).

Ao ver-te, neta querida,
penso, em meu entardecer:
- Tu és a manhã da vida
na tarde do meu viver...

(Destaque no II Conc. Nacional de Trovas de Cruz Alta (RS).
Tema: ENTARDECER - 1988).

De tanto levar açoite
nos pelourinhos do mundo,
tem o negro a cor da noite
e estrelas no olhar profundo...

(Premiada no IX Conc. Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, em julgamento por uma comissão de quatro Estados. tema: NEGRO, 1988 - Centenário da Abolição. Idem, premiada nos I Jogos Florais da Casa da Cultura de Manhumirim (MG). Tema: NEGRO - 1988. Idem, premiada no Concurso da UBT e Jornal Mauricéia, do Recife (PE). Tema: NEGRO - 1988).

Chamas-me negro e descuras
que ante Deus somos iguais,
e que é nas noites escuras
que as estrelas brilham mais...

(Premiada no IX Conc. Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, em julgamento realizado em quatro Estados. Tema: NEGRO - 1988. Idem, premiada nos I Jogos Florais da Casa da Cultura de Manhumirim (MG). Tema: NEGRO - 1988).

Vejo-os ir pelas estradas,
brancos e negros, contentes...
- Suas sombras alongadas
não têm cores diferentes...

(Premiada no IX Conc. Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, no Centenário da Abolição. Tema: NEGRO - 1988. Idem, premiada nos I Jogos Florais da Casa da Cultura de Manhumirim (MG). Tema: NEGRO - 1988. Idem, premiada no II Conc. Nacional de Trovas da UBT e Jornal Mauricéia, do Recife (PE). Tema: NEGRO - 1988. Idem, premiada pela UBT de Recife - Tema: NEGRO).

Negro... Branco... Néscia gente
que não aprende a lição:
- É negra toda semente
que faz brotar o algodão!

(Premiada nos I Jogos Florais da Casa da Cultura de Manhumirim (MG), no Centenário da Abolição. Tema: NEGRO - 1988).

Vejo um povo escravizado
por uma dívida vil:
- A senzala do passado
hoje se chama: Brasil!

(Premiada nos XII Jogos Florais da UBT de Fortaleza (CE). Tema: SENZALA - 1988).

Mesmo sem ver-te, Jesus,
minha fé em ti persiste:
- O cego não vê a luz,
mas sabe que a luz existe...

(Premiada nos VII Jogos Florais de Alegre (ES). Tema: LUZ - 1988).

A própria razão me induz
a fazer a afirmação:
- Um pensamento de luz
aumenta a luz da razão!

(Premiada nos VII Jogos Florais de Alegre (ES). Tema: LUZ - 1988).

"Viver! Viver!..." É o dizer
de muita gente na vida.
Porém, quem vive a sofrer,
que pode dizer, querida?

(Premiada nos XII Jogos Florais de Curitiba, promoção da União Brasileira de Trovadores, da Academia Paranaense de Letras e Academia de Letras José de Alencar. Tema: VIVER - 1989).

O teu retrato de outrora,
que hoje minha alma alentou,
fez este milagre, agora:
- O longe perto ficou...

(Premiada no X Concurso de Trovas "DUAS CIDADES", categoria: VENCEDOR - Promoção da UBT de Fortaleza. Cidades convidadas: NATAL/FORTALEZA (sede). Tema: PERTO/LONGE. - 1989).

Para que a Luz do Universo
não me seja longe, enfim,
basta que eu diga, num verso:
- Deus está perto de mim...

(Premiada no X Concurso de Trovas "DUAS CIDADES". Promoção da UBT de Fortaleza. Cidades convidadas: Natal/Fortaleza (sede). Tema: PERTO/LONGE - 1989).

Entre a ventura e a desdita
o contraste é bem patente:
- Esta, bem perto, nos fita,
aquela, longe, nos mente...

(Premiada no X CONCURSO DE TROVAS "DUAS CIDADES". Promoção da UBT de Fortaleza. Cidades convidadas: Natal/Fortaleza (sede). Tema: PERTO/LONGE - 1989).

Olho em torno, fim de festa...
foram-se os amigos meus.
Só um Amigo me resta,
o maior de todos: Deus!

(Premiada nos III Jogos Florais de Cruz Alta (RS). Tema: AMIGO - 1989).

Mandacaru! Nos caminhos
do meu sertão, ao sol-pôr,
teu corpo cheio de espinhos
guarda tua alma de flor...

(Premiada nos XIII Jogos Florais de Fortaleza, na categoria de VENCEDOR. Tema: Mandacaru - 1989).

Os hirtos mandacarus,
espalhados no sertão,
lembram tristes corpos nus
de retirantes sem pão...

(Premiada nos XIII Jogos Florais de Fortaleza (CE). Tema: MANDACARU - 1989).

Proclamar-te o meu amor,
que tola proclamação:
- O vento, que beija a flor,
só beija, não fala, não!

(Premiada no XI Conc. Nac. de Trovas da UBT de Natal. Tema: PROCLAMAÇÃO, em homenagem ao Centenário da República, sem obrigatoriedade da vinculação da palavra ao evento histórico - 1989).

Vivo a vida por viver,
minha vida é sem razão:
- Eu proclamei te esquecer,
foi tola proclamação...

(Premiada no XI Conc. Nac. de Trovas da UBT de Natal. Tema: PROCLAMAÇÃO, em homenagem ao Centenário da República, sem obrigatoriedade da vinculação da palavra ao evento histórico - 1989).

Dou adeus ao sol-poente
e faço a proclamação:
- Depois da tarde silente,
estrelas nos surgirão...

(Premiada no XI Conc. Nac. de Trovas da UBT de Natal. Tema: PROCLAMAÇÃO, em homenagem ao Centenário da República, sem obrigatoriedade da vinculação da palavra ao evento histórico - 1989).

Proclamação é o que dizes,
e ficas só no dizer.
É assim fazes infelizes
os que em ti passam a crer...

(Premiada no XI Conc. Nac. de Trovas da UBT de Natal. Tema: PROCLAMAÇÃO, em homenagem ao Centenário da República, sem obrigatoriedade da vinculação da palavra ao acontecimento histórico - 1989).

Eu a vi como num sonho
quando entre rosas surgiu:
Em noite de Santo Antônio,
uma alcachofra floriu!

(Premiada no Concurso das Quadras de Santo Antônio, da Câmara Municipal de Lisboa - 1989).

Que importa à minha cigarra,
aquela que canta em mim,
a morte, depois da farra?
- Toda "farra" tem seu fim...

(Premiada no III Concurso Nacional do jornal "Mauricéia", Recife. Tema: CIGARRA - 1989).

Velhice - ninho vazio
de um pássaro que voou.
Um leito seco de rio
onde nem lama ficou...

(Premiada no I Concurso Nacional de Trovas da UBT de Barra do Pirai, RJ, na categoria de VENCEDOR. Tema: VELHICE - 1990).

Velhice... Sombra... Neblinas...
E a certeza deste fado:
- que a vida é um dobrar de esquinas
pelas ruas do passado...

(Premiada no I Concurso Nacional de Trovas da UBT/Seção de Barra do Pirai, RJ, na categoria de VENCEDOR. Tema: VELHICE - 1990).

Não há luar nesta vida
de mais pureza e bonança,
que o doce luar, querida,
dos olhos de uma criança...

(Premiada no XIV Concurso de Trovas de Cachoeiras de Macacu, RJ. Tema: LUAR - 1990).

Neste mundo já me privo
de tudo, até de seus nadas:
- Velhice! Sepulcro vivo
de esperanças sepultadas...

(Premiada no VI Concurso Nacional de Trovas da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e UBT de Belém-PA. Tema: ESPERANÇA - 1990).

Contém este nome, irmão,
o maior dos ideais:
Rotary - é vida, é união,
Rotary - é trabalho e paz!

(Selecionada no Concurso Internacional de Trovas do Rotary Clube de Campos São Salvador, Distrito 475, RJ, 20.º aniversário de sua fundação. Tema: ROTARY - 1990).

Meu coração está limpo,
por isso, então, é que eu sonho:
- As pedras do meu garimpo
são as trovas que componho...

(Premiada no XIV Jogos Florais da UBT de Fortaleza (CE). Tema: GARIMPO (S) - 1990).

Disse a velhota, risonha,
no seu alegre ôba-ôba:
- A minha alma agora sonha
com tudo quanto é mão boba...

(Premiada pela Academia de Trovas do RN, em seleção feita nos Estados de Ceará e São Paulo. Tema humorístico: BOBO (S) BABÃO - 1990).

Jubileu! Estado de alma
que só beleza traduz;
uma luz que nos acalma,
um sonho feito de luz!...

(Premiada pela Academia de Trovas do RN, em seleção feita nos Estados do Ceará e São Paulo. Tema: JUBILEU - 1990).

Minha idéia não é louca,
e eu sei bem o que desejo:
- que entre a minha e a tua boca
só caiba o espaço de um beijo...

(Destaque nos VII JOGOS FLORAIS DE BANDEIRANTES (PR). Tema: ESPAÇO - 1990).

Vejo em ti, minha querida,
no teu olhar de desdém,
esta distância na vida,
que nem o espaço contém...

(Destaque nos VII JOGOS FLORAIS DE BANDEIRANTES (PR).
Tema: ESPAÇO - 1990).

Eu abraço os teus abraços,
teus beijos beijo também:
quem ama vence os espaços,
ausência, às vezes, faz bem.

(Destaque nos VII JOGOS FLORAIS DE BANDEIRANTES (PR).
Tema: ESPAÇO(S) - 1990).

Dizem que nada é infinito,
que tudo se acaba, enfim.
- Mentira! - protesto, grito,
minha sogra não tem fim.

(Destaque nos VII JOGOS FLORAIS DE BANDEIRANTES (PR).
Tema humorístico: MENTIRA - 1990).

Há dois mil anos que o mundo
isto ouviu do Salvador:
- Vê meu exemplo profundo,
dá ao mundo paz e amor...

(Premiada no XI Concurso Internacional de Trovas da UBT de
Campinas - SP - 1991. Tema: PAZ E AMOR (obrigatório o emprego
das palavras-tema).

Quem não crê em Deus, querida,
quem não crê, no mundo, em nada,
é no curral desta vida
uma porteira fechada.

(Premiada nos XV Jogos Florais de Fortaleza (CE), Seção da
UBT. Tema: PORTEIRA - 1991).

Quem não tem a alma fechada,
sabe disto, coisa certa:
- A saudade é uma boiada
entrando em porteira aberta...

(Premiada nos XV Jogos Florais de Fortaleza (CE), Seção da
UBT. Tema: PORTEIRA - 1991).

Egoísmo condenável,
que confrange o coração,
é o daquele miserável
que à própria mãe nega um pão!

(Premiada no 3.º Concurso de Trovas do jornal "Pau d'Arco",
de Fortaleza (CE). Tema: EGOISMO (em seu sentido condenável)
- 1991).

Fontes de lágrimas, tanto
estes meus olhos choraram,
que eu nem sei, prá meu espanto,
porque nunca se esgotaram.

(Selecionada nos II Jogos Florais da UBT de Amparo (SP), no Tema: FONTE(S) - 1991. Constituem os quatro versos iniciais do "Sonetinho do muito querer", publicado no DIÁRIO, de Ribeirão Preto (SP), em página especial, edição de 21/07/1991).

Depois que a tua alma, crendo
em Deus, tornou-se louçã,
eu pude ver ir crescendo
dentro em ti outra manhã...

(Premiada nos VIII Jogos Florais de Ribeirão Preto (SP). Tema: MANHA - 1991).

Minha vida se renova,
diminui a minha idade,
se ilumino a minha trova
no cristal de uma saudade...

(Premiada no XII Concurso de Trovas da UBT de Natal (RN). Tema: CRISTAL - 1991).

V

Ensaaios





TEMA PARA PORTINARI.

Ilustração do Autor.

Discurso para Portinari ou o homem brasileiro na pintura de Cândido Portinari

Dorian Gray Caldas

A sugestão de vida supera sempre as verdades vividas. Os valores estão sempre à frente das verdades. Não existe beleza na verdade a não ser quando elevada pela arte ou sublimada pela palavra.

Para os vinte minutos concedidos nesta segunda semana de arte promovida pelo SESC, eu pensei para minha conversa com vocês num homem e sua pintura, e dei a este trabalho o título de **Discurso para Portinari ou o homem brasileiro na pintura de Cândido Portinari**. E como pensei no velho Portinari, fui aos poucos juntando emoções mais antigas, vivências que já se vão longe, aos primeiros contatos com a obra maior da pintura brasileira.

Foi na fazenda Santa Rosa, município de Brodósqui, que nasceu Cândido Portinari, a 29 de dezembro de 1903/62. Filho de imigrantes componeses italianos, ou mais precisamente, filho de Giovan Battista Portinari e Domenica di Bassano. Diz-nos Mário Filho que ele era do tamanho de uma garrafa de litro de leite. Alessandra, irmã de Domenica, quando veio vê-lo, teve esta expressão: "Se eu soubesse que você não tinha nada para me mostrar, não tinha vindo". Esse nada era Cândido Portinari. E a sua obra maior seria mais tarde essas raízes de sua infância na pequena cidade de Brodósqui, ali, como ele mesmo haveria de dizer mais tarde, quando recebeu o convite para pintar a história do Brasil, no Ministério de Educação e Cultura, "eu só sei pintar camponeses".

Na sua cidade natal, estavam as raízes telúricas que jamais Portinari haveria de esquecer. Estavam os componeses, os cafezais, os retirantes do Norte, "bahianos", (com os sulistas chamam

os nortistas que emigram para o sul), os enterros de anjos, os trabalhadores ceifando a terra. Mas Portinari sabia pintar muito mais que a simples colocação de fatos da infância e da adolescência. Havia dentro de si aquelas poderosas forças obscuras dos grandes artistas e dos eleitos. Aqueles artistas que Malraux define em sua *Psicologia da Arte*, como "um criador de formas".

Esse neto de entalhador retoma das mãos do avô o buril e transforma em monumentos de estatuária os motivos maiores da luta do homem brasileiro. Surgem negros, retirantes, profetas, santos e trabalhadores em toda a extensão dos seus grandes afrescos.

De sua volta da Europa, onde fora com uma Bolsa de Estudo pelo retrato do poeta Olegário Mariano (1928), começa Portinari a desenvolver o seu trabalho. A princípio são as crianças, as plantações de café, os colonos, os casamentos na roça. ("Um baile na Roça", é sua primeira tela vendida), os motivos lineares e líricos, da vivência de sua infância, redescobertos em sua pintura.

De 1936 em diante, começam a surgir os primeiros murais. Na auto-estrada Rio-São Paulo, na ante sala do monumento rodoviário, pinta, de encomenda, quatro faixas com motivos de negros trabalhando, onde predominam os cinzas e azuis, tão ao gosto da pintura paulista, depois do movimento de 1922.

Datam de 1936 em diante, os primeiros murais, afrescos, pintados na sala de espera do Ministério da Educação e Cultura. Há, nesses murais, um primeiro plano de homens trabalhando, desenvolvido em ciclos de cafezais, minérios, plantações e colheitas, onde o tema principal é o homem, onde a paisagem apenas marca áreas abstratas e às vezes cubistas, completando os volumes definidos da figura.

Aí Portinari desenvolve a tese, consciente ou não, de Malraux, de que "a arte não é uma imitação da Natureza, mas da arte". Portinari utiliza habilmente os seus conhecimentos clássicos, para desenvolver novas formas, nas quais percebem-se a influência greco-romana e as soluções ousadas das técnicas mais modernas advindas dos movimentos de modernidade absorvidos de sua estada na Europa.

A preocupação dominante, todavia, é o homem brasileiro. E para que haja um gesto, a curva de um ângulo, uma mão sobre a enxada, ele trabalha e equilibra toda a composição de fundo, cria retângulos, neutraliza planos, equilibra claro-escuros.

Expondo assim as figuras nos primeiros planos e dando-lhes volumes, transparências e luminosidades, dentro de uma disciplina piramidal, Portinari iria criar na arte brasileira o monumental e o gigantismo, a obra mais eclética e ao mesmo tempo a mais bem construída das nossas artes plásticas. Iria criar, embora com restrições da crítica, pela primeira vez no Brasil, uma maneira brasi-

leira de pintar. Válido aqui se adaptar aquele conceito de Sérgio Milliet quando nos fala em teorias sociais da arte: "A grande obra de arte não é grande porque obedece ou desobedece à determinada moda, mas, sim, porque a sobrepuja e, apesar da moda, alcança certos princípios de expressão universais, atinge determinada humanidade, comum a todas as épocas". E é isto, justamente o que sentimos na obra de Portinari, esta comunhão com o universal.

Portinari, embora homem de esquerda, nunca sacrificaria a forma ao conteúdo. Como nos diz Malraux, que "a arte é forma transformada em estilo", poderia o conteúdo da pintura de Portinari estar carregado de intenções, mas a forma teria a medida disciplinadora entre a mensagem e o estilo. A grandeza das experiências universais, conferiu-lhe uma vivência organizadora e uma consciência crítica.

O mural de "Tiradentes" já nos dá uma visão das intenções de Portinari. Aí, conteúdo e forma estão bem equilibrados e a mensagem é total. Ainda é o homem o grande responsável pela tragédia do próprio homem, e a grandeza maior do seu trabalho advém dos grandes volumes onde ele cria os motivos e os dramas do homem brasileiro, e os transfigura em obras de arte. E quando digo que valorizando o homem, Portinari disciplinava o conteúdo para não mutilar a sua obra de arte, lembro aqui o painel (que poderia ter servido ao artista de argumento anedotário) no qual ele disciplina grandes volumes humanos de uma dignidade impecável, e ainda é fiel à história, refiro-me ao painel "Chegada de Dom João VI ao Brasil". E tanto é assim, que o mural "A Primeira Missa no Brasil", Portinari dispensa a fauna, a flora e o índio, e promove a elevação na hora da missa como ato solene e estrangeiro à terra virgem. Tal era o respeito que tinha Portinari ao homem brasileiro. Sabia que difícil é a sua luta. Jamais serviu-se da figura humana para não convencer, inautenticar-se, abstrair-se. Jamais em sua vida pintaria um nu artístico e dizia a quem lhe perguntava: "Já pensou se minha avó me visse pintando mulheres nuas?". Sua austeridade provinciana, sua pureza de intenções levou-o a escolher, desde muito cedo, em sua arte, seus permanentes e definitivos motivos.

Sua obra vastíssima (teve fase de pintar cinco quadros por semana), não nos permite estudo com interpretações apressadas. Poderão ser estudados múltiplos aspectos de sua obra, desde forma e conteúdo, vistuosismos e originalidades. Uma série de pesquisas que não é nossa intenção nesta breve conversa sobre o mestre. Fiquemos com seus meninos de Brodóski, nos terreiros "cor de chocolate raspado", ou nos meninos andrajosos que conhecera na infância, ou mesmo com o Portinari dos assuntos religiosos, onde Cristo parece dizer, na observação de Mário Dionísio: "Não pensem que eu vim trazer a paz à terra, não vim trazer a paz, mas a espada". Ou de Jó, em suas lamentações, que parece dizer: "Senhor, até quando"? Mas se podemos, com facilidade, observar estas coisas em suas pinturas, se a evidência de sua arte, dispensa qualquer nuance, qualquer modismo, se a sua força telúrica, sua mensagem era clara e evidente como a água, também lhe pesam acusações

de adaptador (professor Carlos Cavalcanti) e superficial. Mas o que não podemos desconhecer é que como nos diz Mário Dionísio: "não há um metro de parede ou de azulejo, um óleo seu, um desenho, em que não se diga: É Portinari".

Considerava Portinari o mural "Tiradentes" a sua melhor obra. Em entrevista concedida a Vinícius de Moraes que lhe dedicou um poeminho não muito feliz "lá vai Candinho com seu topete", ou coisas assim, o pintor declara que "pintura é pintura". O sujeito faz porque sabe fazer". E pintura Portinari sabia fazer. E mais adiante Portinari desabafa: "Esse negócio de escola sempre existiu, mas o que vale mesmo é a pintura. O pintor sabe pintar ou não sabe. Dar nome aos bois é secundário - o que é preciso que eles sejam de verdade". Entrevista concedida ao poeta Vinícius de Moraes, 1953). Portinari ratifica a mesma opinião do crítico de arte Herbert Read de que a pintura de cavalete seria substituída aos poucos pela pintura mural; sem todavia desaparecer a pintura de cavalete, que na fase de Portinari iria atingir o seu apogeu; infelizmente hoje no Brasil em declínio. Ele foi um dos responsáveis pela ascensão da arte mural entre nós. O muralismo fazia parte das propostas dos mexicanos Orozco, Rivera e Siqueiros, com os quais Portinari mantinha afinidades muito profundas. Sentimento de tragicidade, grandiosidade nas propostas, ou monumentalismo, fidelidade aos costumes e acima de tudo autenticidade ao retratar (ou ser) a representatividade em arte, da alma de sua gente.

Portinari foi um vocacionado para arte. Não aprendeu na escola. Nasceu artista. Viveu artista. O seu destino coincidiu com a sua vocação. Com prêmio ou sem prêmio de viagem, Portinari seria mais cedo ou mais tarde o pintor mais representativo da arte brasileira dos anos quarenta/cinquenta. Explodiam as suas cores em ângulos e prismas onde ele colocava os pés enormes dos seus figurantes na firmeza da terra "cor de chocolate" dos cafezais paulistanos, ou nas luminosidades das desérticas caatingas do nordeste brasileiro. Pés caminantes de retirantes, boiadeiros, camponeses, os sem destino, maltrapilhos, revividos pela força dramática da arte de Portinari, como aqueles leprosos do seu poema: "Quem são aqueles três renegados e sem coroa?... Restos de três criaturas... que santos são aqueles". Estes sentimentos faziam parte do seu mundo mítico, da sua dramaticidade latente. A morte, a terra, o homem. Olhos "chorando cachos de lágrimas" usando uma expressão de Vinícius de Moraes. A criança morta, a desolada paisagem seca do sertão. Uma pungente humanidade. Portinari conserva-se fiel à sua vocação à sua escolha, aos seus eleitos. Certo dia, em Paris (1946), o Duque de Windson, visitando a sua exposição individual, teria perguntado: "O senhor não teria algumas flores", a que Portinari respondeu: "só miséria". A opção de Portinari não era pelo retrato da miséria, e sim, pelos temas de forte conteúdo humano. Portinari também pintava flores, na residência de Antônio Bento, quando o visitei no Rio de Janeiro, vi um belo quadro com este assunto, raro, todavia, na sua pintura. Mas se eram raros os assuntos florais e as naturezas-mortas, sobravam as criações com temas de crianças, que perfeitamente podem substituir as flo-

res.

Portinari sempre voltava aos temas constantes de sua preferência: Os retirantes, os trabalhadores rurais, os espoliados, os sem camisa, ou descalços, os que ainda hoje, passados tantos anos de sua mensagem, ainda continua sem camisa, ainda continuam descalços. Pintura que não precisa ser explicada, porque a evidência fala mais alto que qualquer retórica. Uma pintura direta como um soco. Na linha do poema de Fernando Pessoa, mas que não temos como nos "agachar para fora da possibilidade do soco". Esta foi a sensação que eu tive quanto vi pela primeira vez os grande murais de Portinari, pintados diretamente sobre a parede da sala de espera do Ministro, no Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro. Voltei diversas vezes para sentir sua obra e repensar o assunto de seus temas. A série "Trabalhadores Brasileiros (1936-1945), nos dá a dimensão do artista. Obra monumental de interpretação do homem brasileiro e suas características sócio-econômicas. Não foi a Paris para aprender o que já sabia, mas para verificar. Nem aprendeu a usar o claro-escuro, nos quadros dos museus. Aprendeu a usar o claro-escuro, pintando. Portinari desenvolveu toda a sua arte como se já tivesse dentro de si aquela herança mítica, uma espécie de ancestralidade. Uma predestinação. A observação e o aprendizado dos mestres permitiu-lhe desenvolver esta herança genética. Para que isto acontecesse não precisou ceder ao "ismos" aos maneirismos tão ao gosto do "frenesi" de alguns pintores de sua geração. Portinari nasceu Portinari, este é o maior elogio que podemos fazer-lhe. A viagem a Europa lhe valeu para descobrir e alargar seus novos rumos, comparar e avaliar as suas potencialidades. Quando saiu do Brasil, dizem "era quase um clássico, voltou moderno". Nem clássico, nem moderno, Portinari voltou Portinari. Admirava Miguel Angelo, Rembrandt, Tintoretto. Dizia que Braque, Rouault, Picasso, Matisse, eram "pintores que cantam" e os reconhecia como os "grandes do século". A Portinari só interessava a pintura. Uma espécie de compulsão. Sua maneira de sentir e amar as pessoas. Pintou seguidamente João Cândido, seu filho, na infância, na juventude, na puberdade. Pintou Maria sua mulher, pintou seus pais numa interpretação de forte realismo. Pintou, principalmente, os amigos, dezenas de quadros de cavalete, retrato de toda uma geração de escritores, intelectuais, poetas, e conhecidos. Retratos que hoje fazem a fortuna de muitos (e Portinari morreu pobre), retratos que hoje dão a dimensão do artista, aberto aos ventos gerais da gratuidade. A galeria dos homens ilustres deste País, ampliou-se. Presidente e poeta, escritor e camponeses, todos retratados pela sensibilidade incomum do gênio de Portinari. Foi um Rembrandt em sua época, sem o requinte de Rembrandt, a obsessão pelo culto da personalidade, o narcisismo do grande pintor, que chegou a se recopiar em todas as etapas de sua vida. O seu auto-retrato não é um elogio. Portinari põe marcas fortes no seu rosto. Os grandes óculos escondem atrás dos vidros os olhos míopes para a aventura da vida, interiorizados pelas preocupações com o destino de sua arte e do seu povo. Parecia dizer eu "pinto o que vejo e não o que você vê" repetindo a máxima conhecida. E

como sabia ver largos espaços nunca antes propostos, horizontes sempre distantes onde homens, bois, casas, retirantes, boiadeiros, cangaceiros, meninas com flores, suburbanas, enterros, homens e mulheres caminham numa paisagem sem começo nem fim, sem eserança. O mural "Tiradentes" nos dá a medida desa humanidade de Portinari. Recriou o tema histórico, não como uma narrativa de meias verdades, para enganar, confundir nossa controvertida história do Brasil, mas como pintura, constatação, veracidade, historicidade, e principalmente, um enorme sentimento de brasilidade. A obra permanece. O homem que a pintou renasce em cada uma de sua figuras, confunde-se com a sua criação, porque toda obra de um verdadeiro artista possui além de sua fisionomia a marca da intemporabilidade, uma humanidade. Pretos, brancos, cafusos, mulatos, o feitor e o compenês; o que planta e os que vivem da exploração do trabalho; a denúncia e a arte, o pranto e a grandeza, a majestosidade e a ternura das pequenas vilas do interior, tudo isto, todas estas coisas, foram recriadas pelas mãos poderosas do artista.

Lavadeiras, plantadoras, cambiteiros, pastores, estivadores, os cafezais e os arrozais, a paisagem verde e as caatingas, em todo palmo de terra de sua pintura Portinari colocou o homem e criou o seu destino. Bem ou mal na mais angustiante condição da fome dos flagelos da seca, ou nas colheitas dos cafezais das terras generosas dos paulistas, fez a sua pintura. O homem brasileiro. E não se pode dizer que esta obra seja apenas documental ou narrativa. Isto os técnicos sabem fazer muito bem. Esta obra tem a força das obras que resistem ao tempo.

*"L'art qui dure-celui que nous appelons le grand art", e esta é a arte de Portinari. Mesmo criticado, não entendido, vai ficar pelo que fez de superiormente com seu espírito criador.

*Nicolas Wadley, falando a respeito de Gauguin.

O Direito como obra de arte

Mário Moacyr Porto

O belo e o justo - binômio eterno e metas finais de todas as aspirações humanas - não é tema que se comprima nas estreitezas de um artigo de revista. Limito-me, neste breve e desprezencioso ensaio, a enforçar a similitude existente entre os processos de criação artística e os métodos de elaboração jurídica. Decidi-me a escrever sobre tão belo e sugestivo tema pelo ensejo que me oferece o assunto de dar corpo e forma a antigas e gratas idéias até então dormente no limbo das especulações. Cedo vislumbrei, ao contato da admirável euritmia que caracteriza as construções jurídicas, que o Direito é, essencialmente, uma obra de arte. O necessário afinamento que deverá existir entre a disciplina jurídica e a realidade social, a harmonia que se impõe a fim de que o Direito se revele uma verdade de quilate válido entre o "dado" dos chamados "fatos normativos" e o processo técnico de elaboração do positivismo jurídico, expressa, essencialmente, uma revelação estética, uma identificação entre o justo e o belo.

Ao gênio clarividente de Von Ihering não escapou a feição estética da construção jurídica, pelo que este eminente jurista-filósofo incluiu, entre os elementos que presidem a elaboração das regras do Direito, a chamada "lei do belo jurídico", isto é, a lei que subordina a regra de conduta aos padrões estéticos da ordem, da simetria, do estilo e da proporção.

A Estética, assim, é que fornece a medida do ordenamento legal, comportando-se como um metrônomo que acerta o passo da existência gregária pelo compasso da norma disciplinadora. A imitação da natureza, ou a revelação da natureza através da intuição criadora, é, em amplo sentido, o fim do Direito e o objetivo da Arte.

No plano do Direito, o justo se constata através da satisfatória adequação da regra às realidades humanas, do mesmo modo que no território da Estética, o belo se revela na eleição da forma que fornece a medida do justo na interpretação da natureza. Razão tinha, assim, Platão quando proclamou que o belo é o justo, pois, constituindo o Direito um estilo normativo das atividades sociais, colima, em última análise, a escolha de um caminho numa encruzilhada ou contraponto entre as dissonâncias dos conflitos humanos e o harmonioso andamento das diretrizes legais. Daí a frase impressionante de Jean Cruet: "O Direito não domina a sociedade; exprime-a".

Em que pese às restrições de muitos, o Direito como a Arte são processos imitativos da natureza, se o tomarmos não como uma paisagem pintada, para usar de uma expressão de Ramiro Meatzu, mas como a essência das coisas. Os brocados jurídicos são resumos normativos que nos fornecem ou sugerem a visão da natureza, o exame das forças naturais, como no exemplos seguintes: no mesmo sujeito não se conciliam ação e paixão; ninguém é obrigado a coisas impossíveis: as coisas contrárias não podem existir ao mesmo tempo; uma causa limitada produz efeito limitado; o dia das núpcias é o dia da concepção e da natividade legítima.

Outro traço de união entre o Direito e a Arte é o que se revela no fato de que, em um como em outro, a antítese ou choque das formulações antagônicas é uma ocorrência constante. Como adverte Radbruch, pode dizer-se que a qualidade que torna o Direito apto a ser objeto atrativo para a Arte consiste nas inúmeras antíteses ou contrastes entre o "ser" e o "dever ser"; entre o Direito Positivo e o natural; entre Direito legítimo e revulocionário; entre a liberdade e a ordem; a justiça e a equidade; o Direito e a graça, etc.

As formas de arte, cujo objetivo essencial é sempre, como se sabe, a representação do antitético, não podem, por isso, deixar de se cuidar do Direito com uma especial predileção. É isso que acontece, antes de mais nada, com o drama, desde Sófocles, com a sua conhecida "Antigone", até Shakespeare, com o seu "Mercador de Veneza" e seu "Measure for Measure". Já George Jellineck mostrou que o drama da Antiguidade se comprazia em sublimar, de preferência, a santidade e a inviolabilidade do Direito objetivo, ao passo que o drama moderno se compraz em ressaltar, com preferente simpatia, o lado subjetivo do Direito e o sentimento jurídico dos indivíduos nas suas lutas e revoltas contra a "ordem jurídica".

É correta a observação de Jellineck de que, nos períodos de paz e consequente estabilidade da legislação, a Arte exalta e respeita o ordenamento legal, enquanto que, nos momentos de inquietação e de instabilidade, a obra literária satiriza e estigmatiza a disciplina que o Estado impõe à vida do indivíduo.

O ambivalente comportamento dos artistas revelaria um tortuoso oportunismo a ser levado a seu débito, pois as leis dos períodos de crise não são piores do que as leis das épocas de paz. Acontece, porém, que a singularidade não envolve uma contradição, pois a eficácia da norma não se mede em termos de ética abstrata, mas em função de seu afinamento em relação aos fatos da vida. A paz é o preço da adequação, como a iniquidade e a insubmissão são o tributo da incoincidência. O justo, em si, é um problema da moral, e não de política legislativa.

A Arte ri do falso, do incoincidente, que gera na consciência, como todas as desarmonias, um juízo de reprovação.

Por outro lado, o verdadeiro, no Direito como na Arte, é, as mais das vezes, uma ilusão criadora, uma aparência com força de realidade. Como diz Amiel, em seu "Diário": *"O erro dos cérebros estreitos é não fazer justiça à ilusão, isto é à verdade relativa, puramente psicológica e subjetiva. Falta delicadeza crítica a todas as inteligências vulgares que formam a idéia mais ingênua da verdade. Não compreendem a natureza*

e as leis do espírito humano. A fenomenologia é carta cifrada para esses paquidermes que vivem na superfície da sua própria alma”.

O verdadeiro, em qualquer plano, está no que sentimos e cremos. O céu azul que admiramos não é céu e nem é azul, o que não nos impede de proclamar, com sincera convicção, que o céu da nossa Terra é belo e profundo. Não se conclui, daí, que o justo e o belo constituam uma miragem dos nossos sentidos ou um equívoco das nossas consciências. Não. O justo e o belo, longe de representarem realidades aparentes, são aparências que se afirmam com a força e a autenticidade de realidades, o que é bastante para alcançar a plenitude dos nossos finitos anseios de justiça e beleza.

A máxima jurídica “erro communis facit jus” é bem o reconhecimento de que a ilusória generalização é mais verdadeira do que a realidade ostensiva. Como diz Emanuel Levy, o Direito repousa sobre as crenças, e – como acrescenta Levy Bruhl – quando uma coisa é tida como verdadeira, exprime uma realidade social mais atuante que a verdade desconhecida. A lenda é, sob certos pontos-de-vista, mais verdadeira que a história. O princípio de que o aparente equivale ao real, quando a crença no erro é sincera e generalizada, é mesmo o fundamento de muitas construções jurídicas, entre as quais se incluem a posse, o usucapião, as alienações “a non domínio” feitas a terceiros de boa fé, etc.

No plano da literatura realçou Pirandelo, com extraordinária penetração, a natureza ambivalente do homem, advertindo que, por vezes, a personalidade imposta pelas solicitações do meio social é mais real e poderosa que a personalidade do indivíduo. Pergunta Pirandelo: *“Em que consiste a personalidade humana, nas suas relações com a sociedade? Numa verdade profunda que só nós conhecemos ou na opinião que os outros fazem de nós? E a opinião dos outros não acabará por influir, de modo maléfico ou benéfico, naquela verdade profunda? É aquela verdade profunda e imutável ou se transforma incessantemente? Além disso, onde, na vida, termina a realidade e começa a ficção? Ainda mais: se o espírito se submete a uma convicção, esta não acabará por dominá-lo totalmente e mesmo por aniquilá-lo?”*.

Nenhuma ação humana é desinteressada e nada é capaz de insular o homem do mundo. A Arte do povo seria, por excelência, a arte pura, desinteressada, sem compromissos, por emergir de um elemento inorgânico, incaracterístico, neutro. Mas a verdade é que a Arte popular não tem propósito, mas exprime interesses. Revela algo definido, liga-se ao rio da vida. A poética popular dos nortistas é das mais significativas a esse respeito. Extravas, p. ex., na exaltação do bandoleiro o ódio mal contido, a revolta pela espoliação secular que lhe amarga a existência. O cangaceiro, nos versos, dos nossos trovadores matutos, não é o réprobo desumano e brutal, mas um vingador de injustiça sem remédio. O cangaço, na literatura das feiras, é uma glorificação e um ideal de vida.

René Maunier, da Universidade de Paris, em seu excelente ensaio “Folklore Juridique”, não hesita em falar de uma jurisprudência oral, de um Direito popular, revelado nos costumes e nos versos dos menestrelis de rua. E aqui retornamos ao “leitmotiv” do nosso raciocínio. O belo é sempre o justo. A linguagem trivial revela,

sabiamenta, o que a muitos escapa. Dizemos "um belo gesto" para significar um gesto nobre, moralmente elevado, como dizemos uma "feia ação" para traduzir uma atitude vergonhosa, moralmente reprovável.

Direito e Estética assim se confundem em suas revelações finais, pois, se o Direito é a ciência que se propõe realizar uma harmoniosa coexistência ente os homens, a Estética é a pedra de toque que revela essa harmonia procurada ou desejada pela regra jurídica. Seja dito, porém, que reproduzir ou repetir com a máxima fidelidade não é revelar com a máxima perfeição. Se assim fora, o trabalho dos fotógrafos teria liquidado a arte dos pintores. Mas não é difícil verificar que a pintura, apesar de não reproduzir exatamente o modelo, revela, mais fielmente, o objeto representado. É que os atributos essenciais do que se retrata, as qualidades preponderantes do que se fixa na tela é algo que se cria, não como subserviente projeção do que se visualizou, mas como pessoal representação do que se sentiu. A lei jurídica, de igual modo, não é perfeita quando exterioriza, fotograficamente, um fato normativo.

Para que se realize na plenitude da sua eficácia é de mister que da teia dos fatos informativos revela o interesse preponderante, que acolha a tendência vitoriosa, que, sem se sobrepor aos fatos inspiradores da conduta, apreenda e revele as diretivas centrais desse comportamento.

A abolição da escravatura, p. ex., além de prejudicar, fundamentalmente, a nossa economia e arruinar, irremediavelmente, os alicerces do regime, não contava, como é notório, com o apoio da maioria ou, pelo menos, com o sufrágio das pessoas que, na época, dispunham da capacidade política de votar. Teria sido um erro, por isso, a lei que alforriou os escravos? Seria incorreta uma política legislativa que, golpeando as forças produtivas da nação, fosse de encontro à vontade da maioria? Ninguém ousaria concluir pela afirmativa. É que o bom no Direito como na Arte, não se traduz em termos de subserviente fidelidade aos elementos revelados, mas na escolha das qualidades essenciais dos objetos e dos interesses em jogo. Ver bem, portanto, nos domínios da Arte como no campo do Direito, não é copiar o ostensivo, mas revelar o oculto. É curioso notar a existência de um lastro comum entre o surrealismo de Apollinaire, a psicanálise de Freud e a teoria pura do Direito de Kelsen.

O Direito, segundo a formulação da Escola de Viena, é uma mera forma, um esquema inteiramente alheio às considerações sociais e políticas. Como teoria pura do Direito, refoge aos imperativos da Ética e mesmo do fato social, pelo que a norma não se qualifica ou se desqualifica pelo fato de ser justa ou injusta, segundo a consciência coletiva. O positivismo jurídico exprime um "dever-ser" e não um "Ser", isto é, atende ao que é viável ou útil, segundo os autônomos critérios do Estado. Na criação surrealista, por sua vez, a Arte é apenas uma projeção do automatismo psíquico, pelo que as suas revelações não se qualificam ou se desqualificam, segundo concordes ou não com os padrões da Estética ou da Ética, ou de qualquer outro imperativo da razão.

Arte pura, por assim dizer, vinda de dentro para fora, como um impulso que, liberto de quaisquer injunções, revelaria a realidade interior. Direito vazio de conteúdo sociológico; Arte alheia ao mundo das exterioridades.

Para outros, o Direito é essencialmente um fenômeno emotivo, uma intuição revelada pela emoção. Como observa Petrasizky, os fatos, os acontecimentos, despertam na consciência uma emoção de aprovação ou desaprovação, e tais projeções na consciência alheiam-se aos conceitos de fins ou quaisquer outros propósitos hedonísticos ou teológicos e fornecem os dados normativos, as regras primárias da conduta humana. Da conclusão de Petrasizky, que muito se aproxima da teoria emocional dos valores de Max Sheler, poderíamos, afoitamente, acrescentar: a intuição emocional do justo é, decididamente, uma sensação estética, pois o justo é o belo no veredicto da consciência. Somente a emoção estética revela as realidades da vida e constrói no altiplano da eternidade.

As conquistas do raciocínio - as mais laboriosamente meditadas e alcançadas - parecem ou perdem o crédito, inexoravelmente, como o passar dos tempos. Um século, no muito, faz do sistema, da lei, da interpretação mais convencidamente correta um erro brilhante. Na época em que vivemos, então, o homem com o que se compeza, por honestidade ou masoquismo, em demonstrar, metodicamente, os seus equívocos. Pouco ou nada escapou. Engana-se, perde-se, confunde as coisas e termina confessando sua perplexidade, o que constitui um disfarce da confissão de seus próprios erros. Só se afirma e constrói seguramente quando passa do mundo limitado do raciocínio para o mundo indemarcado da imaginação.

Quem ousou afirmar, até hoje, que as telas de Ticiano ou os bronzes de Rodin são intrujices de diletantes? Mas que lei, sistema ou exegese concebidos pelo homem para explicar ou disciplinar a vida e o mundo resistiram, inabaláveis, à revisão do tempo? A inteligência forceja por determinar as medidas do infinito e os seus artífices, invariavelmente, se confundem na Babel dos modelos desconstruídos. A imaginação, ao contrário, resume o universo, não em modelos que o expliquem, mas em representações que o manifestem. Aliás, os homens de pensamento entrevêem, vez por outra, a predominância da ficção sobre o real, ou melhor, que o real, o verdadeiro, é o que está dentro de nós, e não o que vemos e palpamos no mundo vário das exterioridades.

Kant - homem de frio raciocínio - afirma que não importa a existência ou inexistência das coisas, mas, sim a crença ou descrença que das coisas se tem. Se bem percebi o raciocínio do doutor dos imperativos categóricos, todas as realidades estão dentro de nós. Se eu creio - e a fé é um mero itinerário da imaginação - a minha crença constrói valores autônomos e inconfundíveis, não sujeitos à grosseira aferição dos dados imediatos, realizando-se, assim, na sobre-humana altitude do definitivo, e do eterno.

A arte, no seu sentido fundamental, é, portanto o estilo da imaginação, ou, mais concretamente, a representação do que deveria ser, segundo a compreensão da sensibilidade de cada um. Ora, não há fé no raciocínio. Preso à servidão do exame, analisa, mas

não compreende. Ao invés de criações faz descobertas. E, longe de participar das coisas para compreendê-las, estiliza, simplesmente, o mal-estar das dúvidas recalcitrantes. A inteligência, o espírito analítico, necessita da sanção dos sentidos para admitir a evidência, e como os sentidos são infiéis e a evidência fugida, tropeça a cada passo e se contradiz em cada instante.

A fantasia - que é imaginação em dia de folga - salta, vadia e ousada, os muros do racional e constrói, com segurança, no infinito. Sábios houve que, após laboriosos estudos e exatíssimas comprovações, proclamaram, com dogmática certeza, a indestrutibilidade da matéria. Outros sábios vieram e, com o mesmo intenso labor e a mesma correção de experiência, afirmaram a possibilidade de sua destruição e para dissipar dúvidas e prevenir discursões, partiram o átomo e dizimaram populações inteiras. Shakespeare pendurava uma lanterna no palco do teatro "Globo" e advertia um auditório de mercadores e marinheiros que aquela candeia, oscilante e tosca, era a lua, a branca e etérea lua debruçada no firmamento. E todo o mundo - rezam as crônicas - via e sentia na luz baça do candieiro de azeite a poeira luminosa do astro luminoso. Ora, força é convir que havia muito mais realidade e veracidade na lua de fancaria de Shekespeare do que no axioma desacreditado de tantas gerações de sábios. Creio que este é o traço que distingue as criações da imaginação das explicações da inteligência. Sentindo as coisas ao invés de analisá-las, a Arte não tem dimensões, e, como tudo que refoge à disciplina dos moldes, paira acima dos critérios do verdadeiro e do falso, do bem e do mal. A verdade, no conceito da inteligência, é uma escolha de caminho numa encruzilhada. No julgamento da imaginação é a fé numa atitude da sensibilidade. No mundo moral - que é um mundo construído pela inteligência - o bem e o mal só existem para nós como forças contraditórias e atuantes quando passam da condição de juízo de valor do raciocínio para a categoria de estados emocionais, vividos pela imaginação.

O espetáculo da miséria humana, as brutalidades do egoísmo, o sofrimento real e irremissível dos nossos iguais não nos tocam, por isso mesmo, como realidades sensíveis e contagiantes. Basta, porém, que se substitua este sofrimento de verdade por uma desgraça de ficção para que o sintamos em toda a sua plenitude. Um mendigo andrajoso, faminto, miserável, que nos pede ajuda, não provoca, habitualmente, emoção ou piedade, se o espetáculo da sua flagrante miséria não se valoriza com um "décor" estético. É uma realidade neutra. No entanto, o sofrimento de ficção que nos revela o teatro, o cinema, ou qualquer forma de expressão artística, comove-nos até as lágrimas. Como se explicaria, assim, essa aparente contradição da sensibilidade humana, isto é, indiferença à vista de um sofrimento real e comovido internecimento em face de um infortúnio de ficção? Por que o sofrimento no teatro é mais real de que o sofrimento que a vida expõe a nossos olhos? É que o bom e o belo não é o que vemos, e sim o que sentimos.

É notória a vantagem que os falsos mendigos levam sobre os

pedintes verdadeiramente necessitados. O farsante que pede esmola tem uma história, uma versão estética do seu infortúnio, que suscita, facilmente, a emoção alheia. Juraci Camargo, em "Deus lhe pague", fornece o modelo do mendigo fadado ao êxito, que é uma fina análise de estética experimental. Curioso observar como as religiões se apercebem da necessidade de sublinhar as verdades dos seus dogmas com a figuração da sua liturgia. A Igreja Católica, notadamente, jamais olvidou que o sentimento das coisas divinas não dispensa a moldura das alegorias temporais. A austera beleza do canto gregoriano, a grandiosidade e o colorido das procissões, as vestes talares, são o testemunho de que, para o comum dos homens, a verdade não dispensa a sublinha do sensível e, parafraseando o pensamento de Muxley, o preço da manutenção da fé é a eterna vigilância dos símbolos. As religiões que sobestimam o ritual, isto é, as manifestações artísticas do sentimento, jamais se popularizam. Pobres de calor humano, os seus templos, como diz, ironicamente, Guerra Junqueiro, mais se parecem com uma casa onde se fez uma penhora.

São Sebastião, todo crivado de flexas, dói e convence. E é muito mais verfífico pelas suas setas do que pela sua vida. A Bíblia sobreviveu até nós não apenas pela imanente verdade da sua mensagem, mas também pela extrema beleza de alguns dos seus textos. O legado estético do Sermão da Montanha prova melhor a origem divina do Cristo do que todas as sutilezas metafísicas da Escolástica.

Daí por que o Direito não é nem há de ser nunca um mero esquema de organização social, como pretendem Kelsen e seus adeptos. Algo há de existir além da norma, delimitando-lhe o raio de atuação, e algo de espiritual há de lastrear o fundamento do sistema jurídico, para que as imposições da sua disciplina não degradem o homem à condição de instrumento irracional da vontade do Estado. Não se pretende afirmar - e seria estulticia fazê-lo - que o positivismo jurídico dispensa informar-se nos fatos sociais e econômicos que inspiram e balizam o ordenamento da vida gregária. O que se nega não é a importância capital dessas forças, mas, sim, que essas forças, constituam os únicos elementos na estruturação do Estado de Direito.

A lei não esgota o Direito, como a partitura não exaure a música. Interpretar é recriar, pois as notas musicais, como os textos de lei, são processos técnicos de expressão, e não meios inextensíveis de exprimir. Há virtuosos do piano que são verdadeiros datilógrafos do teclado. Infiéis à música, por excessiva fidelidade às notas, são instrumentistas para serem escutados, e não intérpretes para serem entendidos. O mesmo acontece com a exegese da lei jurídica. Aplicá-la é exprimi-la, não como uma disciplina limitada em si mesma, mas como uma direção que se flexiona às sugestões da vida.

O que é necessário, portanto, é dar vida e calor humano ao ordenamento jurídico da nossa época. O que se impõe a nós juristas, é um trabalho de recriação do Direito, através de uma aplicação progressista da norma. Não basta, para o êxito da nossa tarefa,

o domínio da técnica jurídica e a imparcial consciência dos nossos deveres, e para o trabalho de restauração do Direito na confiança e na estima dos homens mais vale o arrojo dos insurgentes do que a prudência dos glosadores, mais frutifica o idealismo temerário de D. Quixote do que o álgido bom senso de Sancho Pança.

Ao diuturno contato com as lutas e querelas entre os homens, vim a capacitar-me de que o Direito é algo mais que a norma e que muitas vezes, há uma inconciliável contradição entre a servil aplicação da lei e a real distribuição de justiça, entre o que é certo, em fase da lógica formal, e o que é verdadeiro, à luz dos reclamos da equidade. Mas a cisão entre o certo e o texto não cava um abismo entre o magistrado e a justiça, e quanto mais cresce, no mundo contemporâneo, a impiedade e a iniquidade entre os homens, mais avulta, na consciência do intérprete, a magnitude e a excelência do Direito, que, em sua formulação positiva, não é um catecismo dos justos mas uma disciplina de pecadores. É, assim, o Direito algo mais para se sentir do que para se dizer, pois a verdade jurídica, como toda verdade, é mais uma certeza da alma do que uma conquista do conhecimento.

A casa do Direito, como a casa de Deus, tem muitas moradas. Mas não há lugar, em nenhuma delas, para os medíocres de vontade e fracos de coração.

Mário Moacyr Porto

VI

Doutrina Social

CEM ANOS DE DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Otto Guerra

1. **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA** - Entende-se por Doutrina Social, Magistério Social ou Pensamento Social da Igreja aquela interpretação cristã da realidade social e as orientações para a ação pastoral que iluminam as diferentes iniciativas no plano temporal. Ou então os princípios que, à Luz do Evangelho, visam à reta organização da vida social no tocante à dignidade da pessoa humana e à busca do bem comum. Ou ainda, no entender dos Bispos da América Latina em PUEBLA, o conjunto de orientações doutrinárias e critérios de ação que têm sua fonte na Sagrada Escritura, na doutrina dos Santos Padres e dos grandes teólogos da Igreja, bem assim no Magistério, especialmente dos últimos Papas (n. 472).

Tem base essa Doutrina Social na **teologia** (dados revelados) e na **filosofia** (análise da existência humana no mundo) que lhe dão a fundamentação. Mas também recebe influência de múltiplas **ciências humanas e sociais**, que a completam.

2. **NOS TEMPOS MODERNOS** - O objeto primeiro da Doutrina Social da Igreja, contemporaneamente, foi a chamada **Questão Social**, isto é, o conjunto dos problemas sócio-econômicos surgidos no hoje denominado **Primeiro Mundo**, decorrentes da Revolução Industrial e que suscitaram a multidão de proletários.

Constituiu seu ponto de partida a Encíclica RERUM NOVARUM, de Leão XIII, primeiro pronunciamento **oficial** da Igreja quanto à momentosa questão. Na verdade, porém, essa doutrina começou a formar-se desde as implicações sociais do Velho e do Novo Testamento.

MAX TURMANN, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Friburgo, Suíça, afirmou em 1909, com inteira procedência: *"a constituição Rerum Novarum é com efeito, simultaneamente, uma conclusão e um prefácio - conclusão doutrinária do movimento de idéias e de obras que, desde o meio do século, com intensidade variável segunda as nações e as épocas, se desenvolveu na cristandade toda; prefácio igualmente do movimento que a cada dia aumenta de importância"*

(Le Développement du Catholicisme Social (Librairie Félix Alcan, deuxième édition, Paris, 1909 p.1).

Foi uma caminhada longa e difícil, lutando contra a **miséria**

imerecida dos trabalhadores, isolados e sem defesa, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada; a sede de inovações que se apoderou da sociedade, passando das regiões da política para a esfera vizinha da economia social, deu como resultado um terrível conflito nas relações de trabalho, agravado pela **usura voraz**, segunda a exata interpretação de Leão XIII (**Rerum Novarum** Ns. 1, 5 e 6).

3. QUADRO HISTÓRICO - Uma pesquisa, mesmo sumária, relativa à deprimente e clamorosa situação dos trabalhadores, em virtude da Revolução Industrial, sobretudo entre 1790 e 1891, ainda hoje impressiona, tendo em vista as condições dos salários, horas de trabalho, habitação, higiene, trabalho de mulheres e crianças; tudo incrivelmente indigno da condição humana, todo o proletariado atingido por enorme decadência física e moral, que elevava os índices de morbidade, de mortalidade e de desorganização social.

Com relação à **França**, o dr. LOUIS RENÉ VILLERMÉ (1782 - 1863) realizou famoso inquérito (1835 - 1839), solicitado pela Academia de Ciências Morais e Políticas. Um terrível documento da enorme exploração do homem pelo homem, que ainda hoje, comenta o historiador DANIEL ROPS, não se lê sem horror.

Na **Inglaterra**, crianças de 4 a 7 anos trabalhavam dez e mais horas por dia, mantidas despertas à custa de correias ou bastonadas, quando não metidas em botas de ferro para permanecerem de pé. O parlamento inglês promoveu vários inquéritos, chocantes em suas verificações, mas sem resultados práticos, em termos de melhorias da situação. Deles nos dá notícias KARL MARX, com detalhes, no livro I Capítulo VIII do seu famoso livro básico **El Capital** (Biblioteca Nueva, Buenos Aires, 1946 p. 173 s). ROBERT DALE OWEN, um dos precursores do cooperativismo, denunciou em 1812 que um quarto das crianças que trabalhavam nas manufaturas inglesas ficavam estropiadas ou deformadas. Um dos inquéritos promovidos pelo Parlamento inglês verificou que nas minas de carvão mulheres casadas e moças chegavam a trabalhar completamente despidas, por causa do calor insuportável. E por vezes elas substituíam a utilização de quadrúpedes no serviço, por sair mais em conta aos patrões.

Em certas regiões da **Alemanha** as mães trabalhadoras, antes de saírem de casa, impregnavam de bebida alcoólica as chupetas das crianças de peito, afim de evitar que elas chorassem demasiado.

Situação assim ignominiosa despertou justificada revolta nos partidários do socialismo, bem assim em grupos de cristãos de muitos países, movidos a princípio por sentimentos de caridade, mas depois clamando contra a exploração em nome da justiça. Foram os chamados **católicos sociais**: sacerdotes (cadeais, bispos, simples padres) e também leigos, estes em número muito maior.

4. OS PIONEIROS - É importante apontar os nomes de tantos católicos sociais, mesmo para desmentir a acusação de que somente os socialistas haviam protestado e queriam reformas. Vejamos, espalhados por diferentes países:

FRANÇA - Joseph Marie de Maistre (1753-1821); Louis Gabriel Ambroise de Bonald (1754-1840); Felicité Robert de La Mennais

(1782-1854); Louis René Villermé (1782-1863); Jean Paul Alban Villeneuve Bargemont (1784-1850); Joseph Marie de Gerando (1772-1842); Philippe Olympe Gerbet (1784-1864); Charles de Coux (1787-1884); Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865); Jean Baptiste Henri Lacordaire (1802-1861); Pierre Guillaume Frédéric Le Play (1806-1882); Armand de Melun (1807-1877); Charles Forbes René de Tryon, conde de Montalembert (1810-1870); Antoine Frédéric Ozanan (1813-1853); Louis Veuillot (1813-1883); Léon Harmel (1829-1915); René de La Tour du Pin Chambly (1834-1924); Albert de Mun (1841-1914); Jules Lemire (1853-1928); Paul Naudet (1859-1929); Eugène Meiguen; Henri Lorin Auguste Alphonse Gratry (1815-1872); Amedée Hennequin e outros.

ALEMANHA - Franz Joseph Von Buss (1803-1878); Wilhelm Emmanuel Von Ketteler (1811-1877); Adolph Kolping (1813-1865); Ludwig Windthorst (1812-1892); barão Bugard de Scheriemer Alst (1825-1895); Franz Hitze (1851-1921); Heinrich Pesch (1851-1926); Charles von Loewenstein, Fritz Brendtz, Gustav Gundlach, Augustin Lehnkhul (1865-1981) e outros.

INGLATERRA - Henry Edward Mannig (1808-1892); cardeal; Wiseman (1802-1865); Charles Staton Devas (1848-1906); Vaughan (1832-1903), cardeal, afora outros.

AUSTRIA - Karl von Vogelsang (1818-1890), Aloys de Leichtenstein; Francisco von Kuefstein; von Blome, Carlos Lueger (1844-1910); Charles von Loewenstein e outros.

BÉLGICA - Charles Perin (1815-1905); Desiré Joseph Mercier (1851-1926) cardeal, Verhagen, Pottier, Victor Doutrelux, Carton de Wiart, Metz, Noblat, Corbières, Helleputs, etc.

SUIÇA - Cardeal Gaspard Mermilloč (1824-1892), Gaspar Decurtins (1855-1904).

ITÁLIA - Giuseppe Toniolo (1845-1918), Mateo Liberatore, (1840-1892), Luigi Taparelli d'Azeglio (1793-1862) e outros.

HOLANDA - Schalpmann (1844-1903), Ariens (1860-1928), Aslberse (1871-1948), Peels (1868-1948), etc.

ESPAÑA - Severino Aznar, Gabriel Palau (1863-1913), Jaime Balmes, Antonio Vicente (1836-1912), Gabriel Galvan (1863-1913).

ESTADOS UNIDOS - cardeal James Gibbons (1834-1913), cardeal John Ireland (1829-1918), cardeal Mundelein, Bashawe, etc.

BRASIL - Carlos Alberto de Menezes (1855-1904), Juvino Cesar Paes Barreto (1846-1901), pe. Julio Maria (1850-1916)

Muitos desses pioneiros são anteriores, até por nascimento, a Karl Marx (1818-1883) e ao seu famoso Manifesto Comunista de 1848. É oportuno consultar, entre outros, o livro do padre Fernando Bastos de Ávila - O Pensamento Social Cristão antes de Marx (Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1972), quanto aos pioneiros franceses.

Também antecederam esses pioneiros à Encíclica Rerum Novarum que é de 15 de maio de 1891 e teve como tema central a questão operária. Graças a este famoso documento, a Igreja expressou, oficialmente e de maneira orgânica, o seu pensamento sobre a organização da sociedade - Antonio Moser - Os Ensina-

mentos Sociais da Igreja: reflexões a partir de um Centenário - in Revista "Grande Sinal", vol. XLV, 1991, P. 39).

É oportuno assinalar o papel do Centro Católico de Estudos Sociais e Econômicos, mais conhecidos como **União de Friburgo** (1884-1891). Na revista "Choisir" (Genebra) Suíça, foi publicado interessante artigo dedicado a esse Movimento, que colaborou sabidamente para a elaboração da **Rerum Novarum** - Michel Charrière - L'Union de Friburg (1884-1891) p. 12).

5. DOCTRINA DINÂMICA - É muito interessante acompanhar a evolução da Doutrina social da Igreja, tendo em vista os próprios documentos de seu Magistério. Em virtude do seu caráter de mediação entre o Evangelho e a realidade concreta do homem e da sociedade, ela demanda uma constante atualização, levando em conta as novas situações do mundo e da história - **Orientações para o Estudo e o Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal** - Congregação para a educação Cristã (n. 11), de 30.12.1988 - Ed. Vozes, Petrópolis, 1989, p 18.

Claro que a **Rerum Novarum**, versando basicamente "sobre a condição dos operários", não pode constituir mais, até mesmo por motivos históricos, a última palavra para se atender às múltiplas exigências cristãs de um mundo em evolução incessante. De fato, depois desta Magna Carta, "digna de aterna memória, pelo valor permanente de seu ensinamento" (Centesimus Annus n. 3), foram surgindo diversas novas encíclicas e outros importantes documentos da Igreja. É o que se passa a enumerar, pela ordem cronológica:

- **Quadragesimo Anno**, Pio XI, 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social;
- Radiomensagem **La Solemnità**, Pio XII, 1941;
- **Mater et Magistra**, João XXIII, 1961, sobre a recente evolução da questão social;
- **Pacem in Terris**, João XXIII, 1963, sobre a paz dos povos;
- **Guadium et Spes**, Concílio Vaticano II, 1965, sobre a Igreja no Mundo de Hoje;
- **Populorum Progressio**, Paulo VI, 1967, sobre o desenvolvimento dos povos;
- **Octogésima Adveniens**, Paulo VI, sobre as necessidades novas de um mundo em transformação;
- **Laborem Exercens**, João Paulo II, 1981, sobre o trabalho humano;
- **Sollicitudo Rei Socialis**, João Paulo II, 1988, pelo vigésimo aniversário da encíclica **Populorum Progressio**;
- **Centesimus Annus**, João Paulo II, 1991, no centenário da **Rerum Novarum**.

Note-se que a quase totalidade desses documentos relaciona-se diretamente com um aniversário da **Rerum Novarum**: 40 anos (**Quadragesimo Anno**); 50 anos (**La Solemnità**); 70 anos (**Mater et Magistra**); 80 anos (**Octogésima Adveniens**); 90 anos (**Laborem Exercens**); 100 anos (**Centesimus Annus**).

Paulo VI assinalou muito bem o notável dinamismo da Doutrina Social da Igreja diante de tantas questões novas que vão surgindo. Ela acompanha os homens na sua busca diligente e se desenvolve me-

diante uma reflexão em permanente contacto com as situações deste mundo susceptíveis de mudar, sob o impulso do evangelho - fonte de renovação e com a sensibilidade própria da Igreja, que é marcada por uma vontade desinteressada de serviço e de atenção especial para com os mais pobres. Igreja, por sinal possuidora de uma experiência rica de muitos séculos, que lhe permite empreender inovações ousadas e criativas, exigidas pela presente situação do mundo (Octogésima Adveniens, n. 42).

Não hesita o mesmo Papa em pedir aos homens uma participação maior nas responsabilidades e decisões no campo social e político, mediante ações convergentes de justiça e de paz, dentro daquela variedade legítima de opções possíveis, agindo, inclusive, para uma necessária **reforma nas estruturas** (ns. 45 e 47). Ao mesmo tempo adverte que "jamais, em época alguma, o apelo à imaginação social foi tão explícito", impondo-se dedicar aos problemas sociais "esforços de invenção e capitais tão importantes como os que são consagrados ao armamento ou às conquistas tecnológicas" (n. 49).

6. PAPEL DE JOÃO XXIII - Segundo acentuam PIERRE BIGO e FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, inaugurou-se com João XXIII uma nova e decidida fase na evolução do pensamento social da Igreja, que se insere no âmago dos grandes problemas do mundo contemporâneo. Até os seus predecessores, observam, a questão social ainda se formulava em termos de tensões de classe disputando os meios de produção e seus resultados econômicos. Nem mesmo PIO XII, tão arguto, chegara a intuir com clareza as proporções planetárias do problema social. Embora conhecendo a virulência das tensões entre classes, especialmente nos países que emergem para o desenvolvimento, JOÃO XXIII percebeu que não se tratava mais de tensões de classes dentro das economias nacionais, mas de tensões de consequências incomparavelmente mais graves, entre povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos, na disputa pelas disponibilidades e recursos do planeta. E acentuou, ademais, que os verdadeiros proletários da moderna sociedade industrial eram os homens do campo (Pierre Bigo e Fernando Bastos de Ávila - **Fé Cristã e Compromisso Social** (Edições Paulinas, 2ª. edição, São Paulo, 1983 p. 191).

Com João XXIII, **na Mater et Magistra**, notam estes mesmos autores, penetrou no pensamento oficial da Igreja, de modo explícito, a temática do subdesenvolvimento. Tamática esta que recebeu particular atenção em 1967, na encíclica de Paulo VI, **Populorum Progressio**, sobre o desenvolvimento dos povos. E que no vigésimo aniversário deste notável documento mereceu de João Paulo II a Encíclica **Sollicitudo Rei Socialis**, de 1988, sobre essa mesma questão do desenvolvimento e problemas correlatos. Nela, o Papa atual denuncia com veemência os **mecanismos perversos** que entravam o desenvolvimento dos povos e a necessidade de substituição, mediante uma vontade política eficaz (n.35).

É oportuno lembrar que na reunião de cúpula dos membros do Conselho de Segurança da ONU, realizada em janeiro de 1992, o Presidente **François Mitterand**, da França, chamou a atenção para

o perigo de substituir-se o antigo conflito **Leste-Oeste**, amainada que se encontra a guerra fria, por um novo conflito, desta vez **Norte-Sul** entre os povos desenvolvidos, tão fechados e os países em desenvolvimento. Propôs Mitterand a realização de uma reunião de cúpula destinada a discutir a questão social global, pois entende, com inteira razão, por sinal, existir uma ligação direta entre o problema do desarmamento, de um lado, e a pobreza e injustiça social, do outro. Pois se fez necessária uma redefinição da ordem mundial em termos de justiça social e de cooperação econômica.

7. AÇÃO DOS INTERESSADOS - Mas, voltando à **Rerum Novarum**, que foi como se sabe, o ponto de partida da moderna doutrina social da Igreja, convém recordar que ela já defendia, para a solução da questão social, a tríplice ação da Igreja, do Estado e dos próprios interessados, que então denominava senhores e ricos e operários (ns. 24, 25, 40, 42, 48 e 52). Tópicos estes que foram longamente analisados por Pio XI na Encíclica **Quadragesimo Anno** (ns. 16 a 37)

Com relação à Igreja, insistia Leão XIII em que "ela não se contenta em indicar o caminho que leva à salvação" (n. 40), nem se deixa absorver de tal modo pelo cuidado das almas, a ponto de pôr de parte o que se relaciona com a vida terrestre e mortal (n. 42). Ela haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de suavizá-lo, fazendo todos os esforços para arrancar o trabalho da miséria em que se encontra e procurar-lhe uma sorte melhor. (ns. 25 e 42).

Recordando Leão XIII, passados quarenta anos, o Papa Pio XI na **Quadragesimo Anno**, preconizava, também, a **reforma de costumes**, porquanto sem esta não seria possível obter prévia e completa renovação do espírito cristão e se construiria sobre areia movediça (n. 126 a 128).

É verdade, insistia Pio XI, que não foi confiada à Igreja a missão de encaminhar os homens à conquista da felicidade transitória e caduca, mas da eterna. Entretanto, ela não pode renunciar ao ofício de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral (Q.A. n. 41).

No que diz respeito ao papel do Estado, Leão XIII, na **Rerum Novarum**, advertia que a sorte da classe operária seria resolvida pela razão ou sem ela e não poderia ser indiferente às nações que o fosse de uma maneira ou de outra (n. 81). E para se obter o resultado desejado (a solução da questão social) era preciso recorrer também aos meios humanos (n. 46).

Perguntava então Leão XIII qual a parte de ação a esperar do Estado, adiantando que se pede aos governantes um concurso de ordem geral, consistente na economia das leis e das instituições, de modo a brotar espontaneamente e sem esforço a prosperidade, tanto pública quanto particular (ns. 46 a 48).

Entendia o Papa que o Estado deve assegurar direitos a todos os cidadãos, prevenindo ou punindo a sua violação. Todavia, na proteção dos direitos particulares deve preocupar-se, de maneira especial, com os fracos e indigentes. Isto porque, adiantava, a

classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública; ao passo que a classe indigente, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a proteção do Estado (n. 54). Portanto, que o Estado se preocupe com os trabalhadores e proceda de modo tal que, de todos os bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável e possam viver com menos trabalho e menos privações (n.51).

Noventa anos depois, em 1981, João Paulo II, na Encíclica **Laborem Exercens**, insistia em que o trabalho humano é a **chave essencial** de toda a questão social e assume uma importância fundamental e decisiva (n. 3), vendo nele um **valor ético** (n.6), prioridade em confronto com o capital (n. 12). Aprofundando mais a sua noção, dedicou um capítulo inteiro, o quinto, à **espiritualidade do trabalho**, mostrando que ele constitui nossa participação na obra do Criador, pois o homem recebeu a missão de submeter a si a terra e tudo o que ela contém, de governar o mundo na justiça e na santidade, orientando para Deus a si e ao Universo (n. 25).

Quanto ao contributo das **partes interessadas**, a **Rerum Novarum** declara que o erro capital é julgar-se que ricos e pobres são duas classes inimigas natas, quando não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (n. 28). Traça, então, um quadro relativo aos deveres mútuos entre um e outro, derivados primeiramente da própria justiça (ns. 30-32). Ocupa-se, depois, do regime de trabalho, horário, repouso, saúde, trabalho do adulto, da mulher e da criança, justo salário, etc., merecendo especial referência aquilo que hoje se denomina **Previdência Social** (n. 68).

8. SINDICATOS - Na **Rerum Novarum** é feita referência explícita à associação dos trabalhadores, decorrendo duma inclinação natural das pessoas, aconselhando Leão XIII a constituição de associações operárias adequadas às diversas profissões, a serem oportunamente organizadas. Defende o direito de livre associação e de adoção de estruturas e regulamentos próprios, enfim, o esboço do que seriam os futuros sindicatos (ns. 74 a 76).

Referindo-se a este mesmo ponto, João Paulo II sustenta, na **Laborem Exercens** "o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas reuniões têm o nome de sindicatos" (n. 20). Os modernos sindicatos, diz o Papa, cresceram a partir da luta do mundo do trabalho e sobretudo dos trabalhadores da indústria para tutela dos seus **justos direitos**, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. É uma tarefa de defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores de todos os setores em que entram em causa os seus direitos. São os sindicatos portanto, **um elemento indispensável da vida social**, seja na indústria, na agricultura, entre os intelectuais. refletindo não apenas uma estrutura de classe da sociedade, nem se tornando expoente de uma luta de classe, mas um expoente da luta pela justiça social, luta pelos justos direitos dos homens

do trabalho segundo as suas diversas profissões (n. 20).

Neste mesmo item, a Encíclica **Laborem Exercens** refere-se à suspensão do trabalho ou **greve**, legítimo direito dos sindicatos, diz. Uma espécie de **ultimatum** dirigido aos órgãos competentes e aos doadores de trabalho, observadas, porém, as devidas condições e nos justos limites, pois continuam a ser um meio extremo, do qual não se pode abusar, sobretudo fazendo o jogo da política. Nem esquecendo de assegurar o atendimento aos **serviços essenciais** para a vida da sociedade. Pois o abuso da greve pode conduzir à paralização da vida econômico-social, contrariando as exigências do bem comum da sociedade (n. 20).

9. OUTROS TEMAS - São inúmeros os temas de mais alta importância e atualidade enfocados em qualquer uma das chamadas ENCÍCLICAS SOCIAIS e outros documentos da Igreja, no decorrer desta centúria. A começar pela **Rerum Novarum** de 15 de maio de 1891 e a **terminar com a Centesimus Annus** de 1º de maio de 1991.

Numa rápida exposição, eles não podem ser abordados de maneira adequada. É o caso, para exemplificar, dos chamados **corpos intermediários** entre o simples indivíduo e o Estado. Esses grupos representam um grande contributo para a riqueza do tecido social, em contrário ao atomismo individualista.

João Paulo II ensina que a sociabilidade do homem não se esgota no Estado, mas realiza-se nos diversos aglomerados intermédios desde a família até os grupos econômicos, sociais, políticos e culturais. Provenientes da própria natureza humana, eles estão dotados de autonomia própria, devendo sempre subordinar-se ao bem comum (**Centesimus Annus**, n. 13).

Também é o caso do importante tema da **subsidiariedade**, do qual se ocupou na **Quadragesimo Anno** Pio XI (ns. 79 e 80). Segundo este princípio de filosofia social, assim como é injusto subtrair dos indivíduos o que eles podem efetuar com sua própria iniciativa e indústria, para confiar à coletividade, da mesma forma, passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podem conseguir, constitui uma injustiça e grave dano e perturbação da boa ordem social. Pois que o fim da sociedade e da sua ação é coadjuvar os seus membros e não destruí-los, nem absorvê-los (n. 79).

Seria interessantíssimo estudar a questão da violência, de que tratou a **Populorum Progressio** (ns. 30 e 31), do colonialismo e neo-colonialismo, também na **Populorum Progressio** (ns. 7 e 52)., ou os importantes e novos problemas versados por Paulo VI na Carta Apostólica **Octogesima Adveniens** (ns. 8 e 21), tais como a urbanização e o êxodo rural, a civilização urbana, os jovens, a posição da mulher, os trabalhadores e seus sindicatos, os novos "pobres" vítimas das mutações sociais, (inadaptados, idosos, marginais), a discriminação por motivo de raça, de origem, de cor, de cultura, de sexo, de religião, até de saúde (com os **aidéticos**, atualmente), o direito à emigração, a criação de pontos de trabalho, mediante uma política de investimentos, os meios de comunicação,

a ecologia e inconsiderada exploração da natureza, ou então a paz dos povos, objeto específico da Encíclica de João XXIII, **Pacem in Terris**.

Também valeria a pena recordar a posição da Igreja em matéria de **direito de propriedade**, inclusive a moderna visão de João Paulo II, para quem pesa sobre esse direito uma verdadeira **hipoteca social** (**Centesimus Annus** ns. 30 a 32 e notas 67 a 69).

10. OBSERVAÇÕES FINAIS - Por ocasião do 12º Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Natal, de 06 a 13 de outubro de 1991, promoveu-se, também um Seminário de Doutrina Social da Igreja, de 07 a 11 de outubro.

Coube-me fazer duas exposições, uma relativa aos **"Cem anos de Doutrina Social da Igreja"**, outra para analisar **"A Encíclica Centesimus Annus"**, do Papa João Paulo II.

No intervalo entre ambas, o padre Francisco Ivern S J, diretor do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), entidade ligada à CNBB, desenvolveu três valiosos estudos, seguidos de debates:

Versou o primeiro estudo sobre **"As incompatibilidades Irredutíveis"**, sendo formulada oportuna pergunta: **"Por que a Igreja rejeita tanto o Capitalismo liberal quanto o Socialismo marxista?"** De fato, a Doutrina Social da Igreja não aprova nem a liberdade sem igualdade (capitalismo liberal) nem a igualdade sem liberdade (socialismo marxista).

No dia seguinte, o expositor ocupou-se da existência, na Doutrina Social da Igreja, de um **"Ponto de Convergência"**, enfocando **"A alternativa cristã: o desenvolvimento integral e solidário da humanidade"**. Este ponto de convergência também assegura o respeito integral à dignidade da pessoa humana.

Por último, o padre Ivern analisou muito bem **"A questão social: fé e justiça. A questão cultural: fé e cultura. A questão ecológica: fé e natureza"**.

Do que se viu, considerando no presente estudo os cem anos da Doutrina Social da Igreja, é que **estã**o pretente oferecer uma **terceira via**, porquanto não traça nenhum modelo universal a ser seguido, para a solução dos graves problemas sociais que nos desafiam no mundo inteiro.

Desde Paulo VI, com a Encíclica **Octogesima Adveniens**, a Igreja renunciou oficialmente a apresentar qualquer modelo expli-

cito e especificamente cristão, de ordem econômico-social, para opor a modelos inspirados no capitalismo liberal ou no socialismo marxista.

Cumpra às comunidades cristãs, isto sim, segundo o ensinamento de Paulo VI, nesta mencionada Encíclica, **"analisarem com objetividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-la com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho"**, nelas **"haurindo princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação"**. É desta maneira, **"discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções**

e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias, com urgência em não poucos casos” (n. 4).

VII

O Rio Grande do Norte no Pen Clube do Brasil

POSSE DO ESCRITOR AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA NO PEN CLUBE DO BRASIL

Fato por demais honroso para o Rio Grande do Norte e, particularmente, para a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, foi a admissão do escritor Américo de Oliveira Costa no Pen Clube do Brasil.

Na tarde de 28 de abril de 1992, num dos salões do Instituto Histórico do Brasil, no Rio de Janeiro, realizou-se a cerimônia de posse.

O escritor Américo de Oliveira Costa foi, então, saudado pela escritora Heloisa Maranhão.

Damos, a seguir, os dois discursos pronunciados naquela solenidade.

Discurso pronunciado no dia 28 de Abril de 1992 no Instituto Histórico do Rio de Janeiro, por Heloisa Maranhão, saudando o Dr. Américo de Oliveira Costa, novo Sócio do Pen Clube do Brasil.

Caros amigos:

Vai, primeiro, a Louvação Potiguar. Isto se impõe. São coisas do coração.

O Rio Grande do Norte é um Estado de pequena extensão territorial. Mas. Muito rico. Tem grande povo. Tem uma esplêndida literatura com desenho próprio. Original. Autonomia literária. Espírito nacional com obras que tratam de assunto local, assuntos de ontem e de hoje. Escritores que são do seu tempo e do seu país.

Temos heróis no Rio Grande do Norte. Heróis brasileiros. Um punhado deles. Escolho para representá-los: Miguelinho. Martir da revolução de 1817. Lutou porque amava o nosso Brasil e só queria vê-lo independente e soberano, entre as demais nações livres.

Santos. Temos santos no Rio Grande do Norte. Falo do padre João Maria, o amigo de todos, o São Francisco Brasileiro, o que se dava por caridade, integralmente ao próximo. Cedo, abandonou o luxo de sua família importante. Um dos seus irmãos era Amaro Cavalcanti, jurista, antigo prefeito do Rio de Janeiro. O padre João Maria, o Iluminado, era também um homem de espírito. Dele, esta passagem, uma das muitas que correm no Rio Grande do Norte e que conferem altura e temperatura ao padrezinho.

Certa vez três senhoras distintas o foram procurar. Falou a primeira:

- Ali, na rua, há uma pobre moça, morrendo com varíola, estendida no chão, entre folhas de bananeira. Mas...

O Padre João Maria indagou:

- Mas o quê? o que é que tem essa jovem?

A terceira senhora respondeu, já que a senhora de número dois emudecera:

- É que ela é... é... é alegre.

O padre riu:

- Ótimo. Chega de gente triste.

A primeira senhora balbuciou atônita:

- Não, não é bem isso. É que ela é... é errada.

O padrezinho convidou:

- Vamos até lá. As "direitas" eu já as tenho comigo.

O padre João Maria é uma das devoções mais populares de Natal. O escultor Hostílio Dantas modelou-lhe o busto que foi colocado numa das praças principais da cidade. No local, acendem-se velas e pedem-se milagres, sempre atendidos por intermédio do padrezinho piedoso e humilde.

Entre as grandes mulheres do Rio Grande do Norte agiganta-se a figura de Nísia Floresta, excepcional mulher de rara inteligência, educadora, escritora, pioneira na luta da mulher.

Cangaceiros. Os há no nordeste. Maus. Perversos. Mas. No Rio Grande do Norte não é assim, não. Tem Jesuíno Brilhante, o cangaceiro romântico, bom. Robin Hood potiguar. Dom Quixote defensor de mulheres, velhos, crianças. Guerrilheiro da justiça. Protetor de todos os desamparados. Houve, no Rio de Janeiro em 1967, um famoso Festival da Canção Popular, concorridíssimo. A canção favorita era a de Ariano Suassuna e Capiba. Chamava-se: Canção de Jesuíno Brilhante:

"Tem gibão todo vermelho
Um punhal no cinturão
Bem montado num cavalo
Cujo nome é Zelação
Jesuíno Jesuíno
Rei do povo do sertão!"

O guru dos escritores do Rio Grande do Norte chama-se Luís da Câmara Cascudo. Figura lendária do casarão da Avenida Junqueira Aires 377, Natal. Luís da Câmara Cascudo, monstro sagrado. Dinheiro brasileiro, nota de cinquenta mil cruzeiros. Cascudo folclorista, pesquisador das nossas raízes étnicas, autor de obras relevantes para o acervo cultural brasileiro. Cascudo, o sábio! Quando morreu, quando se encantou, o escritor Lamartine percorria Natal, como intérprete de todos, perguntando:

- E agora? É agora que Cascudo morreu, a quem vamos nós perguntar as coisas?

Há muita luz na terra potiguar. Sol doirando as praias de toda a costa do Estado. Lua, prateando as dunas de Natal, por onde se escorrega até o mar. Mas há outras luzes: O Conselho Estadual de Cultura sob o comando de Veríssimo de Melo, folclorista, antro-

pólogo de renome, crítico literário respeitado; a Universidade do Rio Grande do Norte, fundada por Onofre Lopes; a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras presidida por Diógenes da Cunha Lima, finíssimo poeta; o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte que tem à sua frente o jurista e historiador Enélio de Lima Petrovich, com sua atuação correta e plena de realizações; a Fundação José Augusto, centro de irradiação cultural.

Poesia e Ficção. Duas estradas reais. Misturo-as aqui. Há nome de primeiríssima ordem no Rio Grande do Norte. Não resisto à tentação de cantar um têrço.

Na tradição do "Fazer novo" sem dúvida cresce o poeta Jorge Fernandes, o inovador. Impõem-se outros nomes: Aurélio Pinheiro, Américo de Oliveira Costa, Otacílio Alecrim, Gotardo Neto, Lourival Açucena, Segundo Wanderlei, Ferreira Itajubá e seu famoso soneto:

"Natal é um vale branco entre coqueiros:
logo que desce a luz das alvoradas..."

Pedro Velho, Auta de Sousa, Os Peregrinos - Peregrino Jr. e Umberto Peregrino, os Fagundes - Seabra Fagundes, Fagundes Menezes, Joaquim Fagundes, Veríssimo de Melo, Diógenes Cunha Lima, Murilo Melo Filho, Renard Perez, Nilo Pereira, Ivone R. de Miranda, Enélio Lima Petrovich, Zila Mamede que amava tanto o mar, que escolheu as águas da Praia do Forte para ali dormir o seu último sono, Osvaldo Lamartine, Francisco Sobreira, Socorro Trindad, João Medeiros Filho, Ana Maria Fernandes, Fernando Cascudo, Juvenal Antunes, Newton Navarro, Os Patriotas - Nilson e Nelson Patriota, Ney Leandro de Castro, Franco Jasiello, Luís Carlos Guimarães, Moacyr Cirne, Augusto Severo Neto, Marcos Maranhão, Celso da Silveira, Miriam Coeli, Franklin Jorge, Eulfcio Farias de Lacerda, Racine Santos, Bené Chaves, Jaime Hipólito Dantas, Anchieta Fernandes, Gilberto Avelino, Marise Castro, Juvenal Lamartine de Faria, Sanderson Negreiros, Henrique Castriciano, Raimundo Nonato, Luís Carlos Wanderley, Alvamar Furtado, Moisés Lopes Sésion, Eugenio Neto, Paulo Benevides, Tarcísio Gurgel e tantos, tantos mais.

E agora, amigos, tenho a honra, a gratíssima satisfação de saudar nosso grande ensaísta, grande crítico literário, professor, pesquisador infatigável, trabalhador intelectual de incessante e fecunda atividade, nome luminoso em nosso Estado - AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA.

Toma posse, neste momento, como sócio do Pen Clube do Brasil. É doravante nosso companheiro querido, nesta casa de cultura.

Américo de Oliveira Costa nasceu em Macau, a cidade salineira. Bem cedo transferiu-se para Mossoró, onde de fato iniciou a sua vida profissional. Logo, a sua vasta cultura, seus conhecimentos das coisas do país e do exterior, especialmente "à la page" com a cultura francesa, despertaram a atenção geral. Suas críticas nos grandes jornais do Estado e no Diário de Pernambuco passaram a ser disputadas. Um ensaio sobre o romancista potiguar Aurélio

Pinheiro consagrou definitivamente Américo de Oliveira Costa e selou seu nome como grande crítico literário. Nesse ensaio, lucidamente, ele projeta a figura de Aurélio e a relevância de sua obra. Garimpa com requintes de ourives a obra desse autor. Desafia-se com os personagens do romance de Aurélio - "O Destêrro de Umberto Saraiva", romance que levantou o Prêmio de Romance da Academia Brasileira de Letras em 1926. A "Gleba Tumultuária" de Aurélio entusiasma o nosso crítico. Ele desvenda a responsabilidade da linguagem nesses contos. Mais além Américo discute os textos de "A Margem do Amazonas", obra importante e confere um relêvo especial ao romance "Em busca do ouro".

Nestas críticas e ensaios confirmam-se as inegáveis qualidades de Américo de Oliveira Costa - vocação de escritor, função do escritor, missão do intelectual.

Américo de Oliveira Costa em seus discursos críticos não se prende à bizantinices, fúteis ou sutis questões palacianas. Ele é sempre o mediador entre a consciência literária e a exata visão do mundo social, sabendo restaurar o sentido de objetividade que é um dos rumos da missão do crítico.

"VIAGEM AO UNIVERSO DE CÂMARA CASCUDO" - Prêmio Nacional conferido pela Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte. Eis a obra maior de Américo de Oliveira Costa. Cascudo que se intitulava - Um provinciano incurável, aí está todo inteiro. Cascudo em cuja obra magnífica o Brasil palpita e vive.

Em "VIAGEM AO UNIVERSO DE CÂMARA CASCUDO", Américo de Oliveira Costa, pesquisador arguto e preciso, revê a obra do grande mestre, na extensão do tempo revivido, medida exata do grande painel em que se transforma e vive a polimorfa obra do ilustre escritor potiguar. Vamos encontrar Cascudo, nascido na rua das Virgens, na Ribeira, casa com duas janelas e uma porta. Cascudinho batizado pelo Padre João Maria na Igreja Bom Jesus das Dores, capela sem torre com o sino tocando as Trindades ao anoitecer. Lá está o primeiro banho de Cascudinho: água morna em bacia de ágata, água temperada com vinho do porto para ele ficar forte, e um patacão de prata do Império para não faltar dinheiro. Ficou forte. Dispensou dinheiro. Auta de Souza, a poeta, muitas vezes embalou o sono de Cascudinho. Pedro Velho o pôs na perna a brincar de cavalinho. Cascudo viu Segundo Wanderley declamar, Ferreira Itajubá cantar, Alberto Maranhão passear a cavalo. Conheceu o sertão e a Europa. Sabia todas as coisas, convivia com os humildes e com os sábios. Está todo o universo de Cascudo no belo livro de Américo de Oliveira Costa. Vale a pena conhecer Cascudo e sua casa, seu gabinete de estudo, o balanço de Cascudo na cadeira que foi de Pedro Velho, acolhedor, cordial, recebendo as mais altas personalidades na sua sala cheia de imagens antigas, totens, amuletos, bichos empalhados, coisas de Chico Santeiro ou de Mestre Vitalino, fósseis milenares, ídolos bizarros e livros, livros, livros, um mar de livros.

Américo de Oliveira Costa, presidente da Aliança Francesa de Natal, Ordem Nacional do Mérito, na França, no grau de oficial, cônsul honorário da França em Natal por largo tempo, Professor titular de Direito Internacional Público da Escola de Direito de

Natal, Universidade do RN, ocupou desde cedo cargos do maior destaque na magistratura e na vida pública do Estado do RN. Foi Secretário Geral em duas gestões, Procurador do Estado, Professor da Faculdade de Jornalismo da Fundação José Augusto. É da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

É também o autor muito bem sucedido de "A Biblioteca e seus habitantes" e de "O Comércio das palavras" em 2 volumes.

"A Biblioteca e seus habitantes" é um trabalho original encerrando um mundo de leituras e idéias, em notável concentração. São confidências emocionais de uma longa amizade aos livros. Presente todo o universalismo da cultura literária e humanística de Américo.

Perguntado, um dia, o que faria de seu poder se fosse senhor absoluto, respondeu Láo-Tsen, filósofo chinês, seiscentos anos antes de Cristo: "eu restabeleceria o sentido das palavras". Foi o que Américo de Oliveira Costa fez neste livro - "A Biblioteca e seus habitantes".

Américo organizou e prefaciou também a "Seleta Câmara Cascudo", editada pela José Olympio em 1976.

Outra obra notável de Américo de Oliveira Costa é o "O Comércio das palavras" em 2 volumes. O terceiro já nas mãos do Editor. São livros de particular refinamento literário. Colóquio entre o autor e o leitor. Relação espiritual. Encantamento da inteligência. Vitrais góticos. Catedral literária.

A produção do nosso autor é viva, atuante com a sua linguagem própria na estilização de suas concepções da realidade. Ele é da família de intelectuais potiguares que honram o seu Estado natal, que honram seu país pela dignidade e dignificação com que exerce o seu ofício de escrever.

SEJA BENVINDO AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA!

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1992

Heloisa Maranhão

DISCURSO DO ESCRITOR E ACADÊMICO AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA

Hão de compreender, quantos aqui se encontram, sobretudo os membros eminentes do Pen Clube do Brasil, - expoentes nos diversos setores da cultura brasileira, em que se situam, - a emoção de um escritor nordestino, escolhido e trazido, por vossa generosidade, a integrar os quadros de uma instituição como esta, de raízes e projeção internacionais. Esta emoção e esta gratidão são tanto maiores pela circunstância de vir juntar meu nome aos de alguns ilustres conterrâneos norte-rio-grandenses, como os de Seabra Fagundes, Fagundes de Menezes, Umberto Peregrino, Renard Perez e Ivone Miranda, aqui presentes, não convindo esquecer a memória de dois outros já desaparecidos, o escritor Peregrino Júnior e o poeta Homero Homem.

Minhas senhoras e meus senhores.

Todos os norte-rio-grandenses hoje, que temos um destino literário, possuímos, igualmente, uma espécie de patrono tutelar, a ser sempre evocado, sobretudo como no meu caso pessoal, em momentos como este. Refiro-me a Luís da Câmara Cascudo, a cujo nome e a cuja obra, particularmente, tenho dedicado, na medida de minhas possibilidades, em estudo e divulgação, tanto do que representou como do que produziu, como folclorista, como etnólogo, como antropólogo, como sociólogo, como historiador, como professor, em suma a tudo quanto pode ser qualificado como ciências do homem.

Dois livros, assim, a "Viagem ao Universo de Câmara Cascudo" e "A Seleta Câmara Cascudo", conferências, discursos e ensaios sem conta, esparsos em publicações diversas, procuram refletir a admiração, o apreço, o respeito e mesmo a veneração, diria, afinal, pelo bom gigante da avenida Junqueira Aires, "morto", hoje, é certo, mas, na adaptação que conduz a lembrar uma frase célebre de certo personagem histórico, em determinado episódio dramático, da vida política francesa, "parece maior do que vivo".

Falo, assim, em dois livros, envolvendo, tanto a vida como a obra de Câmara Cascudo. Mas as atividades literárias de cada um de nós têm, às vezes, as suas surpresas e os seus descaminhos. E é assim que me refiro aos livros "A Biblioteca e seus Habitantes" e "O Comércio das Palavras" este último já com dois volumes publicados e o terceiro em fase de impressão.

Em seu livro "De Duplice Cópia", Erasmo recomendava "ler

sempre com um lápis na mão". E acentua, a propósito, o ensaísta francês Antoine Compagnon, que esta frase resume todo o ensinamento da Renascença.

"A Biblioteca e seus Habitantes" resultou desse hábito de ler anotando frases e textos. Daí a circunstância do livro se haver constituído numa espécie de chamada geral, de convocação também, pela memória, de tudo quanto lido e anotado, para a tessitura desse autêntico tapete persa da história das mil e uma noites. Quando releio, hoje, ao acaso, páginas de "A Biblioteca e seus Habitantes", chego a surpreender-me de tê-lo podido construir em tais dimensões e perspectivas, pedra a pedra, chegando à conclusão que se trata de uma obra sem possibilidade para mim de repetição da façanha.

"O Comércio das Palavras", além de ter resultado em volumes menores, diferencia-se do anterior no registro dos temas, na armação dos textos e dos episódios, - embora o sentido de extrema afinidade com a obra anterior e a ampla visualização do universo literário.

Na preparação desse livro, sempre me aparecia como difícil e complexo um título abrangente e expressivo. É quando me acontece o encontro com o livro de Léon Daudet, intitulado "Le Voyage de Shakespeare". Repito-vos, aqui, essa história, que se encontra na abertura do volume, porque ela define magnificamente o sentido, a natureza do livro. Quando o jovem Shakespeare - exatamente aos vinte anos - decidiu abandonar a família, em Londres e, dominado pelo espírito da aventura, embarcar num brigue de contrabandistas, que faziam seu comércio numeroso e diverso, em portos escandinavos, holandeses ou alemães do Mar do Norte, - na primeira noite de viagem se viu convocado à cabine do comandante, como os demais passageiros, para um contato de apresentações. Foi, então, extremamente rápido o seu diálogo com o comandante Blacknaff;

- "Como te chamas, camaradas?" indagou o comandante.
- "William Shakespeare, de Stratford - On-avon.
- "E o que é que tu fazes?" prosseguiu o comandante.

O leitor do livro percebe, então, o que se passou, como um relâmpago, no cérebro do jovem inglês. O que ele então estava começando a fazer eram pequenas peças de teatro, inventando ou recriando personagens, improvisando situações, articulando textos e diálogos, sobretudo. Precisava, naturalmente, ligar essa atividade intelectual a um sentido prático, e de algum modo ligado às atividades de mercância e lucro dos demais companheiros de viagem. Comunicação literária e dramática, sobretudo, também deveria ser comércio, - teria refletido, num ímpeto o jovem inglês. Então, tranquilamente, respondeu, à repetição da pergunta pelo comandante:

- "O Comércio das Palavras". Meu pai fazia o das lãs".

Conclusão maliciosa do comandante Blacknaff: - "Ah! farsante, vejo que tu és um preguiçoso palrador. Daí esta tua calvície precoce".

Termina, aqui, o episódio shakesperiano. Mas uma indagação, uma reflexão impertinente restou no meu espírito de leitor: - "Que fazemos todos nós, grandes escritores ou poetas ou pequenos es-cribas provincianos, mesmo nós professores, de maior ou menor projeção, - quando falamos ou lançamos no papel a nossa pequena prosa a nossa modéstia poesia, como Deus e a natureza no-las deram? e desejamos e procuramos transmiti-las aos outros, da mes-ma maneira que procuramos nos outros, tantas vezes, respostas às nossas indagações e às incertezas? Comunicação é comércio, insisto no nobre sentido desta última palavra.

Pedindo perdão aos manes de Shakespeare, mas com a maior sem-cerimônia brasileira, trouxe-lhe a resposta magnífica e in-substituível para a capa nordestina do livro provinciano, "O Comércio das Palavras". Para esta atitude pretenciosa, tenho apenas uma explicação, é contar humildemente como o faço agora; todo o episódio fabuloso.

Meus senhores e minhas senhoras.

Numa oportunidade como esta, tão significativa, muito me apraz evocar também o nome e a obra do maior romancista do Rio Grande do Norte. Aurélio Pinheiro, que escolhi, aliás, numa oportunidade propícia, patrono de minha cadeira na Academia Norte-riograndense de Letras.

Médico e escritor, viveu, trabalhou e escreveu em várias re-giões deste nosso país. Seu primeiro romance, "O Desterro de Um-berto Saraiva", de 1926, foi editado na Livraria Clássica, de Ma-naus. A este seguiu-se "Gleba Tumultuária", editado igualmente em Manaus, e na mesma editora, em 1927, "A Margem do Amazonas" é de 1937, editado pela Companhia Editora Nacional, integrando a coleção "Brasiliana", volume 86. Segue-se "Em Busca do Ouro", publicado pela editora "A Noite", em 1938, do Rio de Janeiro. E enfim, o romance "Macau", sem data na página apropriada, mas certamente também de 1938 pela Andersen Editora, Rio, com 2.ª edição pela Fundação José Augusto (de Natal) e Presença Editora (Rio, 1984).

Quando "Macau" foi publicado não teve a repercussão mereci-da. Daí o reparo do crítico Agripino Grieco, temido e respeitado pela sua autoridade literária em todo o país. Ao romance, "Macau", assim se referiu, entre elogios nos seguintes termos: - "de outros romances se tem falado de mais, deste se tem falado de menos", exprimindo, assim, a sua estranheza pelo quase silêncio com que a crítica o recebeu. Aurélio foi e continua o maior romancista do Rio Grande do Norte. Trago-lhe, aqui, mais uma vez as minhas homenagens e o meu respeito.

Outro escritor potiguar de minha admiração e de minha devoção particulares, que igualmente recordo aqui é Otacílio Alecrim, filho da cidade de Macaíba, líder de sua geração na Faculdade de Direito do Recife, no final da década de vinte e começos da de trinta, cujo grande livro "Província Submersa", de espírito e emoção rena-nianos, - estudante símbolo e expressão de seu tempo, - tempo revolucionário na política e nas letras, pelo talento, pelo espírito e pela verve, a quem o provector professor Luís Delgado chamava

"o espantoso Sr, Otacílio Alecrim", e que, em 1948 (chamo vossa atenção para este detalhe aqui neste ambiente tão significativo), faria, em Paris, uma conferência sobre Proust no "Pen Clube" da França, de que era associado. De sua memória falo longamente no 1.º volume de "O Comércio das Palavras", num grato testemunho de sua personalidade, de sua condição humana invulgar.

Cabe-me, a esta altura, já no final do caminho desta oração protocolar, agradecer ao Pen Clube do Brasil, sobretudo na pessoa do seu presidente Marcos Almir Madeira, a honra que me foi conferida, da integração de meu nome no quadro social da instituição. Professor universitário, advogado de relevo profissional e pessoal, ligado aos mais altos órgãos da educação e da cultura do Rio de Janeiro e de outros setores do país, sua condição de homem de letras, romancista e ensaísta, certos aspectos da obra e da personalidade de Machado de Assis e de Euclides da Cunha foram por ele estudados, bem como de alguns estrangeiros, como Victo Hugo, Fernando Pessoa e Garcia Lorca. Seu último livro, "Homens de Marca", revela, igualmente, o observador e o analista atentos de nossa realidade brasileira, com projeções de alcance psicológico e humano indiscutíveis.

Marcos Almir Madeira, com a sua experiência, igualmente, de organização das **mises-en-scène** adequadas, escolheu para saudar-me, nesta oportunidade, a escritora e poetisa Heloísa Maranhão.

Heloísa é carioca de nascimento, como sabéis e também de vivências literárias e pessoal. Suas origens e suas raízes, no entanto, se encontram no Rio Grande do Norte, descendente que é da antiga ilustre estirpe dos Albuquerque Maranhão. Sua linhagem familiar remonta assim, aos tempos bravios da conquista da terra. Há portugueses e índios nas distâncias coloniais de sua família. Jerônimo de Albuquerque é tanto um índice histórico como uma referência familiar, inconfundível às gentes do Rio Grande do Norte.

Neta de Pedro Velho, o fundador da República no nosso Estado, sobrinha-neta de Alberto Maranhão, cujos dois mandatos honram e enobrecem a província potiguar, - é de acreditar-se que sempre lhe foi presente ao espírito e à natureza humana aquele sentimento que Nabuco denominava "o arroxo do berço". Basta ler seu livro "Florinda", - sua aventura e sua saga especificamente norte-rio-grandense, - essa ou seja uma viagem a Natal, transformada literalmente num itinerário sentimental, - páginas que vivem e repercutem além do texto escrito, - para vê-la e senti-la em sua verdade interior, ao contacto e no contexto da terra e da gente ancestrais.

ANTES DE "FLORINDA", Heloísa escreveu, ainda em 1979, o romance "Lucrécia", publicado em 1985, pela Editora Civilização Brasileira, e livro premiado pela Academia Brasileira de Letras. Por essa época, ela teve um dos seus contos publicados na Holanda, após uma seleção internacional dos 19 melhores contos de autoria feminina do ano.

Tive e tenho agora, novamente, nas mãos e sob os olhos todos os seus romances: - "Castelo Interior e Moradas" (1979), "Florinda" (1981), "Dona Leonor Teles" (1985), "A Rainha de Navarra"

(1986), "Adriana" (1990). Todos participam, nos seus textos, dessa condição mágica que é a sua marca pessoal de escritora, de seu estilo plástico e envolvente. E só Deus sabe (nem mesmo ela, presume-se) o que se está elaborando permanentemente em seu cérebro inquieto e visionário, em sua ardente e fina sensibilidade. Há sempre qualquer coisa de feérico, de alegórico, nas suas histórias, conduzidas por belos impulsos criadores e irrecusáveis. Depoimentos de valor e de crédito sobre sua obra não faltam: aí estão os de Tristão de Ataíde, Antônio Carlos Vilaça, Reinaldo Bairão, Virgílio Moretzhon, por exemplo.

Resta-me, agora, neste final, agradecer a presença dos conterrâneos amigos que, aqui, vieram prestigiar a cerimônia da minha posse. Essas presenças muito me comovem e me trazem ao espírito e ao coração o sentimento da terra comum.

PERFORMANDO A VIDA, PENSANDO

VIII

A colaboração dos amigos da Academia

HOMENAGEM A NILO PEREIRA

Potiguar Matos (X)

Esta é a terceira vez que falo sobre Nilo Pereira. A primeira, no Departamento de História, da Universidade Federal de Pernambuco, quando se aposentou como mestre; a segunda, quando a Universidade lhe concedeu o título de Professor Emérito e me foi dada a honra de saudá-lo em nome dos meus colegas; e a terceira agora, neste mandato que a Academia, a Fundação Joaquim Nabuco, a Fundação Gilberto Freyre e a Academia de Letras e Artes do Nordeste me outorgam e que aceito mais como dever de coração ferido do que presunção insustentável de competência.

Nas duas primeiras vezes enfrentei a responsabilidade de sua presença, medindo a palavra, tocando essencialidades, no desejo de pintar o retrato justo, encontrar a fórmula exata da interpretação. Sempre é difícil o exercício crítico sob a vigilância atenta de seu próprio objeto. Havia no riso de Nilo Pereira um toque suave da ironia eceana e isso não podia deixar de impor uma disciplina mais rígida da frase e do pensamento.

Dou-me conta de que isto me está fazendo falta. Não estou mais saudando, evoco. Já não dialogo; de certa maneira, enfrento um monólogo, falando só para uma saudade. Pesa-me a sua ausência. O brilho dos olhos míopes, emboscado nas lentes grossas. A vivacidade do comentário. O corpo franzino e meio curvo, repentinamente, requeimando vida e energia, em luminosa explosão de inteligência, a palavra ágil caindo-lhe dos lábios, disciplinada, rica, tecendo a imagem hábil, meio encantatória, no seu dinamismo e beleza. Sem explicações, a morte é o fato mais cotidiano de nossa aventura sem deixar de ser, entretanto, sempre surpreendente. Quase nunca estamos preparados para ela. Ocorrem-me os grandes versos de Augusto Frederico Schmidt lembrando-se de um amigo morto:

“As rosas vermelhas tremem no frio das auroras.
Onde está a tua cabeça, e as idéias, os sonhos e os
 (romances que se continham
 e agitavam na tua cabeça?
As fantasias gentis, os enternecimentos da tua alma
 (onde estão-se a tua cabeça desapareceu,
 se os teus olhos estão escondidos e fechados?”

Josué Montello coloca tudo numa metáfora esplêndida: "Cada frase do dia traz em si o seu modo de ser e de existir. A manhã. A tarde. O entardecer, com a luz que se debate nas primeiras sombras da noite. Depois, a noite estrelada. Mais adiante, a noite velha, aberta para o silêncio. O grande silêncio".

É um ritmo cósmico. Uma espécie de lei inelutável escrita no coração da natureza. Mas sempre nos espanta. Põe um gosto de sal em nossos gestos. As sementes perecem para libertar a vida. A vida, assim, é a grande semente, autogerando-se no mistério de químicas surpreendentes, luz de sol escorrendo em raízes, ímpetos de verde descrevendo arquiteturas desconhecidas na esterilidade de chãos feridos.

Nunca aprendemos. Num momento é o riso, a voz, as mãos soltas no espaço. É a proximidade e o intercâmbio; as inteligências que comungam; as solidariedades desveladas.

De repente, a intimidade se faz distância; a compreensão, a ausência; o riso, a lágrima. Instaura-se o domínio de uma geografia enloquecida, tocamos um corpo separado de nós pelo infinito. E paradoxalmente dizemos adeus a quem não se foi.

Ritual tão velho como a História. Ritual que se cumpre no mundo inteiro. Ritual que nos une, aqui e agora .

Perfil impressionista

Alceu de Amoroso Lima possuía uma classificação de escritores altamente provocante: "Costumo dividir - dizia ele - os autores em três categorias: aqueles cuja obra é maior do que a pessoa, como Machado de Assis; aqueles cuja pessoa foi maior do que a obra, como Jackson de Figueirêdo; aqueles em que as duas se equilibram, como Nabuco".

Vejo Nilo Pereira na terceira categoria. Sua vida e sua obra se equilibram, num sistema integrador de forças equipotentes, o homem refletindo o pensamento e este fundamente cravado na experiência existencial, com a mutabilidade natural que o jogo das circunstâncias orteguianas tece, desmancha, refaz, nas suas astúcias de Penélope incansável.

Como tantos de nós, oscilou entre o Campo e a Cidade, a simplicidade rural e a complexidade urbana, uma tensão dialética entre Êxodo e Regresso.

Em José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Raquel Queiroz, é possível sentir essa melancolia de diáspora. Guimarães Rosa foi quem identificou: "Tudo é Sertão". Expulsos de mil modos de hinterlândia - economia, política, clima, água, saúde, educação... - os moços são sugados pelo vampirismo urbano. Sentirão para sempre, como Nabuco, a presença de suas Massanganas.

Serão homens partidos. Vicejará em camadas profundas do ser uma nostalgia imortal. O apelo de mistérios indecifrados. Os mais fracos se quebrarão no tronco pétreo dos arranhas-céus. Um gemido longo de miséria percute na voz das cidades-medonhas. Estranhas

espécies humanas, os homens carangueijos, os cavernícolas de morro, os "homens - guabiru", comendo do lixo, brigando pelo lixo, ratazanas enormes vivendo e morrendo na abjeção do lixo...

A página literária, possivelmente, mais bela, escrita por Nilo Pereira vem deste conflito vital.

A anti-díspora

"A manhã fria e cinzenta restituiu-me o Ceará-Mirim, numa dessas horas bíblicas da criação do mundo" - diz ele.

.....
É continua: "O Guaporé ostenta sua fachada fidalga abismado num sonho; mas a vida renasce e, como num encantamento de magia, o cenário recobra o seu colorido emocional. Velhas figuras que se foram no tempo, voltam; e através da manhã romântica as notas de um piano antigo atravessam até os meus ouvidos a paisagem sentimental. Alguma coisa como um fim de século, com as suas valsas típicas, é o que tenho diante de mim"...

.....
Considerarei, então, nessa espécie de eternidade das coisas quando lhes sabemos dar a cor dos sentimentos".

.....
"O melhor é deixa-la (a velha casa) adormecida ao longe como um castelo de ilusões sobre o qual pairam invisíveis mãos de bondade e cavalherismo. Essas mãos estão suspensas sobre os seus destinos, velando uma solidão de claustro. É o que resta de uma vida brilhante, que se apagou num enigma impenetrável".

.....
É antológico, enfim, o seu adeus ao Guaporé:
"As mãos invisíveis o sustentarão pelo tempo afora. Sua decadência parece mais uma ressurreição; sua morte traz a vida. Foi o que senti naquela manhã de chumbo, cuja tonalidade não era mais do que uma sombra suave a realçar a brancura da alma heróica e generosa que anda naquela casa, onde antigas vozes serão sempre mais fortes do que a solidão e o abandono".

Este é o subsolo abissal do homem. Do professor. Do jornalista. Do político. Do orador. Do cronista. Do historiador. Como estranhar que um dia se tenha definido como "potamográfico"?

"O Potengy, em Natal - escreve ele - seria o meu novo rio da Água Azul, no Ceará-Mirim. Em ambos vejo minha face refletida em espelho mágico. Como vejo no Capibaribe. Sou, assim, homem de três rios. O destino de quem trouxe no batismo nome de rio. Homem potamográfico". A água que admiro não é a do mar, e sim a dos rios, que deslizam suavemente como para não acordar os deuses ou os mitos que neles adormeceram".

O homem e o estilo

Estaria eu errado sentindo essa frase aparentemente só lírica, uma das chaves do homem e do escritor?

Quem conviveu com Nilo e quem ouviu Nilo sabe que não era de fúrias apocalípticas. Tinha a fresca doçura das águas no estilo límpido, quase diáfano, na delicadeza com que tocava as palavras, cortando-lhes as arestas, polindo-as, como se procurasse em cada uma delas um diamante escondido. Toda sua obra é marcada por essa claridade. Não é de gritos tonitroantes. O ferro que às vezes usa no bico de pena é ferro civilizado, amaciado como as pedras de rio, pelas mãos sábias da correnteza. Não que não tivesse essas águas tranquilas suas explosões de cachoeiras, suas corredeiras vertiginosas, seus instantes de indignação insopitada.

Guardei uma frase sua, velha de anos. E quando lhe repeti de memória, senti que gostara. Em Garanhuns um padre assassinara seu bispo, junto do altar, aos pés mesmo do Santíssimo. Estava eu envolvido em atividades da Igreja. Era um tempo antigo de fé. O sangue derramado pelas mãos que tocavam o Corpo de Deus perturbou-me. Nilo iluminou minha angústia de militante católico numa interpretação lapidar nas páginas da *Folha da Manhã* (cito ainda de memória): "Não nos enganemos. A Igreja não é o padre que mata. É o bispo que morre".

Vejo aí, com meus olhos cansados de hoje, nessa certeza romântica, outra chave para uma tentativa de decodificação do escritor: a sua fé profunda, inabalável, proclamada e vivida, a cada hora e momento. Esta era uma das coisas que me aproximavam fraternalmente dele. Havia tido uma intensa ligação com a Igreja. Mas, já não passava de um pobre cego em Gaza, soterrado sob os escombros das catedrais tombadas. Em Nilo, como havia sido com Jackson, com Tristão de Ataíde, com Luiz Delgado, com Barreto Campelo, com Plínio Salgado, com Andrade Bezerra, admirava e me comovia o milagre da Fé, os laços misteriosos que amalgamavam no tumulto do catolicismo, o homem e Deus.

Teria Nilo chegado, ou jamais saído, do tranquilo planalto das certezas, por uma voluntária renúncia às tempestades da inquietação e da dúvida?

De alguma forma pertença à família agônica dos que Pascal definitivamente identificou: "ceux qui cherchent gémissant"...

Os que estudarem Nilo, detenham-se aqui. Este é o ponto culminante. Do alto dele se pode vislumbrar toda a paisagem, a geografia global no seu jogo de contrastes, planícies e antiplanos, os vales ensolarados, as terras noturnas, onde o clarão do sol, às vezes, parece se encolher em crispações lunares.

Permiti-me que vos recorde uma página inesquecível de Unamuno, esse eterno "grande de Espanha". E sobre a Fé que discorre. E me parece irrefutavelmente esplêndido.

"Pergunta: "Que coisa é a fé?"

Responde: "crer no que não vemos". E literalmente explode numa análise fulgurante:

"Crer no que não vemos? Crer no que não vemos, não! mas criar o que não vemos. Criar o que não vemos, sim, criá-lo e vivê-lo, e consumi-lo, e voltar a criá-lo e a consumi-lo de novo vivendo-o outra vez, para outra vez criá-lo... e assim, em incessante tormento

vital. Isto é fé viva, porque a vida é contínua criação e consumição contínua e, portanto, morte incessante. Crês, por acaso, que viverás se a cada momento não morreres?”.

Penso que a obra-prima de Nilo foi essa fusão da vida e da fé, uma conquista a que se chega ou pela graça, ou pela pena, “en gemissant”

Desde a fita mariana na Congregação do padre Fernandes, até a hora final, Nilo viveu o desafio dessa fé. No seu *Jornal íntimo* havia escrito: “Os valores eternos subsistem. E é com eles que construiremos os novos valores. A concepção axiológica da História e não apenas a antológica - é inseparável do homem. Afinal, o que persiste é o Homem. E o Homem é a face de Deus na terra, a sua criatura caída e redimida, o seu amor e a sua contradição, a sua justiça e a sua misericórdia. O Homem, esse mendigo ingrato”.

Nilo jamais pertenceu ao grupo dos nove leprosos curados e que nunca retornou para dizer “obrigado”. Voltou sempre, com o décimo. Teve a ventura suprema de jamais descrever e saber que isso era luta, mas também graça e misericórdia. Envolveu-se todo nessa aura e fez do seu tempo uma tensão mágica, tetradimensional no que misturava passado, presente e futuro, como triamente ensinava Gilberto Freyre, com uma quarta dimensão, o sobrenatural cotidianizado, a presença de Deus fecundando a História, uma feérica festa de mistérios, que a inteligência jamais poderia esgotar e só a inocência da criança teria direito de acesso. Nas suas palavras: “Só a alma do menino pode compreender semelhante encantamento. A vida é pura e bela quando é o coração que anima. A razão será, depois, o selo do espírito naquilo que a emoção fez de melhor: descobrir novamente o mundo primitivo, quase inocente, tocado das graças invisíveis da infância, que é o próprio mundo antes de se fazer a luz e o próprio homem antes de existir”.

Lembro-me de uns versos admiráveis de Emily Dickinson, que nosso Bandeira traduziu:

I

“Nunca vi um campo urzes.
Também nunca vi o mar.
No entanto sei a uize como é.
Posso a onda imaginar”.

II

“Nunca estive no Céu,
Nem vi Deus. Todavia
Conheço o sítio, como se
Tivesse em mãos um guia”.

Esses, eu louvo e invejo. Bem aventurados são na grande e trágica travessia ...

Sombras na parede

Cuido que é tempo de parar. Tenho uma dívida pessoal com Nilo, dívida que não será paga. Sempre foi de estranha generosidade comigo. Mesmo sabendo, como sabia, que nossos caminhos nem sempre se identificavam e que compreendíamos e discutíamos coisas várias de perspectivas claramente diversas. Jamais isso foi mencionado, nunca me diminuíram o imenso respeito e admiração que lhe tinha e penso não enganar-me ao imaginar que me colocava no rol dos seus amigos.

Ensinamos juntos na Universidade, trabalhamos no Seminário de Tropicologia do mestre Gilberto, fizemos jornalismo simultaneamente, entrei na Academia com seu voto.

Vê-lo frio e calado, caminhando para o grande diálogo imaginado por Bernanos e que ele gostava tanto de citar: "Agora, eu e Ele", foi ainda uma experiência cruciante para o homem, mesmo já velho, marcado pela dureza das intempéries.

Agora estou lhe dizendo, em nome dos companheiros, que esta Casa ficou mais pobre e mais rica com sua partida. Já não o teremos em nossas reuniões, a palavra cuidada, o equilíbrio sábio, a fina "boutade", mais fraternal do que maliciosa. Um Nilo irmão, solidário, veemente nas suas idéias, compreensivo e amigo nas suas decisões. E isto é pobreza. Há um outro lado e ele é luminosamente rico. Outra grande sombra povoará nossos corredores, se incorporará às nossas tradições, caminhará com todos os que aqui passam e sonham. Sombras, tantas recentes, um Gilberto Freyre, um Mauro Mota, um Andrade Lima, um Monsenhor Nogueira, um Laurênio Lima, um Aderbal Jurema, um Brito Alves, um Berguedoff Elliot, um Fernando Pio dos Santos, um Vanildo Bezerra, um Gilberto Osório, um Flávio Guerra, um Waldemar de Oliveira ...

Sombras na parede. Mas sombras imortais, meu caro Nilo. O tempo vem e não as apaga. Estranhamente, se alia a elas. E lhes dá a única perenidade respeitável, a da inteligência. A única vida sem fim, a do espírito.

Potlguar Matos, escritor, professor universitário, diretor do Arquivo Público de Pernambuco, pronunciou este discurso na Academia Pernambucana de Letras, na homenagem póstuma a Nilo Pereira — março de 1992.

ROSAS DE PEDRA

Frei Gabriel Távora

Pareciam rosas! Vi-as assim, a distância,
Fixas. Não! Eram quais duras fendas, ásperas
De pedra: de cores, cinza e sem fragância
Cativas sempre, hoje, e nas mortas eras...

Viajor, vê esta flor, baça, estranha
De figura e cheiro, para olfato alheio,
Talvez o seu ou qualquer, falta d'entranha
Não, porém, ao que sobra ternura e seio.

Vê rosas de pedra aquele que tem seio
Para gerar, como faz a Natureza,
Deixando em cores, tudo que é canto cheio
De quanto plasmou em parto de beleza!

Ah! esquecia: eu sou o ventre e a porta aberta
De tudo que, na terra, em botão, dormia
Na espera daquela chama e hora certa
De dar à luz um ser que alegre ou ria.

Bom Conselho, abril de 1991.

EU QUIS SER PADRE

Murilo Melo Filho

Na infância, quis ser padre. Morava no Tirol, que era então um incipiente bairro de Natal. Ali bem perto, ajudando-nos a desbravar aquela região quase inóspita, estava o Seminário de São Pedro, nosso grande e talvez único vizinho na época. Cresci ouvindo-lhe o palpitar da vida diária. Escutava-lhe os salmos cantados ao amanhecer. E as "ave-marias" entoadas no crepúsculo.

Passei a freqüentá-lo. Estava prestes a completar dez anos e necessitava preparar-me para fazer a primeira comunhão. O Reitor era um homem santo: o cônego Adelino, depois bispo. Preparou-me com ternura e afeição, iniciando-me nos mistérios de Deus. Em certo dia do apredizado, para surpresa sua, confessei-lhe:

- Cônego, eu quero ser padre.

O inopinado da confissão apanhou-o desprevenido:

- Tem certza disto?

Certeza, propriamente, eu não tinha - nem podia realmente ter àquela altura da infância. O que possuía era uma atração, algo infantil, pelos encantos daquela vida de monastério: freqüentava-os por momentos e deslumbrava-me. Não lhes conhecia, ainda, as provações e os sacrifícios.

O sábio cônego entendeu muito bem o problema. Aconselhou-me prudência e cautela na decisão. Advertiu sobre a minha pouca idade para tomar um rumo tão importante. Chegando em casa, naquele dia, repeti a ameaças:

- Mamãe, eu quero ser padre.

A mãe ficou surpresa e feliz. Ter um filho sacerdote talvez fosse para ela a suprema recompensa de toda uma vida de lutas e sofrimentos.

- Por que você quer ser padre?

- É porque, a senhora sabe, os seminaristas todas as tardes, depois das aulas, jogam bastante futebol.

Toda a minha vocação sacerdotal ficou ali desmascarada: na impetuosa inocência daqueles (nove) anos, eu não sabia distinguir até onde ia o chamamento divino e onde começava o apelo desportivo. Souberam-no, porém, o cônego e a minha mãe. Evitaram-me a experiência do Seminário, pela qual passaram tantos outros escritores e jornalistas da minha geração.

Afinal, eu não cheguei, como se vê, a ser padre. Mas, em com-

pensação, passei a esforçar-me muito, pelo resto da vida, para ser, pelo menos, um católico razoável.

Caminhei, resoluto e confiante, para a Primeira Comunhão. Recebi-a, sozinho, todo de branco, numa festa muito bonita, com a igreja de Santa Teresinha enfeitada de lírios e cravos. Foi a mais bonita festa de toda a minha vida.

Lembro-me bem do apelo e da promessa que fiz naquele dia. Completava apenas dez anos de vida, mas ela nunca mais me saiu da lembrança e do pensamento:

- Senhor, já que não serei padre, quero ao menos ser um bom católico.

Os anos foram passando e eu fui ouvindo dizer que todos esses juramentos eram muito comuns na infância: a juventude, com suas tentações e abismos, se encarregava geralmente de destruí-los. Muitos jovens, antes e depois de mim, deles já se haviam esquecido.

Pois comigo aconteceu justamente o contrário: à medida em que eu crescia de idade, crescia em Fé. Precisamente por não ter podido ou não ter querido ser sacerdote, eu sentia que aumentavam as responsabilidades para com Deus e a minha religião. Tinha de dar-lhes, como leigo, tudo quanto não pudera oferecer-lhes como padre.

À semelhança do que aconteceu com milhares de outras crianças, eu também estudei num colégio católico: o Marista. Conheci-lhe as grandezas e as fraquezas. Experimentei-lhe os momentos de santidade e desalento. Da média do meu julgamento, a religião saiu vitoriosa. Passei a admirar ainda mais o esforço dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e maristas para educar as novas gerações de brasileiros.

Depois, já na mocidade, reencontrei vários daqueles irmãos, que haviam sido meus professores no Colégio Santo Antônio. Uns, tristes, estavam à paisana. Outros, felizes, perseveravam. E perguntava-me:

- Eu teria perseverado?

O sacerdócio continuava a ser a minha maior dúvida e, ao mesmo tempo, uma enorme dúvida, embora o jornalismo, aos 12 anos, a minha grande - e talvez única vocação.

Fui e sou até hoje apenas jornalista. Mas tenho inveja de quem conseguiu ser, e é, sacerdote. Pois nada pode ser mais invejável e belo do que o sacerdócio.

Nas minhas andanças por este mundo afora, conheci-o em todos os idiomas e raças: japonês, birmanês, chinês, vietnamita, paquistanês, hindu, persa, turco, grego, italiano, árabe, inglês, castelhano e português. Vi também de perto muitas crenças, práticas, devoções e fanatismos: muçulmanos, budistas, xintoístas, maometanos, confucionistas, umbandistas, protestantes, ortodoxos, judeus, espiritualistas e católicos.

Mas em poucos países vi uma crise de sacerdotes tão aguda como no Brasil. O clero brasileiro tem estado nos últimos anos, a pedir socorro. A proporção é de um sacerdote para 10 mil brasileiros. E mesmo que grande parte deles não seja católica praticante e participante, ainda aí a desproporção é terrível e o atendimento impossível.

Os párocos, no interior e nas grandes cidades brasileiras, não estão conseguindo celebrar o número de missas, batizados, casamentos, comunhões e confissões que a massa cada vez maior de fiéis vem exigindo. Quantos católicos morrem diariamente, na imensidão do interior brasileiro sem receber a extrema-unção, por falta de um sacerdote que a ministre?

Existe uma carência absoluta de padres no Brasil, que tem sido muito ajudado por sacerdotes estrangeiros. O número de vocações não vem acompanhando a ampliação das atividades da Igreja e ao simples aumento vegetativo da população. O fenômeno agrava-se na área urbana e suburbana, por causa do êxodo rural, que tem obrigado os padres a um enorme esforço para atender à demanda cada vez maior de serviços e trabalhos religiosos na periferia das cidades.

Multiplicam-se os alunos pobres, os fiéis, os doentes. E onde estão as vocações de novos padres, frades ou freiras para cuidar de todos eles? A terrível realidade é que a Igreja não vem conseguindo preencher sequer o lugar dos religiosos enfermos ou falecidos.

Como estimular as vocações? O problema tem sido amplamente discutido e examinado. Muitas teses foram até agora apresentadas. Qual a idade em que as vocações geralmente se manifestam? Em muitos casos, elas surgem cedo, mas logo desaparecem. Não eram, portanto, vocações propriamente ditas, mas apelos e tendências ainda envoltas na penumbra de uma vontade não definida e estratificada, como aquela minha, que estava mais voltada para o jogo de futebol no Seminário do que para a carreira eclesiástica.

Mesmo depois de sentir a vocação, o rapaz e a moça tem de vencer muitos obstáculos. Pois se existem pais e mães formidáveis, que, apesar de imaginarem o sofrimento da separação e a falta do filho, preferem encorajá-los, outros muitos pensam apenas em si mesmos:

- Está muito cedo para uma decisão de tamanha importância.

Argumentam então:

1. **O filho está muito moço para decidir.** Muitos pais e mães que assim falam por coincidência casaram aos 16 ou 18 anos. Mas acham que o filho, nessa idade, não pode saber realmente se quer ser sacerdote. Ficam orgulhosos quando eles, com 16 anos, começam a ter sucesso no teatro ou na televisão, mas não os consideram capazes de entrar para um convento. Admitem até que eles se casem, mas nunca com Deus.

2. **Houve influência e pressão sobre o filho.** Diz-se então que foi o pároco que botou essas idéias na cabeça do rapaz, facilmente impressionável. A propaganda vocacional passa aí a ser uma subversiva conspiração para arrancar os jovens do convívio familiar. Ameaça-se o vigário com interpretações grosseiras. Não é fácil explicar a pais e mães que o chamamento para o sacerdócio se assemelha muito ao chamamento para o matrimônio.

3. **Não existe, no sacerdócio, felicidade para o filho.** Ponderam os pais que a vida dos conventos e seminários não é normal e, por isto, se torna impossível que seu filho seja feliz naquele

ambiente. Cumpre aos responsáveis pelas vocações mostrar a felicidade do sacerdócio e a infelicidade que o filho terá pelo resto da vida se for frustrada a sua vocação sacerdotal.

4. **O padre ou a freira leva uma vida muito sacrificada.** Argumenta-se que a vida do claustro, os deveres da missa, da comunhão, da confissão, o trabalho sem horas desde a madrugada até a noite, a comida pouca e pobre, tudo isto contribuirá para que o filho tenha uma vida de dureza e sacrifício. Deve-se corrigir esses exageros, mostrando que os hábitos do sacerdócio são simples, mas com um mínimo de conforto e repouso.

5. **Deixar o lar é uma ingratidão.** Proclama-se que os filhos têm obrigações específicas de retribuir aos pais os serviços e favores recebidos, como eu fui acusado de traição porque, aos 18 anos, resolvi sair de casa para tentar a vida. Os pais terão investido nos filhos e esperam dividendos. Contam com a obediência e gratidão. Esquecem-se de que eles próprios nem sempre obedeceram e retribuíram aos pais. E exigem que os filhos lhes obedçam, esquecendo-se de que eles mesmos estão, no caso, desobedecendo a um chamado de Deus.

6. **Os pais perdem o filho, quando ele entra para o Seminário.** Utiliza-se o pretexto segundo o qual se erige entre os pais e os seminaristas a barreira do isolamento para a vida imposta pelo convento. Os pais dizem que não querem o lar desfeito e explicam sua posição contrária por um exagerado amor aos filhos e o desejo de tê-los sempre em sua companhia. É preciso mostrar-lhes que o filho, ao entregar-se a Deus, sobretudo quando os pais ajudam e colaboram nessa entrega, ficam mais amigos ainda no sentido de pedir sempre a Deus que ajude e conserve a felicidade do lar onde nasceram. Pais e mães passam a ter um permanente advogado e procurador.

Todos esses óbices foram apresentados e refutados no texto precedente para que se tenha uma idéia de como é difícil fazer um padre. Primeiro, há necessidade de estimular as vocações, descobri-las, ajudá-las. Tudo isto custa dinheiro. Depois, é necessário conservá-las em meio a mil e uma dificuldades. Em seguida, torna-se indispensável vencer muitas vezes a oposição dos pais. Por último, há que custear a formação do sacerdote ou da freira, através de longos e penosos anos de estudo e preparação.

A Igreja está precisando vencer a batalha das vocações sacerdotais. Ela, que venceu outras batalhas bem mais sérias e ingratas, vê-se agora engolfada nesta luta para fazer um número cada vez maior de soldados em suas fileiras.

Pois os seus inimigos estão aumentando em agressividade e poder. Só com muitos religiosos e religiosas será possível enfrentá-los e vencê-los, através do Evangelho da paz e do amor que, segundo o próprio Cristo, deve ser pregado a todos os povos.



COMPOSTO E IMPRESSO NA COMPANHIA EDITORA
DO RIO GRANDE DO NORTE-CERN — AV. JUNQUEIRA
AYRES, 355 — NATAL-RN — FONES: 221-2241

221-2240

Reg: 58

n°24

IMPRE